

OS SENTIDOS CONSTRUÍDOS POR
LICENCIANDOS EM

MATEMÁTICA

E QUÍMICA

SOBRE A GESTÃO ESCOLAR E
EDUCACIONAL

MARCELA SILVA DOS SANTOS

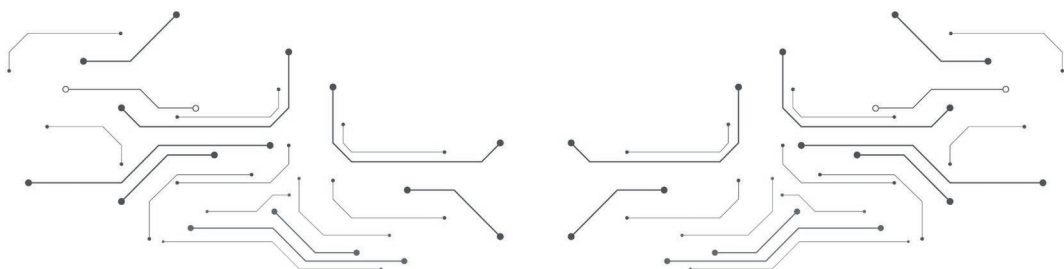
MARIA ELVIRA DE SIQUEIRA FAUSTINO FERREIRA

NATÉRCIA DE ANDRADE LOPES NETA

(Organizadoras)

MARCELA SILVA DOS SANTOS
MARIA ELVIRA DE SIQUEIRA FAUSTINO FERREIRA
NATÉRCIA DE ANDRADE LOPES NETA
(ORGANIZADORAS)

OS SENTIDOS CONSTRUÍDOS POR LICENCIANDOS EM MATEMÁTICA E EM QUÍMICA SOBRE A GESTÃO ESCOLAR E EDUCACIONAL




EDITORA
SCHREIBEN

2024

© Dos Organizadores - 2024
Editoração e capa: Schreiben
Imagem da capa: Samuel Apolinário
Revisão técnica e ortográfica: os autores e organizadores
Livro publicado em: 07/05/2024
Termo de publicação: TP0272024

Conselho Editorial (Editora Schreiben):

Dr. Adelar Heinsfeld (UPF)
Dr. Airton Spies (EPAGRI)
Dra. Ana Carolina Martins da Silva (UERGS)
Dr. Cleber Duarte Coelho (UFSC)
Dr. Deivid Alex dos Santos (UEL)
Dr. Douglas Orestes Franzen (UCEFF)
Dr. Eduardo Ramón Palermo López (MPR - Uruguai)
Dr. Fábio Antônio Gabriel (SEED/PR)
Dra. Geuciane Felipe Guerim Fernandes (UENP)
Dra. Ivânia Campigotto Aquino (UPF)
Dr. João Carlos Tedesco (UPF)
Dr. Joel Cardoso da Silva (UFPA)
Dr. José Antonio Ribeiro de Moura (FEEVALE)
Dr. José Raimundo Rodrigues (UFES)
Dr. Klebson Souza Santos (UEFS)
Dr. Leandro Hahn (UNIARP)
Dr. Leandro Mayer (SED-SC)
Dra. Marcela Mary José da Silva (UFRB)
Dra. Marciane Kessler (URI)
Dr. Marcos Pereira dos Santos (FAQ)
Dra. Natércia de Andrade Lopes Neta (UNEAL)
Dr. Odair Neitzel (UFFS)
Dr. Wanilton Dudek (UNESPAR)

Esta obra é uma produção independente. A exatidão das informações, opiniões e conceitos emitidos, bem como da procedência das tabelas, quadros, mapas e fotografias é de exclusiva responsabilidade do(s) autor(es).

Editora Schreiben
Linha Cordilheira - SC-163
89896-000 Itapiranga/SC
Tel: (49) 3678 7254
editoraschreiben@gmail.com
www.editoraschreiben.com

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C183 Os caminhos construídos por licenciados em matemática e em química sobre a gestão escolar educacional. / Organizadoras : Marcela Silva dos Santos, Maria Elvira de Siqueira Faustino Ferreira, Natércia de Andrade Lopes Neta. – Itapiranga : Schreiben, 2024.
117 p. ; e-book
E-book no formato PDF.
EISBN: 978-65-5440-256-9
DOI: 10.29327/5399208
1. Educação. 2. Gestão escolar. 3. Tecnologia educacional. I. Título. II. Santos, Marcela Silva dos. III. Ferreira, Maria Elvira de Siqueira Faustino. IV. Lopes Neta, Natércia de Andrade.

CDU 37

Bibliotecária responsável Kátia Rosi Possobon CRB10/1782



SUMÁRIO

PREFÁCIO.....	5
<i>Natércia de Andrade Lopes Neta</i>	
DESAFIOS ENFRENTADOS PELA GESTÃO ESCOLAR NO BRASIL...11	
<i>Kleyton Henrique Verissimo de Lima</i>	
<i>Jadson Miguel da Silva Santos</i>	
<i>Maria Elvira de Siqueira Faustino Ferreira</i>	
<i>Vandeilton Galdino Ciriaco</i>	
<i>Natércia de Andadre Lopes Neta</i>	
GESTÃO ESCOLAR DE ESCOLAS PÚBLICAS E PRIVADAS TEM DIFERENÇA?.....	18
<i>Maria Jacira Nascimento da Silva</i>	
<i>Natércia de Andrade Lopes Neta</i>	
GESTÃO DE RECURSO ESCOLARES.....	22
<i>Grazielle Tenório Silva</i>	
<i>Maria Vitória Ramalho da Silva</i>	
<i>Michelle Barbosa Torres</i>	
<i>Paloma Raiane Leite de Souza Ferro</i>	
<i>Natércia de Andrade Lopes Neta</i>	
EVASÃO ESCOLAR: UMA BREVE ANÁLISE.....	29
<i>Joana Conceição dos Santos</i>	
<i>Juliana Silva Panta Mendonça</i>	
<i>Lucas Bezerra da Silva</i>	
<i>Talita Keyla Florêncio Santos</i>	
<i>Tamara Maria da Silva</i>	
<i>Natércia de Andrade Lopes Neta</i>	
UM MUNDO PÓS PANDEMIA: CAMINHOS PARA O BEM-ESTAR EMOCIONAL E O ENGAJAMENTO DOS ALUNOS.....	38
<i>Michele Barbosa de Oliveira</i>	
<i>Natércia de Andrade Lopes Neta</i>	
AS DIFICULDADES ENCONTRADAS PARA A IMPLANTAÇÃO DO ENSINO INTEGRAL EM ALAGOAS: EVIDENCIANDO UMA ESCOLA DA REDE PÚBLICA ESTADUAL NO INTERIOR DO ESTADO.....	46
<i>Marcela Silva dos Santos</i>	
<i>Josilene Pereira Silva</i>	
<i>João Wictor Barros de Magalhães</i>	
<i>Natércia de Andrade Lopes Neta</i>	

A GESTÃO ESCOLAR E AS METODOLOGIAS DE ENSINO: O ESTUDO DO PLANO CARTESIANO À LUZ DAS TECNOLOGIAS DIGITAIS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO COM A GEOGEBRA.....	60
<i>Kleyton Henrique Verissimo de Lima</i>	
<i>Gabriel Júlio Alvares</i>	
<i>Natércia de Andrade Lopes Neta</i>	
DESAFIOS E ESTRATÉGIAS NA IMPLEMENTAÇÃO DA TECNOLOGIA NA GESTÃO ESCOLAR.....	72
<i>Abraão Lisboa Oliveira</i>	
<i>Janielson da Paz Silva</i>	
<i>João Vitor da Silva</i>	
<i>José Wellington de Oliveira Gonçalves</i>	
<i>Natércia de Andrade Lopes Neta</i>	
DESAFIOS DA GESTÃO ESCOLAR DIANTE DA INCLUSÃO DE ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS.....	81
<i>Jamisson Barbosa Almeida</i>	
<i>Thiago Ferreira dos Santos</i>	
<i>Natércia de Andrade Lopes Neta</i>	
DESAFIOS DA GESTÃO ESCOLAR PARA UMA EDUCAÇÃO MAIS INCLUSIVA NA ESCOLA COM IMPLEMENTAÇÃO DAS POLITICAS EDUCACIONAIS.....	86
<i>Alysson Matheus da Silva Sousa</i>	
<i>Demétrio Bezerra França</i>	
<i>Jadson Augusto Amaral dos Santos</i>	
<i>José Fernando Ferro</i>	
<i>Natércia de Andrade Lopes Neta</i>	
GESTÃO PARTICIPATIVA NA ESCOLA: EXPLORANDO COMO A INCLUSÃO DE PAIS, ALUNOS E PROFESSORES NA TOMADA DE DECISÕES AFETA A GESTÃO ESCOLAR.....	100
<i>Ana Maria Ferreira Dias</i>	
<i>James Cleudson dos Santos Júnior</i>	
<i>Lidiany Mendes de Oliveira</i>	
<i>Natércia de Andrade Lopes Neta</i>	
SOBRE AS ORGANIZADORAS.....	111
ÍNDICE REMISSIVO.....	113



PREFÁCIO

A gestão escolar e educacional são campos multifacetados que exigem uma abordagem holística e colaborativa para promover o desenvolvimento integral dos estudantes, aprimorando não apenas seus conhecimentos acadêmicos, mas também suas habilidades socioemocionais e sua capacidade de adaptação em um mundo em constante transformação.

Este livro, fruto do trabalho árduo e da dedicação de licenciandos em Matemática e Química da Universidade Estadual de Alagoas, surge como um importante recurso para aqueles que desejam compreender e aprimorar a gestão escolar em contextos desafiadores. Os autores, munidos de seus conhecimentos em áreas de exatas e outras disciplinas correlatas, oferecem uma perspectiva única sobre como aplicar conceitos e metodologias dessas áreas no contexto da gestão educacional.

Organizado em 11 Capítulos, esta obra dá continuidade ao livro “OS SENTIDOS CONSTRUÍDOS POR LICENCIANDOS EM MATEMÁTICA SOBRE A GESTÃO ESCOLAR E EDUCACIONAL”, que nasceu como produto educacional de conclusão da disciplina de Gestão Educacional, do Curso de Licenciatura em Matemática, da Universidade Estadual de Alagoas.

O Capítulo 1, intitulado “**Desafios enfrentados pela gestão escolar no brasil**”, os autores abordam sobre o controle descentralizado ou democrático da educação, como uma realidade em todos os lugares, inclusive no Brasil. Para eles, a educação deve acompanhar o desenvolvimento democrático da sociedade, a fim de formar pessoas capazes de praticar a democracia como se deseja. Na teoria, as escolas do país apresentam a gestão democrática, no entanto, na prática, ainda que implantada há tempos, a gestão atualmente ainda enfrenta, muitos desafios. A necessidade de destacar essas dificuldades justifica o presente trabalho, que tem o duplo objetivo de resumir as dificuldades e delinear possíveis soluções. Desta forma, considerando os objetivos, para o fato de ser um estudo investigativo, foi utilizada nesse artigo a pesquisa qualitativa como meio.

No Capítulo 2, “**Gestão escolar de escolas públicas e privadas tem diferença?**”, os autores abordam as diferenças entre a gestão escolar em instituições públicas e privadas, destacando aspectos como a escolha do gestor, manutenção da infraestrutura e desempenho dos alunos. A análise detalhada de duas escolas (uma pública e outra privada) evidencia características, desafios e pontos positivos de cada uma. A gestão democrática é ressaltada, mas com falhas

percebidas em ambas as esferas. A participação dos pais e alunos, manutenção das instalações, interação com a comunidade e desempenho acadêmico são aspectos comparados. Essas diferenças, para os autores, visam proporcionar uma compreensão mais profunda das dinâmicas educacionais contemporâneas para informar políticas educacionais eficazes.

O Capítulo 3, “**Gestão de Recursos Escolares**”, traz a gestão educacional desde os anos 90 enfoca resultados e melhorias, abrangendo questões pedagógicas e financeiras. A gestão de recursos é vital para monitorar desempenho e bem-estar do corpo docente, seguindo normas do sistema público.

No Capítulo 4, intitulado “**Evasão escolar: Uma breve análise**”, os autores, diante do contexto da evasão escolar, apresentam alguns motivos que levam os jovens a abandonarem a escola. Deste modo, acreditam que será possível abordar soluções para que essa situação possa ser mitigada, pois é um problema social que afeta muitos estudantes, principalmente do ensino médio. Os autores consideram que o ensino básico no Brasil tem se tornado alvo de preocupações diante da evasão escolar. E essa evasão escolar ocorre devido a vários motivos que não deixam o aluno permanecer na escola entre eles: bullying, acesso a escola, doenças que necessitam de um atendimento especial, e a necessidade de trabalhar de subsistência.

No Capítulo 5, “**Um mundo pós pandemia: Caminhos para o bem-estar emocional e o engajamento dos alunos**”, aborda-se sobre os desafios enfrentados no cenário educacional pós-pandêmico, enfatizando a importância da reconstrução para promover bem-estar emocional e engajamento dos alunos. Destacam-se a necessidade de treinamentos para educadores identificarem precocemente sinais de dificuldades emocionais, a implementação de programas de saúde mental nas escolas e estratégias para aumentar o engajamento dos alunos, integrando tecnologia e interação social. A conclusão ressalta a importância de uma abordagem abrangente, envolvendo capacitação contínua, interação social e participação ativa dos pais para criar um ambiente propício ao crescimento acadêmico e emocional dos alunos.

O Capítulo 6, “**As dificuldades encontradas para a implantação do ensino integral em alagoas: Evidenciando uma escola da rede pública estadual no interior do estado**”, trata da implantação do ensino integral em Alagoas e seus desafios. O objetivo principal deste estudo foi realizar uma revisão integrativa da literatura para analisar questões relacionadas à implementação do ensino integral no contexto alagoano. A metodologia adotada compreendeu a busca, seleção, análise crítica e síntese de fontes acadêmicas relevantes, além de conter, respostas de um pequeno questionário o qual foi aplicado aos docentes, em uma escola da rede pública estadual, localizada no interior do Estado de Alagoas durante o período do Programa Residência Pedagógica (PRP). Os resultados desta

revisão apontam para desafios significativos, como infraestrutura inadequada, qualificação dos professores, resistência cultural à mudança, limitações financeiras, coordenação deficiente, falta de avaliação eficaz e a necessidade de promover a inclusão social. Esses obstáculos destacam a complexidade da implantação do ensino integral em Alagoas e a importância de abordagens abrangentes e embasadas para superá-los. Em relação à infraestrutura, muitas escolas, especialmente em regiões menos desenvolvidas, tais como as cidades de interior, essas necessitam de instalações físicas adequadas para suportar o modelo de ensino integral. Isso inclui não apenas a falta de salas de aula, mas também a escassez de espaços para atividades extracurriculares, laboratórios de ciência, informática, robótica, áreas de artes e instalações esportivas, elementos essenciais para um programa de ensino integral completo. Enfrenta-se também a resistência cultural a mudanças no sistema educacional, com a transição para um modelo de ensino integral frequentemente encontrando oposição de várias partes interessadas, incluindo famílias, educadores e administradores. Isso pode ser exacerbado pela falta de comunicação eficaz sobre os benefícios do ensino integral e pela ausência de um envolvimento comunitário significativo no processo de mudança. Os desafios financeiros representam um obstáculo significativo, uma vez que a implementação do ensino integral demanda investimentos substanciais em infraestrutura física, recursos humanos, materiais didáticos e tecnológicos. Isso pode impor pressões adicionais sobre os orçamentos educacionais já restritos. Por último, a avaliação e o acompanhamento do progresso do ensino integral são essenciais, mas frequentemente negligenciados. Sem um sistema eficaz de avaliação e feedback, é difícil medir o sucesso do programa, identificar áreas para melhoria e justificar a continuação do investimento no modelo de ensino integral.

O Capítulo 7, **“A gestão escolar e as metodologias de ensino: O estudo do plano cartesiano à luz das tecnologias digitais da informação e comunicação com a Geogebra”**, descreve uma sequência didática que utiliza o Geogebra para visualização e compreensão do plano cartesiano por meio da Tecnologia da Informação e Comunicação (TDIC). Destaca a importância da compreensão dos conteúdos matemáticos no ensino, explorando como as TDICs, especialmente o Geogebra, podem facilitar o processo de aprendizagem. Apresenta a relação entre o Geogebra e o plano cartesiano, enfatizando suas funcionalidades e como essas características auxiliam os alunos na compreensão dos conceitos matemáticos. O estudo utiliza uma metodologia descritiva, quantitativa e qualitativa, aplicada em três turmas do ensino médio, com 71 participantes, usando questionários para avaliar o desempenho e o interesse dos alunos na utilização do software em sala de aula. Em resumo, destaca como o Geogebra, aliado às TDICs, contribui para uma aprendizagem mais efetiva e envolvente, promovendo uma abordagem

dinâmica e interativa nos conceitos matemáticos.

O Capítulo 8, “**Desafios e estratégias na implantação da tecnologia na gestão escolar**”, destaca a importância da gestão educacional para o funcionamento eficaz das instituições de ensino, desde a educação infantil até o ensino superior, os desafios associados a esta transição, incluindo a crescente integração da tecnologia na liderança escolar, a resistência cultural e as questões de segurança cibernética. Os autores analisaram estratégias inovadoras para superar estes desafios, incluindo abordagens centradas no utilizador e parcerias estratégicas com fornecedores de tecnologia. O principal objetivo deste capítulo foi fornecer uma perspectiva abrangente sobre os desafios e estratégias associados à implementação da tecnologia na gestão escolar para melhorar a eficiência e preparar as instituições educacionais para o futuro.

O Capítulo 9, “**Desafios da gestão escolar diante da inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais**”, destaca os desafios da gestão escolar na inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais (NEEs), ressaltando a importância da formação docente e da adequação de recursos. Além disso, enfatiza o papel crucial da gestão na promoção de políticas inclusivas, no desenvolvimento de estratégias pedagógicas e no envolvimento da comunidade escolar e das famílias.

O Capítulo 10, “**Desafios da gestão escolar para uma educação mais inclusiva na escola com implementação das políticas educacionais**”, faz uma reflexão a esses desafios que exigem uma abordagem colaborativa e multifacetada, envolvendo todos os membros da comunidade escolar e o apoio de políticas educacionais inclusivas a nível governamental.

O Capítulo 11, “**Gestão participativa na escola: explorando como a inclusão de pais, alunos e professores na tomada de decisões afeta a gestão escolar**”, mostra que a gestão participativa na escola pode ser uma opção para melhoria do ambiente escolar. Buscando explorar o que pode ser feito para melhorar essa situação de uma inclusão, o que pode ser feito e se realmente é necessário, os autores apresentam um ambiente escolar como mecanismo extremamente importante de inclusão, e estratégias que podem torná-lo um local acolhedor para que seja um ambiente leve e que acolha os alunos de maneira adequada.

Desejamos que, ao longo das páginas deste livro, os leitores sejam conduzidos por uma jornada que explora diversos aspectos da gestão escolar e educacional, desde a formulação de políticas educacionais até a implementação de práticas inovadoras em sala de aula. Por meio de estudos de caso, análises críticas e reflexões profundas, os autores compartilham suas experiências, destacando a importância de uma abordagem baseada em evidências e na colaboração entre diferentes atores educacionais.

Neste momento crucial em que a educação enfrenta desafios sem precedentes, é importante promover uma gestão escolar eficaz e centrada no aluno. Os licenciandos em Matemática e em Química, ao contribuírem com este livro, demonstram não apenas seu compromisso com a educação, mas também sua capacidade de inovar e transformar práticas pedagógicas para o benefício de todos os envolvidos no processo educativo.

Por meio desta obra, os autores convidam os leitores a refletirem sobre suas próprias práticas, a questionarem paradigmas estabelecidos e a se engajarem ativamente na construção de um ambiente escolar mais inclusivo, equitativo e propício ao desenvolvimento integral dos estudantes.

Que este livro sirva como um guia inspirador e prático para todos aqueles que se dedicam à Educação, oferecendo estratégias valiosas e perspectivas inovadoras que contribuam para a melhoria contínua da educação em nossas comunidades.

Boa leitura!

Natércia de Andrade Lopes Neta

DESAFIOS ENFRENTADOS PELA GESTÃO ESCOLAR NO BRASIL

Kleyton Henrique Verissimo de Lima¹

Jadson Miguel da Silva Santos²

Maria Elvira de Siqueira Faustino Ferreira³

Vandeilton Galdino Ciriaco⁴

Natércia de Andadre Lopes Neta⁵

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, a educação brasileira vem passando por uma metamorfose, isso se dá pelo fato da gestão pedagógica trabalhar em busca de se adaptar à Base Nacional Comum Curricular. Tudo isso exige uma necessidade crescente das escolas de ajudar os alunos a desenvolver novas habilidades, desta forma, colocando obstáculos adicionais para que os gestores escolares ajustem seus currículos.

Essas demandas são uma resposta às expectativas da sociedade de que as pessoas sejam competentes para liderar, tomar melhores decisões e utilizar todo o aprendizado obtido durante toda sua formação acadêmica.

O currículo permite que o gestor adapte o conteúdo didático a cada ambiente e permite que a escola estimule o desenvolvimento de novas competências e habilidades em seus alunos.

-
- 1 Discente do curso de Licenciatura em Matemática pela Universidade Estadual de Alagoas – UNEAL, Palmeira dos Índios – AL. E-mail: kleytonlima@alunos.uneal.edu.br. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3239313662392071>.
 - 2 Discente do curso de Licenciatura em Matemática pela Universidade Estadual de Alagoas – UNEAL, Palmeira dos Índios – AL. E-mail: jadsonsantos@alunos.uneal.edu.br. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1768240629913495>.
 - 3 Discente do curso de Licenciatura em Matemática pela Universidade Estadual de Alagoas – UNEAL, Palmeira dos Índios – AL. E-mail: maria.ferreira9@alunos.uneal.edu.br. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5670688022641050>.
 - 4 Discente do curso de Licenciatura em Matemática pela Universidade Estadual de Alagoas – UNEAL, Palmeira dos Índios – AL. E-mail: vandeilton@alunos.uneal.edu.br. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4267941642114629>.
 - 5 Docente do Curso de Licenciatura em Matemática Campus Palmeira dos Índios da Universidade Estadual de Alagoas – UNEAL. E-mail: natercia.lopes@uneal.edu.br. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4880247640523667>.

Mudanças educacionais em todo o mundo foram adotadas e ainda estão sendo feitas, principalmente em países emergentes como o Brasil (Borges, 2004).

Sob um modelo de organização empresarial escolar, as políticas educacionais em geral e as que incentivam a transferência de funções em particular, sustentam uma visão altamente ingênua da educação. Essas políticas não parecem dar tanta ênfase ao olhar para a escola como uma instituição complexa e com uma cultura própria, como fazem quando desenvolvem propostas modernizadoras.

Paschoalino destaca que:

Quando se fala de qualidade no ensino, o discurso das escolas passa a ser assunto na sociedade. Esse estágio de qualidade se dá para o gestor escolar, que diante do currículo escolar, passa a ser cobrado conforme o desempenho dos alunos. Essa qualidade no que se refere a currículo e gestor, não é apenas uma particularidade brasileira, porém, concebe um desafio, independentemente do país (Paschoalino, 2017).

A gestão educacional descentralizada, que atende pelo nome de gestão democrática, visa criar uma política de autonomia escolar, mas vale ressaltar que esta também busca redefinir conceitos e modelos democráticos dentro da sala de aula, onde se discute a democracia que a sociedade brasileira deseja.

Contudo, a integração da gestão democrática nas escolas do país, enfrenta muitos desafios de vários aspectos. A necessidade de destacar essas dificuldades justifica o presente estudo, que visa analisar de forma breve, tais dificuldades e fornecer possíveis soluções.

O presente projeto foi criado de acordo com as dificuldades postas sobre determinado assunto, assim, para isso, foi usada uma análise qualitativa baseada em trabalhos de professores e especialistas da área.

METODOLOGIA

A pesquisa apresentada foi feita de forma virtual, com publicações científicas, bem como estudos pedagógicos e pesquisas em mundos virtuais para sustentação teórica. Diante do tema, foram analisados contextos e dados referentes à própria Gestão Escolar, Gestão Democrática e as dificuldades da Gestão no ambiente escolar.

Nesse sentido, foram analisadas as principais dificuldades e potencialidades encontradas por profissionais que estão na função de direção escolar em instituições públicas de ensino para, na sequência, apresentar o trabalho de coordenadoras pedagógicas dessas instituições, investigando o que elas pensam sobre as dificuldades relatadas pelos diretores e os confrontos enfrentados a partir dessa demanda.

DESENVOLVIMENTO

A qualidade do ensino nas instituições educacionais não é resultado apenas do investimento realizado em suas instalações físicas. O gestor tem a responsabilidade de assegurar que a equipe implemente projetos pedagógicos que tenham um impacto positivo, pois a qualidade da educação desempenha um papel fundamental na formação de cidadãos capacitados, capazes de analisar, criticar e promover transformações no ambiente em que vivem. Segundo Luck, a definição dos princípios de uma boa educação e desenvolvimento por parte de uma gestão, se tem por:

É importante que você esteja familiarizado com a natureza do seu trabalho, compreenda suas várias ramificações e adquira proficiência nos princípios, métodos e técnicas essenciais para exercer sua profissão com sucesso (Luck, 2014, p.130).

Aprimore suas habilidades de comunicação, relacionamento interpessoal, gerenciamento de conflitos e capacidade de desenvolvimento em equipe. (Luck, 2014, p. 131).

A educação requer uma gestão participativa, que envolva a colaboração entre professores, diretores, coordenadores, orientadores, funcionários e famílias que compõem a comunidade escolar, atuando juntos na administração e direcionando suas perspectivas para o futuro, com base nas necessidades da escola. Dessa forma, busca-se alcançar um equilíbrio entre os objetivos propostos e os resultados finais, promovendo um projeto inovador. Considerando a importância da contribuição da equipe escolar, é fundamental adotar ações que transmitam genuinamente aceitação e incentivo, reconhecendo os méritos dos responsáveis pelas soluções encontradas, a fim de estimular os demais membros da equipe a contribuírem com suas ideias e solucionarem problemas. Um gestor educacional competente tem a habilidade de desenvolver uma colaboração com sua equipe. A habilidade de tomar decisões torna-se fundamental para obter comprometimento e cooperação, ao buscar integrar as demandas de todas as áreas da instituição de ensino e auxiliar aqueles responsáveis pela formação dos estudantes. Tornar esse processo de tomada de decisões mais democrático, seja por meio de otimização ou educação contínua, desempenha um papel crucial na busca pela excelência da equipe. Paschoalino realça que:

A administração escolar tem enfatizado que a responsabilidade pela qualidade do ensino oferecido recai sobre a liderança educacional e a promoção da democracia. Os gestores escolares adotaram as diretrizes normativas, que se baseiam nos princípios de liderança, participação coletiva, eficiência, competência e qualidade. (Paschoalino, 2017, p.117).

Respeitar uma conduta, em meio à gestão democrática, será capaz de formar uma equipe coesa e eficaz, com uma atitude colaborativa visando

encontrar soluções, em vez de apenas visar à cobrança de resultados. Quando o trabalho pedagógico não entra em conformidade com o que a gestão quer, muitas vezes não é porque os professores não estão interessados em alcançar a qualidade, é nítido que todo educador visa trabalhar em um local organizado e que cumpre as normas estabelecidas em sua grade curricular. Porém, comumente, uma instituição que não atinge essa qualidade prevista pela gestão, é justamente pelo fato do gestor não entender e não participar dos desdobramentos em sala de aula vindas do corpo docente, impedindo assim, de presenciar acertos em meio a complexidades na sala de aula.

A falta de uma administração pedagógica eficiente resulta na incapacidade da escola em prover contribuições significativas à sociedade. (Correia, 2019, p.7).

Uma instituição educacional que adota princípios de gestão democrática, participativa e engaja todos os envolvidos no processo de aprendizagem, tem como resultado a melhoria da qualidade educacional e o êxito da escola. (Gellatti E Marquezan, 2013, p. 66).

Nesse contexto, é crucial contar com uma equipe de gestão unida e colaborativa, capaz de empregar suas competências e habilidades visando atingir esse propósito compartilhado. É fundamental também realizar avaliações periódicas dos resultados de cada ação, promovendo mudanças significativas no processo organizacional e impulsionando aprimoramentos nos métodos educativos por meio de uma gestão participativa e construtiva.

Essa abordagem visa apoiar o desenvolvimento de habilidades dos alunos, transformando-os em cidadãos reflexivos. E assim criar um clima de confiança, transformação, atitudes e incentivos para que os docentes avancem em direção a uma escola reflexiva, autônoma e participativa, voltada para o aprimoramento dos ideais de educação, incentivando a participação crítica e transformando a escola em uma comunidade, o gestor deve agir como um líder. Ele também deve ser motivado, dinâmico, responsável e criativo.

O gestor deve ter o comprometimento de garantir o acesso dos discentes e sua permanência na escola, pois isso consiga alcançar o sucesso no ensino- aprendizagem a partir do desenvolvimento da escola. Assim, os alunos asseguram um direito legal de aprendizado, aderindo às normas legais e estabelecendo um calendário escolar com um mínimo de 200 dias letivos e 800 horas de aula. (BRASIL, 1996).

A fim de estabelecer a gestão democrática na escola de forma efetiva, é essencial que haja uma disposição para implementá-la. Dada a sua complexidade, é necessário também tomar medidas imediatas e concretas, especialmente por parte do gestor escolar. Portanto, o profissional deve desempenhar sua função com liderança, visando impulsionar mudanças significativas em sua equipe administrativa. Segundo Luck (2012):

Os gestores escolares desempenham um papel fundamental como líderes, sendo responsáveis pela continuidade e pelo êxito de suas organizações. A liderança é caracterizada por um conjunto de elementos interligados, tais como dedicação, visão, valores, entusiasmo, competência e integridade, os quais são expressos por um indivíduo que inspira os demais a colaborarem de forma conjunta, visando alcançar objetivos e metas coletivas. Uma liderança eficaz é reconhecida pela capacidade de influenciar positivamente os grupos e motivá-los a agir de forma coordenada e coesa. Os líderes são capazes de traduzir nossas incertezas e nos auxiliar na cooperação e colaboração, possibilitando a tomada de decisões acertadas. (CHIAVENATO, 1994, apud, LÜCK, 2012, p. 33).

Dessa forma, a participação desempenha um papel fundamental na concretização da gestão democrática por meio das iniciativas do diretor, que tem como objetivo principal engajar todos os envolvidos no processo de desenvolvimento do trabalho educacional. É fundamental destacar que a participação do diretor como gestor, desempenha um papel crucial ao observar e abordar os desafios enfrentados no processo educativo dos alunos no ambiente escolar. A gestão democrática representa uma substituição da visão autoritária da administração escolar, em que o diretor tomava todas as decisões e planejamentos, delegando ordens e funções sem levar em consideração as opiniões ou sugestões do grupo de trabalho. Esse modelo de gestão se baseia na prática participativa, promovendo o envolvimento de todos os envolvidos, incluindo pais, alunos, comunidade, professores e funcionários, para que tenham voz e oportunidade de contribuir.

Segundo Saviani (2012), colaborar com os profissionais no desempenho de suas funções educativas resulta na organização de ações integradas e cooperativas, promovendo um ambiente de apoio mútuo. Para garantir uma comunicação efetiva, é essencial manter e fomentar a transparência e a objetividade, permitindo a contribuição de todos os membros da equipe escolar e da comunidade. Além disso, é fundamental que o gestor escolar, no papel de diretor, estimule a inovação e a criatividade como atribuições pedagógicas de grande importância.

O gestor escolar, atuando como diretor, possui uma série de responsabilidades no ambiente educacional. Ele desempenha um papel fundamental ao articular todos os setores da escola, considerando todos os aspectos relevantes. Além disso, ele tem a tarefa de promover uma influência positiva no ambiente e no clima organizacional, bem como garantir o alto desempenho dos profissionais que fazem parte da equipe escolar. Seu principal objetivo é assegurar a qualidade do processo de ensino e aprendizagem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim, pode-se concluir que as dificuldades e desafios enfrentados por um gestor escolar competente são cruciais para superar limitações e garantir a qualidade do ensino. Neste artigo, discutimos a importância de uma gestão escolar baseada em valores humanizados e enfatizamos a necessidade de um Gestor Escolar democrático, participativo e responsável em suas funções.

O objetivo principal deste estudo foi alcançado, pois destacamos a importância da consolidação de uma gestão democrática, onde a participação é fundamental. Além disso, ressaltamos a importância da democratização da escola por meio do envolvimento dos diferentes agentes sociais nos processos de tomada de decisão, escolhas coletivas, experiências, aprendizagens e elaboração de projetos. Essa estruturação coletiva, quando bem alinhada, contribui para o sucesso da instituição e gera um impacto positivo na sociedade.

Desse modo, o profissional responsável pela direção de uma escola, desempenha um papel fundamental na concretização do trabalho educacional no ambiente escolar. Ele enfrenta desafios diários, lidando com recursos limitados para alcançar resultados significativos. Além disso, ele precisa lidar com a falta constante de professores e funcionários, suprir a escassez de materiais, reinventar e adaptar espaços físicos, atender às expectativas dos pais e, ao mesmo tempo, colaborar no desenvolvimento do trabalho pedagógico. Adicionalmente, é importante que ele colabore com sua equipe na construção de uma proposta educacional que vise o sucesso da aprendizagem dos alunos e a transformação da realidade em que eles estão inseridos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBA, (2009). **Gestão democrática e autonomia financeira na escola pública: avanços e retrocessos em: Gestão Escolar: enfrentando os desafios cotidianos em escolas públicas**. Maria Lília Imbiriba Sousa Colares, Juracy Machado Pacífico, George Queiroga Estrela (Organizadores), 129-39, Editora CRV.

BORGES, Cecília Maria Ferreira. **O professor da educação básica e seus saberes profissionais**: JM, 2004.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Matemática**. Secretaria de Educação. Brasília: MEC/ SEF, 19.

CORREIA, Regina Almeida Soares. **Os Desafios da Gestão Escolar**. Núcleo do Conhecimento, (7).

GELATTI e MARQUEZAN. **Contribuições Da Gestão Escolar Para A Qualidade Da Educação**. Universidade Federal de Santa Maria, Brasil, (66).

LIBÂNEO, J. C. (2013). **Educação Escolar: políticas, estrutura e organiza-**

ção. Cortez.

LÜCK, Heloísa. **Dimensões da Gestão Escolar e Suas Competências**. 10ª edição. São Paulo: Penso, 2021, (130-131).

PASCHOALINO, Jussara Bueno de Queiroz. **Desafios da Gestão Escolar**. Universidade Federal de Minas Gerais.

PASCHOALINO, Jussara Bueno de Queiroz. **Gestão de Qualidade: O Desafio da Dontemporaneidade**. Universidade Federal de Minas Gerais.

SAVIANI, Dermeval. **“Saberes implicados na formação do educador”**. In: Formação do Educador: dever do Estado, tarefa da Universidade. Organizado por Bicudo, M. A. V.; Silva Junior, C. A. da. Vol. 1. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1996.

GESTÃO ESCOLAR DE ESCOLAS PÚBLICAS E PRIVADAS TEM DIFERENÇA?

Maria Jacira Nascimento da Silva¹

Natércia de Andrade Lopes Neta²

1. INTRODUÇÃO

A gestão escolar desempenha um papel crucial no cenário educacional, moldando o ambiente de aprendizado e influenciando diretamente o desenvolvimento dos alunos. Este artigo explora uma questão fundamental: as diferenças entre a gestão escolar em instituições públicas e privadas.

À medida que o sistema educacional evolui, surgem questionamentos sobre as práticas administrativas que orientam essas duas esferas. Investigaremos como as escolas públicas e privadas enfrentam desafios distintos em termos de recursos, políticas, e abordagens pedagógicas.

Além disso, examinaremos como essas diferenças impactam não apenas o corpo docente, mas também os alunos e suas experiências educacionais. Ao evidenciar as disparidades entre essas modalidades de gestão, buscamos proporcionar uma compreensão mais profunda das dinâmicas educacionais contemporâneas. A análise dessas diferenças pode informar políticas educacionais mais eficazes e contribuir para a promoção de um sistema educacional mais equitativo e inclusivo.

2. DIFERENÇAS

A escolha do gestor é um ponto crucial na gestão escolar. Nas escolas privadas, essa seleção muitas vezes está vinculada à visão empresarial, buscando eficiência e resultados. Já nas escolas públicas, a escolha pode envolver processos burocráticos e políticos, impactando diretamente no modo como a instituição será conduzida.

1 Discente do curso de Licenciatura em Matemática pela Universidade Estadual de Alagoas – UNEAL, Palmeira dos Índios – AL. E-mail: maria.silva140@alunos.uneal.edu.br. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4418329448026445>.

2 Docente do Curso de Licenciatura em Matemática Campus Palmeira dos Índios da Universidade Estadual de Alagoas – UNEAL. E-mail: natercia.lopes@uneal.edu.br. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4880247640523667>.

A manutenção da infraestrutura também revela diferenças entre as escolas públicas e privadas. Enquanto as privadas muitas vezes têm recursos mais significativos para investir em estrutura física e tecnológica, as escolas públicas podem enfrentar desafios financeiros que impactam diretamente na qualidade do ambiente educacional.

O desempenho dos alunos nas avaliações é um indicador relevante, mas pode ser influenciado por diversos fatores, incluindo recursos disponíveis, qualidade do corpo docente e engajamento da comunidade. Comparar esses resultados entre escolas públicas e privadas exige uma análise cuidadosa, levando em consideração as diferenças contextuais.

O cenário atual da gestão escolar destaca a importância de abordagens inovadoras e eficientes. A literatura sobre gestão escolar mostra a evolução desses conceitos, desde a busca pela eficiência na gestão privada até os desafios enfrentados pelas escolas públicas em meio a demandas sociais complexas.

Diante do vasto campo de possibilidades na educação, a gestão escolar continua sendo um elemento-chave para o sucesso das instituições. Seja na esfera pública ou privada, compreender e aprimorar os processos de gestão contribui significativamente para o desenvolvimento educacional e, conseqüentemente, para o progresso da sociedade

3. ANÁLISE

Realizou-se uma análise minuciosa, abordando detalhes das escolas pública (Escola 1) e privada (Escola 2), a fim de destacar suas características distintas, estruturas organizacionais, desafios e pontos positivos. Na Escola 1, merece destaque a ênfase na gestão democrática, o envolvimento parental limitado, os desafios decorrentes da rotatividade docente e os esforços contínuos para aprimorar as metodologias de ensino.

Enquanto isso, na Escola 2, são enfatizados elementos como a missão católica, a participação intensa dos pais, a valorização da paz interior e valores fundamentais, entremeadas pela preocupação com desafios socioeconômicos e a necessidade de inovação.

As disparidades nas infraestruturas físicas, notadamente em relação a instalações como quadras cobertas e laboratórios, são ressaltadas. Além disso, é salientada a importância dos espaços diferenciados como um fator determinante na escolha dos pais. O quadro comparativo aborda aspectos variados, desde o processo de seleção de funcionários até a organização do trabalho e projetos pedagógicos, destacando a relevância da gestão democrática.

Um foco específico no Projeto Político Pedagógico é evidenciado, sublinhando sua importância na caracterização da gestão democrática. No

entanto, destaca-se também a necessidade premente de uma participação mais robusta da comunidade escolar em ambas as instituições.

No âmbito da gestão, é notável a busca por uma abordagem democrática, evidenciada pela presença de associações de pais, colegiado escolar e propostas da direção para o futuro. Contudo, são observadas falhas percebidas tanto na escola pública quanto na privada nesse aspecto, apontando para desafios persistentes que necessitam de atenção contínua e estratégias de aprimoramento.

3.1 Resultado da análise

Participação dos Pais e Alunos: Ambas as escolas afirmam considerar as opiniões de pais e alunos, porém, essa participação é esporádica.

Na escola pública, essa limitação pode estar associada à dificuldade de envolvimento devido ao número elevado de alunos, enquanto a escola privada, busca uma participação mais ideológica, alinhada à interferência na sociedade.

Manutenção das Instalações e Equipamentos: O quadro evidencia desafios na conservação patrimonial da escola pública, destacando a burocracia em adquirir recursos financeiros e a necessidade constante de reparos devido ao maior número de alunos.

A escola privada, apesar de enfrentar dificuldades, possui vantagens na aplicação de recursos, evidenciando o empenho de ambas as gestões na manutenção adequada das instituições.

Interação com a Comunidade: A interação com a comunidade é essencial para o desenvolvimento educacional. Ambas as escolas mantêm parcerias com instituições da comunidade, como universidades e a Prefeitura Municipal. Essa colaboração gera benefícios por meio de projetos, palestras e apresentações, enriquecendo a experiência dos alunos.

Desempenho Acadêmico: Ao analisar o desempenho acadêmico, observa-se que a escola privada não registrou reprovação ou evasão, enquanto a escola pública apresentou taxas de reprovação e evasão. Isso pode estar relacionado ao menor número de alunos na escola privada, permitindo maior atenção e intervenção rápida dos professores diante de possíveis falhas.

Avaliações Sistêmicas Externas: Destaca-se a ausência da escola privada em avaliações sistêmicas externas, como SAEB e SIMAVE, inviabilizando a comparação.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em síntese, a análise das escolas pública e privada ressalta a complexidade da gestão escolar. As divergências emergem em áreas cruciais, evidenciando obstáculos distintos.

Enquanto a escola pública enfrenta obstáculos relacionados à gestão democrática e recursos limitados, a escola privada lida com desafios socioeconômicos e busca uma participação mais ideológica dos pais.

A participação dos pais e alunos, a manutenção das instalações, a interação com a comunidade e o desempenho acadêmico são pontos de destaque. No entanto, a ausência da escola privada em avaliações sistêmicas externas destaca uma lacuna na avaliação comparativa.

Em última análise, compreender e abordar essas diferenças é crucial para desenvolver estratégias de gestão escolar mais eficazes e promover um ambiente educacional equitativo e inclusivo.

REFERÊNCIAS

<https://dspace.uniube.br/jspui/bitstream/123456789/1515/1/Jo%-C3%A3o%20da%20Silva%20Mafra.pdf>.

<https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar/article/download/281/244>.

<https://core.ac.uk/download/pdf/15566764.pdf>.

GESTÃO DE RECURSO ESCOLARES

Graziele Tenório Silva¹

Maria Vitória Ramalho da Silva²

Michelle Barbosa Torres³

Paloma Raiane Leite de Souza Ferro⁴

Natércia de Andrade Lopes Neta⁵

1. INTRODUÇÃO

A expressão “gestão” é aplicada na educação com maior assiduidade a partir da década de 90, e tem como foco o alcance de resultados esmerando metodologias, priorizando e acurando a melhoria de ensino dentro da instituição, conquanto a gestão escolar não se aplica apenas a qualidade de ensino, é essencial compreender as deficiências das esferas que partem do plano pedagógico ao financeiro. (Cesário, Tepedino e Neves, p.2)

A gestão de recursos escolares tem uma grande importância no ambiente escolar, tanto no monitoramento e avaliação do desempenho de estudantes e professores, como na educação de qualidade e bem-estar do corpo docente. O gestor por meio das normas, leis e diretrizes provenientes do sistema de administração pública da educação ao qual está vinculada organiza sua administração da escola.

No final dos anos 80, o Brasil, passou por diversas mudanças na educação. Em razão disso, ocorreu uma mudança do financiamento e da gestão financeira da educação, diante do ocorrido o PDDE, chegou para consumir discussões

1 Discente do curso de Licenciatura em Matemática pela Universidade Estadual de Alagoas – UNEAL, Palmeira dos Índios – AL. E-mail: grazielesilva@alunos.uneal.edu.br. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8142689599488553>.

2 Discente do curso de Licenciatura em Matemática pela Universidade Estadual de Alagoas – UNEAL, Palmeira dos Índios – AL. E-mail: maria.silva141@alunos.uneal.edu.br. Lattes: <https://lattes.cnpq.br/9802189953265544>.

3 Discente do curso de Licenciatura em Matemática pela Universidade Estadual de Alagoas – UNEAL, Palmeira dos Índios – AL. E-mail: michelletorres@alunos.uneal.edu.br. Lattes: <https://lattes.cnpq.br/0683294569504957>.

4 Discente do curso de Licenciatura em Matemática pela Universidade Estadual de Alagoas – UNEAL, Palmeira dos Índios – AL. E-mail: palomaferro@alunos.uneal.edu.br.

5 Docente do Curso de Licenciatura em Matemática Campus Palmeira dos Índios da Universidade Estadual de Alagoas – UNEAL. E-mail: natercia.lopes@uneal.edu.br. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4880247640523667>.

antigas em defesa da escola como um espaço de políticas educativas.

De acordo com MESSEMBERG (1999) o PDDE:

É um programa que privilegia a ponta, privilegia a escola, a administração da escola, no sentido de garantir a certa hora recursos mínimos, não só para fazer frente a necessidade imediata, mas permitir que cada escola possa construir um paralelo e dentro da sua linha pedagógica, dar alternativa e complementar essa atividade educacional propriamente dita.

O Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) possui caráter adicional e envolve a alocação anual de recursos financeiros repassados às entidades participantes, cujas finalidades incluem:

O atendimento das necessidades prioritárias dos estabelecimentos educacionais beneficiários que contribuam para assegurar seu funcionamento; a implementação de melhorias em sua infraestrutura física e pedagógica; e o estímulo da autogestão escolar e da prática da cidadania, com a participação da comunidade no controle social.

2. GESTÃO DE RECURSOS ESCOLARES

2.1. Orçamento escolar e alocação de recursos

O orçamento escolar desempenha um papel central na operação e no crescimento sustentável de instituições educacionais. Trata-se de um instrumento financeiro que não apenas reflete as prioridades da escola, mas também direciona os recursos para áreas cruciais, influenciando diretamente a qualidade do ensino oferecido.

De acordo com RAFAEL (2014):

A qualidade da educação das escolas públicas brasileiras é bastante questionável, o que leva atualmente o Brasil a enfrentar um de seus maiores desafios de políticas públicas nesta esfera de atuação.

O processo de elaboração do orçamento escolar geralmente envolve a colaboração de diversos setores, como administração, corpo docente e até mesmo a comunidade escolar. Essa abordagem participativa assegura que as necessidades e aspirações de todos os envolvidos sejam consideradas, contribuindo para um planejamento mais abrangente e eficiente.

A alocação de recursos no orçamento escolar requer uma análise cuidadosa das demandas específicas da instituição. Isso abrange desde a manutenção da infraestrutura física até a atualização de tecnologias educacionais, passando pela formação contínua dos professores e a aquisição de materiais didáticos. O programa responsável por parte dessas ações é o PDDE, este de acordo com HAAS e BRUCH (2017) tem o objetivo de cuidar da:

Melhoria da infraestrutura física e pedagógica, o reforço da autogestão escolar e a elevação dos índices de desempenho da educação básica. Os recursos do programa são transferidos de acordo com o número de alunos, de acordo com o censo escolar do ano anterior ao do repasse.

O FNDE também tem a incumbência de realizar parcela das iniciativas do MEC vinculadas à educação fundamental e ao ensino superior. Além disso, o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) oferece suporte financeiro e técnico aos municípios, implementando medidas que favorecem um ensino de excelência. Tendo como principais programas: Alimentação Escolar (PNAE), Dinheiro Direto na Escola (PDDE), Proinfância Caminho da Escola, Programa Nacional do Livro e Material Didático (PNLD), Programa Banda Larga nas Escolas e Plano de Ações Articuladas (PAR).

Outro mecanismo de financiamento utilizado na educação é o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), ele foi criado para garantir recursos destinados à educação, incluindo salários de professores e melhorias na infraestrutura das escolas. O FUNDEB é composto por recursos provenientes de impostos estaduais e municipais, além de uma complementação da união em casos específicos. De acordo com GLUZ (2021), o instrumento do Fundeb tornou-se um dos mecanismos mais importantes no trabalho de equalização do ensino obrigatório e na busca da universalização da educação no Brasil.

A transparência no processo orçamentário é vital. Comunidades escolares geralmente esperam uma prestação de contas clara sobre como os recursos estão sendo utilizados. A divulgação aberta do orçamento não apenas promove a confiança, mas também possibilita o envolvimento ativo de pais, professores e alunos na definição de prioridades e no acompanhamento dos resultados.

Adaptabilidade é outra característica-chave do orçamento escolar. As necessidades educacionais estão em constante evolução, e um orçamento flexível permite ajustes para atender às demandas emergentes. Essa capacidade de adaptação é essencial para lidar com imprevistos e para garantir que os recursos sejam alocados da maneira mais eficaz possível.

Em última análise, o orçamento escolar não é apenas uma planilha de números; é uma expressão tangível dos valores e objetivos educacionais de uma instituição. Uma gestão cuidadosa, participativa e transparente do orçamento não apenas sustenta o funcionamento diário da escola, mas também fortalece sua capacidade de criar um ambiente educacional vibrante e propício ao aprendizado

2.2. Gestão de recursos humanos na educação

A gestão de recursos humanos na educação é considerada a área de maior desenvolvimento e comprometimento em sua instituição, garantindo o bem-estar dos alunos. Como a chegada do estudante até a escola, a alimentação, e a qualidade de vida. Segundo HAAS E BRUCH (2017):

A aplicação eficiente dos recursos públicos é um dos grandes desafios para os gestores das escolas. Cabe a eles aplicar os mesmos de forma responsável, com foco nos resultados positivos e na transparência, e também buscar inovações das práticas escolares que estão correlacionadas a maiores elevações no aprendizado dos alunos. Cada vez mais se observa a necessidade de realização de estudos sobre a aplicação de recursos públicos, para verificar onde estão os melhores resultados e a melhor utilização dos mesmos. Acredita-se que avaliar a relação entre os gastos em educação e o desempenho dos estudantes é uma forma de verificar se a aplicação de recursos públicos está sendo eficaz, eficiente e efetiva.

A gestão de recursos humanos desempenha um papel crucial no setor educacional, moldando o presente e o futuro da sociedade por meio do desenvolvimento e aprimoramento de profissionais dedicados à educação. Este processo abrange desde a seleção e treinamento de docentes até a criação de ambientes favoráveis ao aprendizado. Na interseção entre a gestão de recursos humanos e a educação, reside a chave para a formação de indivíduos capacitados, cidadãos críticos e contribuintes ativos para o progresso social.

A seleção criteriosa de profissionais é o ponto de partida dessa jornada. A gestão de recursos humanos na educação deve considerar não apenas as qualificações acadêmicas, mas também as habilidades interpessoais e a paixão pelo ensino. É por meio desses profissionais que as instituições educacionais moldam a experiência do aluno, influenciando diretamente seu desenvolvimento cognitivo, emocional e social. De acordo com LUZ e DÂNDARO (2009),

Gestão de recursos humanos é uma atividade executada pelo departamento de recursos humanos de uma empresa ou organização com a finalidade de escolher quem seja qualificado para trabalhar para a empresa ou organização diante de uma série de candidatos e treina-lo. Ou seja, tem a função de colocar o funcionário certo no lugar certo.

Além disso, a formação contínua é um componente vital da gestão de recursos humanos na educação. O aprendizado não é um evento único, mas um processo contínuo. Portanto, programas de desenvolvimento profissional, workshops e oportunidades de aprimoramento devem ser oferecidos para manter os educadores atualizados sobre as melhores práticas pedagógicas, tecnologias emergentes e abordagens inovadoras de ensino.

A criação de um ambiente de trabalho saudável e motivador também é

responsabilidade da gestão de recursos humanos. Professores e funcionários administrativos que se sentem valorizados e apoiados são mais propensos a desempenhar seu papel de maneira eficaz. Incentivar a colaboração, reconhecer conquistas e fornecer recursos adequados são aspectos essenciais para garantir um ambiente propício ao ensino e à aprendizagem.

Já que a instituição educacional, assim como as organizações, é composta por indivíduos e apresenta hierarquia e regulamentos a serem seguidos. Há um plano a ser executado e objetivos a serem alcançados. Para garantir essa realização de maneira satisfatória, é essencial que os colaboradores atuem de maneira coordenada e colaborativa, visando alcançar resultados superiores. Portanto, a administração de pessoas desempenha um papel crucial no contexto educacional. A instituição educacional conta com um valioso capital humano que requer liderança eficiente para otimizar seu potencial.

A gestão de conflitos também é uma habilidade-chave. Em um ambiente educacional, conflitos podem surgir entre professores, entre funcionários e até entre alunos. Uma abordagem eficaz na resolução de conflitos é fundamental para manter a harmonia no ambiente educacional, garantindo que a energia seja direcionada para o processo de ensino-aprendizagem.

Por fim, a gestão de recursos humanos na educação deve abraçar a diversidade e a inclusão. As salas de aula e as instituições de ensino refletem uma variedade de origens, habilidades e perspectivas. Garantir que a equipe educacional seja diversificada e que os programas sejam inclusivos é fundamental para atender às necessidades de todos os alunos e prepará-los para viver em uma sociedade globalizada.

Em síntese, a gestão de recursos humanos na educação vai além da simples contratação e administração de pessoal. Ela molda a qualidade do sistema educacional, influenciando diretamente o sucesso dos alunos e, por conseguinte, o futuro da sociedade. Ao investir na gestão eficaz de recursos humanos, as instituições educacionais estão construindo as bases para um amanhã mais promissor e sustentável.

2.3. Sustentabilidade e eficiência na gestão de recursos

A excelência das instituições de ensino públicas no Brasil está vinculada a uma administração democrática e responsável, promovendo um desempenho aprimorado na rede educacional. Um dos propósitos é fomentar o desenvolvimento dos estudantes, gerando aprimoramentos não apenas na escola, mas também nos métodos de aprendizado.

Os recursos obtidos devem ser cuidadosamente utilizados, com um plano elaborado em colaboração com o conselho escolar. Para que essa fase seja eficaz,

é crucial o engajamento, comprometimento, seriedade e responsabilidade. Ao longo desse processo, o dirigente da instituição, como líder da administração democrática, necessitará de competências que o ajudem a guiar a empreitada junto à comunidade educativa.

Segundo o CESÁRIO, TEPEDINO e NEVES:

Para que haja eficiência na gestão dos recursos públicos destinados à educação. Os envolvidos, no trato deles, deverão ter a compreensão macro do financiamento da educação, com recursos como o PDDE e FNDE.

O cenário educacional é um local de instrução, considerando a complexidade da sustentabilidade como um tópico multidisciplinar é um ponto positivo para a administração fomentar conscientização e iniciativas na comunidade local.

A administração educacional pode implementar medidas de sustentabilidade e despesas conscientes, introduzindo inovações que são desenvolvidas no cenário escolar, convertendo seus estudantes em indivíduos responsáveis e analíticos.

A crescente conscientização sobre os desafios ambientais e a escassez de recursos naturais tem destacado a importância da sustentabilidade e eficiência na gestão de recursos como elementos fundamentais para um futuro sustentável. A interdependência entre a prosperidade econômica, a equidade social e a preservação ambiental exigem uma abordagem holística na forma como gerenciamos e utilizamos os recursos disponíveis.

A gestão sustentável de recursos busca equilibrar as necessidades presentes sem comprometer as capacidades das gerações futuras atenderem às suas próprias demandas. Isso implica em adotar práticas que minimizem o impacto ambiental, promovam a eficiência energética e reduzam a pegada de carbono. O fortalecimento do papel social da escola como espaço educador sustentável, a partir de sua atuação nos territórios físicos e ambientais, como instrumento de articulação e transformação social (PARANÁ, 2013b, Art. 2º, Inciso IV). Nesse contexto, a transição para fontes de energia renovável, a otimização do uso da água e a gestão responsável dos resíduos tornam-se imperativo.

Além disso, a eficiência na gestão de recursos vai além do aspecto ambiental, abrangendo também a dimensão econômica e social. Empresas e organizações que implementam estratégias sustentáveis não apenas reduzem seus custos operacionais a longo prazo, mas também fortalecem sua reputação e posicionamento no mercado. A promoção da eficiência energética, a minimização de desperdícios e a adoção de práticas responsáveis na cadeia de suprimentos são exemplos de ações que contribuem para a sustentabilidade e, ao mesmo tempo, impulsionam a competitividade.

A conscientização sobre a importância da sustentabilidade na gestão de recursos tem influenciado políticas governamentais, levando à criação de

regulamentações mais rígidas e incentivos para práticas sustentáveis. Isso não apenas impulsiona a adoção de medidas mais responsáveis, mas também estimula a inovação e a pesquisa em busca de soluções mais eficientes e sustentáveis.

Nesse contexto, a educação desempenha um papel crucial. A formação de profissionais capacitados e conscientes dos desafios ambientais e sociais é essencial para impulsionar mudanças significativas na gestão de recursos. O conhecimento sobre novas tecnologias, práticas sustentáveis e a compreensão dos impactos de cada decisão na cadeia produtiva são elementos-chave para criar uma cultura organizacional comprometida com a sustentabilidade.

Em resumo, a sustentabilidade e a eficiência na gestão de recursos são alicerces essenciais para construir um futuro mais equitativo e resiliente. A integração de práticas sustentáveis nas políticas empresariais, governamentais e individuais é um passo crucial para garantir a preservação do meio ambiente, promover o desenvolvimento sustentável e garantir um legado positivo para as gerações futuras.

REFERÊNCIAS

CESÁRIO, E. A. C.; TEPEDINO, R. A.; NEVES, P. F. **Gestão dos recursos escolares: pequenos detalhes, grandes desafios**. Disponível em: <https://semanaacademica.org.br/system/files/artigos/gestao_dos_recursos_escolares_0.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2023.

MESSEMBERG, Mônica. Palestra proferida na reunião extraordinária da Comissão de Educação e Cultura. Recife: Assembleia Legislativa de Pernambuco, 16/ 08/1999.

HAAS, Maridete Maria; BRUCH, Marciano. **Gestão de recursos financeiros na escola pública e desempenho escolar**. Revista digital, v. 1. n. 7. p. 42-64-ago-dez 2017.

GLUZ, Micaela Passerino. **O Novo Fundeb É uma Vitória? Análise das disputas políticas pelo projeto do Novo Fundeb**. FINEDUCA, v. 11, n. 10, 2021.

LUZ, Stela Maris de Brito; DÂNDARO, Fernando. **Gestão de pessoas no ambiente escolar**. São Sebastião do Paraíso- MG, 2009.

EVASÃO ESCOLAR: UMA BREVE ANÁLISE

Joana Conceição dos Santos¹

Juliana Silva Panta Mendonça²

Lucas Bezerra da Silva³

Talita Keyla Florêncio Santos⁴

Tamara Maria da Silva⁵

Natércia de Andrade Lopes Neta⁶

INTRODUÇÃO

A evasão escolar, é um problema complexo que afeta milhões de crianças e jovens em todo o mundo. Ela é definida como a interrupção prematura da educação formal, levando ao abandono dos estudos antes da conclusão dos níveis de ensino obrigatórios ou desejados. Essa é uma questão preocupante, uma vez que a educação desempenha um papel fundamental no desenvolvimento de indivíduos e da sociedade.

Quando tratamos de um país de proporções continentais como o Brasil é possível apontar desigualdades sociais, políticas e, principalmente, econômicas. Essas desigualdades se tornam um ponto importante para entender a evasão escolar, de acordo com a análise feita por XIMENES; AGATE (2011 apud OLIVEIRA, JUNIOR, 2021).

-
- 1 Discente do curso de Licenciatura em Química pela Universidade Estadual de Alagoas – UNEAL, Palmeira dos Índios – AL. E-mail: joanasantos@alunos.uneal.edu.br. Lattes: <https://lattes.cnpq.br/6162353430651245>.
 - 2 Discente do curso de Licenciatura em Química pela Universidade Estadual de Alagoas – UNEAL, Palmeira dos Índios – AL. E-mail: Julianamendoca@alunos.uneal.edu.br. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7047011898807398>.
 - 3 Discente do curso de Licenciatura em Química pela Universidade Estadual de Alagoas – UNEAL, Palmeira dos Índios – AL. E-mail: lucas.silva30@alunos.uneal.edu.br.
 - 4 Discente do curso de Licenciatura em Química pela Universidade Estadual de Alagoas – UNEAL, Palmeira dos Índios – AL. E-mail: talitasantos@alunos.uneal.edu.br. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4681188526185979>.
 - 5 Discente do curso de Licenciatura em Química pela Universidade Estadual de Alagoas – UNEAL, Palmeira dos Índios – AL. E-mail: tamara.silva3@alunos.uneal.edu.br. Lattes: <https://lattes.cnpq.br/2829508754737674>.
 - 6 Docente do Curso de Licenciatura em Matemática Campus Palmeira dos Índios da Universidade Estadual de Alagoas – UNEAL. E-mail: natercia.lopes@uneal.edu.br. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4880247640523667>.

As escolas com grande concentração de estudantes do Programa Bolsa Família (PBF) e que ofertam a educação integral (Programa Mais Educação) apresentam altos índices de precariedade quando comparadas a outras, cujas famílias dos alunos recebem renda mais alta.

Com isso, é possível fazer uma análise sobre a evasão escolar, problema que interfere negativamente no desenvolvimento do país.

De início, alguns problemas podem ser importantes para que se possa compreender a temática, o bullying, deficiência, trabalho e, até mesmo, a falta de acompanhamento familiar pode ser descrita como as maiores dificuldades e/ou problemas que afastam os alunos da escola. Outras dificuldades poderiam ser descritas, como, o simples desinteresse dos alunos em ir à escola, entretanto, o trabalho buscara evidenciar os problemas que se encontram na realidade próxima dos autores e que são mais comuns em todo o Brasil.

Ainda pode-se ser citado outras causas para a evasão escolar, que muitas vezes estão interligadas. Fatores socioeconômicos, como pobreza, e falta de recursos financeiros para se manter na escola, são frequentemente citados como motivos para o abandono dos estudos. Além disso, a violência e a falta de segurança nas escolas podem contribuir para que os alunos se sintam desmotivados e inseguros, levando ao abandono.

No contexto em que se empregou o desinteresse dos alunos e a realidade dos autores, apontando que o problema não seria um dos abordados ao decorrer deste trabalho, não busca apontar que este problema não se insere na realidade próxima dos pesquisadores, mas que mesmo sendo um problema frequente em todo o país, como bem apontado por TARTUCE; NUNES; ALMEIDA (2010, p.6).

No cotidiano da escola, o professor, para desenvolver sua atividade de ensinar, precisa lidar com os problemas de indisciplina e violência, com a falta de interesse dos alunos, com a necessidade de trabalhar com um número maior de alunos e de desenvolver sua tarefa educativa e para a diversidade.

Com isso, o desinteresse do estudante se torna menos discutível, não menos importante, já que há possibilidades de alterar esse roteiro através de mudanças de metodologias e a inserção de tecnologias as aulas por parte da gestão escola, diferentemente dos problemas supracitados que acabam causando a evasão escolar e não tem uma solução simples e prática.

Para que se possa entender as consequências advindas da evasão escolar, é importante observar a relevância desta discursão. Dificuldade da inserção do indivíduo no mercado de trabalho, baixo nível de capacitação, dificuldades nas relações pessoais e profissionais são alguns dos problemas derivados do abandono à escola, através da observação dessas consequências será possível, ao desenrolar desse trabalho, trazer uma melhor discursão sobre a problemática.

DESENVOLVIMENTO

A evasão escolar, é uma temática bem abrangente por consequência de inúmeros fatores, uma vez que o índice de evasão cresce a cada ano, ideia essa que pode se apoiar no exposto por NERI (2021), a qual expõem que na faixa etária de 5 a 9 anos de idade houve um aumento de 290,8% na taxa de evasão ao longo de 2020 no Brasil. Por virtude de que os alunos cheguem ao abandono, por doenças, deficiências e ter que abandonar os estudos, na maioria dos casos o bullying ainda se torna muito presente na escola, onde observa-se o preconceito por parte dos estudantes que tem o peso acima e abaixo do padrão, entre outros diversos fatores, também podemos citar o racismo. De acordo com Lima; Vala (2004, p.402 apud MOREIRA-PRIMO; DE FRANÇA, 2020), o racismo se constitui-se em “processo de hierarquização, exclusão e discriminação contra um indivíduo ou toda uma categoria social que é definida como diferente com base em alguma marca física externa (real ou imaginada) [...]”

De acordo com BATISTA, SOUZA, OLIVEIRA (2019) o problema da evasão escolar persiste entre os jovens e adultos que estão no ensino médio, diante disso, a desigualdade e crise econômica tornam-se um fator relevante para acesso à educação, pois, essa crise econômica que afeta muitas famílias impossibilita que muitos brasileiros não estejam em condições suficientes para se manter no ensino básico, tendo como necessidade, o trabalho para sua sobrevivência. Segundo dados divulgados pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), A necessidade de trabalhar é a principal justificativa citada por jovens para o abandono escolar no Brasil (2022).

Vale ressaltar que, a necessidade econômica torna-se em um emblema preocupante quando se fala em trabalhar ou estudar pois, a quantidade de alunos que abandonam a escola para ingressar no mercado de trabalho tem se tornando uma questão de sobrevivência. Em muitas situações, a necessidade de trabalhar para sobreviver tem maior prioridade do que estudar, visto que, o Brasil, por ser um país de constantes desigualdades sociais, muita das vezes obriga e faz os indivíduos a escolherem entre trabalhar ou estudar, o que de acordo com a Emenda Constitucional nº 114, de 2021:

Todo brasileiro em situação de vulnerabilidade social terá direito a uma renda básica familiar, garantida pelo poder público em programa permanente de transferência de renda, cujas normas e requisitos de acesso serão determinados em lei, observada a legislação fiscal e orçamentária.

Não apenas a educação básica como também a educação superior passa por essa realidade, de muitas vezes a qualidade de vida ser um fator de rompimento que faz com que crianças, adolescentes e adultos coloquem os

estudos em segundo lugar. Romper essas barreiras será fundamental para que todos possam ter direito a educação e quantidade de vida.

Outros fatores que contribuem para a evasão escolar incluem o bullying e deficiências que acabam afastando os estudantes do ambiente escolar, a incompatibilidade entre a realidade e propostas educacionais oferecidas, e a falta de apoio/acompanhamento familiar. Problemas pessoais, como questões de saúde mental, dificuldades de aprendizagem não identificadas e problemas familiares, também podem desencadear a evasão.

Quando tratamos do bullying, SANTOS (2010) aponta que, “Em muitos casos, o medo da discriminação e da exclusão da dinâmica social provoca uma reação de resignação”. PEREIRA (2014) ainda cita que.

O bullying é um problema que existe em todas as escolas; ainda assim, poucas têm consciência de sua existência ou mesmo das graves consequências advindas desses atos cruéis e intimidadores. Em muitos casos, ele é confundido com indisciplina ou mesmo brincadeiras próprias da idade ou, ainda, com agressões corriqueiras, casuais.

A gestão da escola se torna relevante para que essas situações de preconceito e de desrespeito ao colega no ambiente escolar não se torne alvo de imunidades pois, quando o ato é feito dentro da escola e não se tem as devidas punições, fora da escola ele se torna mais violento causando danos a vítima.

Outro ponto seria a didática do professor, fazendo com que o assunto se torne interessante para o aluno, despertando nele o interesse em entender os conteúdos. Se não houver uma interação entre o professor e o aluno dificilmente a comunicação entre ambos se tornará compreensiva onde, o aluno é o maior prejudicado.

Fracasso escolar

As dificuldades encontradas pelos alunos se tornam um emblema que traz vários problemas referente ao fracasso escolar na educação, uma realidade que rompe a qualidade da educação brasileira. Perrenoud (2000, p. 18) remete o fracasso escolar “como a simples consequência de dificuldades de aprendizagem e como a expressão de uma falta “objetiva” de conhecimentos e de competências”.

A avaliação mediante o fracasso escolar, rompe e fragiliza a cultura escolar dos alunos diante das dificuldades encontradas no ambiente escolar. Logo, os alunos se sentem incapaz de aprender e se desestimulam em voltar para a escola, e perdem o interesse pelos estudos, o fracasso escolar remete a fatores que impossibilitam uma clareza democrática nas escolas. Como salienta LUCKESI,

O ensino e a aprendizagem devem ser processados com envolvimento, com desejo efetivo de que ambos efetivamente ocorram. E isso depende tanto do educador como do educando, embora a motivação e a orientação dependam muito mais do educador, uma vez que ele é o líder desse processo dentro da escola. E, como tal, é ele que dá o tom das atividades. (LUCKESI, 2011, p. 108-109).

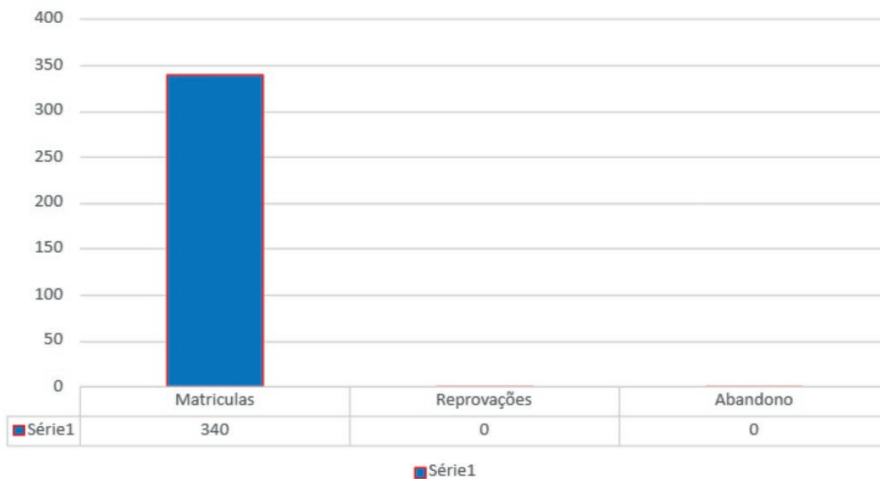
A avaliação é um processo de aprendizagem com que o educando busque no aluno o conhecimento necessário para que ele desenvolva as habilidades necessária de aprendizagem. Quando o aluno não atinge essas habilidades ensino-aprendizagem entre ele e o professor começa a se dilacerar, e o aluno é o principal prejudicado dessa defasagem da educação.

METODOLOGIA

Para o trabalho, foi utilizado uma metodologia de pesquisa na internet, a qual buscou dados sobre evasão escolar. Durante o processo de pesquisa, buscamos evidenciar os problemas relacionados ao abandono que mais se aproximassem das realidades próximas dos autores, é importante ressaltar que esses problemas se encontram em todo o mundo, não apenas nas cidades dos autores ou apenas no Brasil, podemos citar o bullying como exemplo, o que de acordo com FANTE (2002), expõem que “na atualidade, um dos temas que vem despertando cada vez mais, o interesse de profissionais das áreas de educação e saúde, em “todo o mundo”, é sem dúvida, o do bullying escolar”.

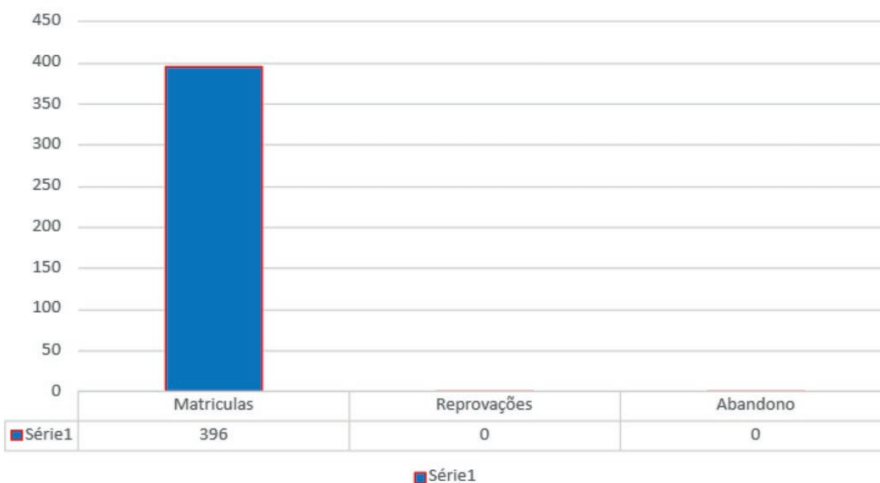
Através das pesquisas realizadas via internet, foram selecionadas três escolas de nível médio da cidade de Palmeira dos Índios, AL. Sendo essas instituições, duas estaduais, a qual iremos chamá-las de “escola A” e “escola B”, e uma particular, essa poderá ser denominada como “escola C”. Obtivemos como resultado dessa pesquisa que, a “**escola A**” tinha 340 matrículas, 0 reprovações, 0 abandono no ano de 2019, a “**escola B**” tinha 396 matrículas no ano de 2022, 0 reprovações, 0 abandono, já a “**escola C**” tinha 711 matrículas; 0 reprovações; 0 abandono no ano de 2019. Esses dados são referentes ao Censo escolar, INEP 2019 e 2022, observe os gráficos a seguir a qual representa os valores acima.

Gráfico 1: Dados da escola A
Escola A



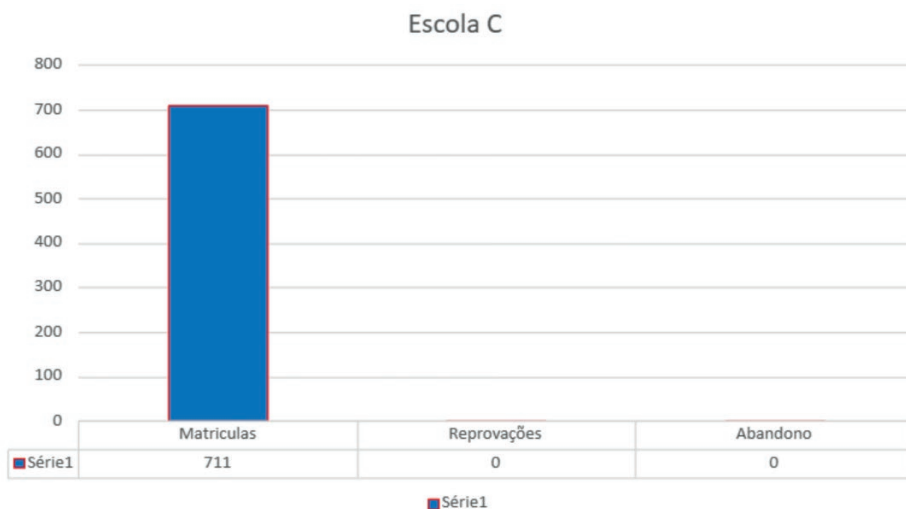
Fonte: Autor (2023).

Gráfico 2: Dados da escola B
Escola B



Fonte: Autor (2023).

Gráfico 3: Dados da escola C



Fonte: Autor (2023).

Os dados obtidos foram armazenados confiando na veracidade das informações, o que mostra que os métodos de acompanhamento que escolas utilizam para controle de alunos são de grande importância.

RESULTADOS E DISCURSÕES

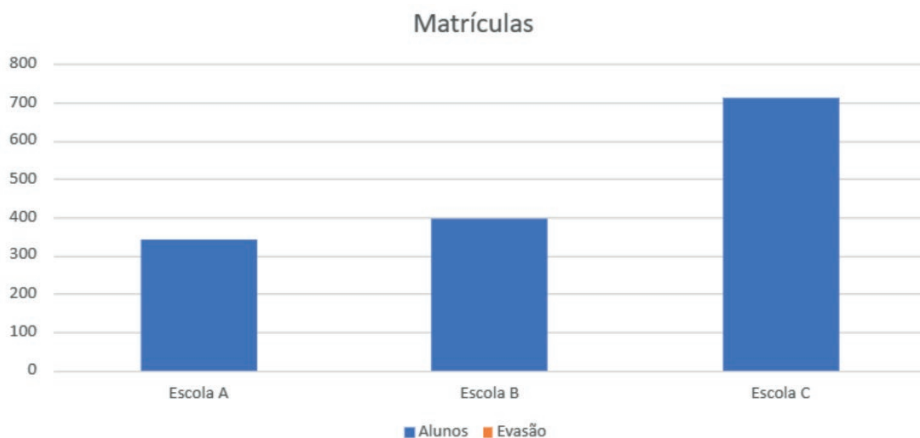
As consequências da evasão escolar são graves e duradouras tanto para os indivíduos quanto para a sociedade. Para os estudantes, a interrupção da educação formal pode limitar suas chances de alcançar melhores oportunidades de emprego no futuro, prejudicando sua qualidade de vida e perpetuando a desigualdade social. Além disso, a evasão escolar está associada a um maior risco de envolvimento em comportamentos inadequados, criminalidade e abuso de drogas.

Para a sociedade, a evasão escolar representa um desafio significativo. A redução dos níveis de educação formal afeta o desenvolvimento econômico e social de um país, limitando sua capacidade de inovação, produtividade e competitividade. Além disso, a evasão escolar contribui para a reprodução de problemas sociais, como o ciclo de pobreza e exclusão social. Para combater a evasão escolar, é necessário um esforço conjunto de governos, instituições educacionais, professores, famílias e comunidades. É fundamental garantir que todas as crianças tenham acesso a uma educação de qualidade, inclusiva e relevante para suas necessidades e realidades. Isso envolve investimentos em programas de apoio socioemocional, capacitação de professores, promoção de ambientes escolares seguros e acolhedores, e parcerias com organizações sociais e com a comunidade em geral.

Além disso, é essencial identificar precocemente os fatores de risco que podem levar à evasão escolar e oferecer suporte adequado aos alunos em situações de vulnerabilidade. A implementação de políticas educacionais integradas e abrangentes, que englobem desde a educação infantil até o ensino médio, é crucial para prevenir e combater a evasão. A busca de soluções eficazes para a evasão escolar requer uma abordagem multidimensional, considerando as particularidades de cada contexto. Somente através de uma educação equitativa, inclusiva e de qualidade, é possível reduzir a evasão escolar e criar oportunidades para que todos os indivíduos possam alcançar seu pleno potencial e contribuir para o desenvolvimento de suas comunidades e sociedade em geral.

Durante o processo de análise de dados, com a conclusão de que nenhuma das três escolas (A, B e C), selecionadas para a pesquisa não apresentavam dados online sobre evasão escolar, ficou evidente que uma pesquisa feita nas escolas seria a melhor forma de obter um resultado com maior confiabilidade, entretanto, é possível fazer uma observação referente a esse suposto excelente resultado, os dados são de escolas bem localizadas no município de Palmeira dos Índios, o que pode, de certa forma, contribuir para esse resultado.

Gráfico 4: Dados de matrículas da escola A, B e C.



Fonte: Autor (2023).

REFERÊNCIAS

OLIVEIRA, Dalila Andrade; JUNIOR, Edmilson Antonio Pereira. Trabalho docente em tempos de pandemia: mais um retrato da desigualdade educacional brasileira. **Retratos da escola**, 2021.

TARTUCE, Gisela Lobo BP; NUNES, Marina MR; ALMEIDA, Patrícia Cristina Albieri De. Alunos do ensino médio e atratividade da carreira docente no

Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, v. 40, p. 445-477, 2010.

BRASIL. CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988. Emenda Constitucional nº 53, de 2006. Disponível em: Acesso em: 13 de maio de 2022.

BATISTA, Santos Dias; SOUZA, Alesxsandra Matos; OLIVEIRA, Júlia Mara da Silva. A evasão escolar no ensino médio: um estudo de caso. **Revista Profissão Docente, UNIUBE. Uberaba/MG**, v. 9, n. 19, 2009.

SANTOS, Miguel Ângelo Nascimento dos. O impacto do bullying na escola. 2010.

DE SOUZA PEREIRA, Sônia Maria. **Bullying e suas implicações no ambiente escolar**. Pia Sociedade de São Paulo-Editora Paulus, 2014.

NERI, Marcelo; OSORIO, Manuel Camillo. Evasão escolar e jornada remota na pandemia. **Revista NECAT-Revista do Núcleo de Estudos de Economia Catarinense**, v. 10, n. 19, p. 28-55, 2021.

MOREIRA-PRIMO, Ueliton Santos; DE FRANÇA, Dalíla Xavier. Efeitos do racismo da trajetória escolar de crianças: uma revisão sistemática. **[TESTE] Debates em Educação**, v. 12, n. 26, p. 176-198, 2020.

FANTE, Cleodelice Aparecida Zonato. O fenômeno Bullying e suas Conseqüências Psicológicas. **São Paulo**, 2002.

LUCKESI, Cipriano Carlos. Avaliação da aprendizagem: com ponente do ato pedagógico. São Paulo: Cortez, 2011.

PERRENOUD, Philippe. Pedagogia diferenciada: das intenções a ação. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

UM MUNDO PÓS PANDEMIA: CAMINHOS PARA O BEM-ESTAR EMOCIONAL E O ENGAJAMENTO DOS ALUNOS

Michele Barbosa de Oliveira¹

Natércia de Andrade Lopes Neta²

INTRODUÇÃO

A pandemia global de COVID-19 impôs mudanças profundas no tecido social, especialmente no âmbito educacional. O fechamento repentino das escolas forçou educadores, alunos e famílias a se adaptarem a um novo paradigma de aprendizado remoto, desafiando não apenas a infraestrutura escolar, mas também o equilíbrio emocional e mental dos estudantes. Diante desse cenário, emerge a imperativa necessidade de reconstruir o ambiente educacional para promover não somente o retorno físico às salas de aula, mas a restauração do bem-estar emocional e o estímulo ao engajamento dos alunos.

Nesse contexto, é fundamental considerar as descobertas e recomendações de especialistas. Segundo De Paula Pires, pesquisadora na área educacional, a interrupção das atividades escolares presenciais ocasionou impactos profundos no desenvolvimento emocional dos estudantes (De Paula Pires, 2019). O isolamento, a incerteza e as exigências tecnológicas exacerbaram a ansiedade e a depressão entre os jovens, demandando estratégias multifacetadas para lidar com essas questões.

Além disso, conforme destaca Faria & Rodrigues, o retorno às escolas não implica, por si só, na resolução desses problemas. É preciso um enfoque holístico que contemple a adaptação pedagógica às necessidades emocionais dos alunos, promovendo um ambiente inclusivo e acolhedor. Diante desse panorama desafiador, a busca por caminhos que equilibrem o bem-estar emocional e o engajamento dos alunos assume papel central. É imperativo explorar abordagens educacionais inovadoras, como a integração de programas de saúde mental no currículo escolar

1 Discente do curso de Licenciatura em Química pela Universidade Estadual de Alagoas – UNEAL, Palmeira dos Índios – AL. E-mail: michele.barbosa551@gmail.com.
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1754294639076685>.

2 Docente do Curso de Licenciatura em Matemática Campus Palmeira dos Índios da Universidade Estadual de Alagoas – UNEAL. E-mail: natercia.lopes@uneal.edu.br.
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4880247640523667>.

e o uso estratégico de recursos tecnológicos para ampliar o suporte emocional aos estudantes. A criação de ambientes que estimulem a conexão emocional, a resiliência e o senso de comunidade torna-se, assim, um alicerce essencial para a reconstrução do cenário educacional pós-pandêmico (Faria & Rodrigues, 2020).

Diante da urgência em promover um ambiente educacional que atenda às necessidades emocionais e intelectuais dos alunos no cenário pós-pandêmico, o seguinte trabalho visa fornecer caminhos e estratégias concretas. Por meio da integração de pesquisas, práticas educacionais e abordagens centradas no bem-estar emocional, será apresentado um conjunto de caminhos. Este estudo propõe não apenas reflexões, mas soluções possíveis que possam orientar educadores, gestores e comunidades na reconstrução de um ambiente escolar que promova não somente a excelência acadêmica, mas também o cuidado e o desenvolvimento integral dos alunos.

A metodologia adotada neste artigo é fundamentada na abordagem de revisão bibliográfica. Por meio dessa metodologia, realizou-se uma análise sistemática e criteriosa de uma ampla gama de fontes bibliográficas, como artigos acadêmicos, livros e outras publicações relevantes. Esse método permitiu a compilação, análise e síntese de informações existentes sobre o tema em questão, proporcionando uma visão abrangente e fundamentada para a discussão proposta no trabalho.

DESENVOLVIMENTO

Os Educadores são a base

No ambiente educacional pós-pandêmico, a figura do educador não se restringe apenas ao papel de transmissor de conhecimento, mas também assume uma função crucial no suporte emocional dos alunos. A complexidade das demandas emocionais dos estudantes requer que os professores estejam preparados para compreender, acolher e auxiliar no desenvolvimento não apenas intelectual, mas também emocional de seus alunos. Segundo Diniz, 2023, a presença do educador como figura de apoio emocional pode ser determinante para o bem-estar e desempenho acadêmico dos alunos:

“...essa capacidade de observação e discernimento é fundamental para identificar sinais precoces de problemas de saúde mental ou dificuldades de aprendizagem. Ao reconhecer esses sinais, os educadores podem tomar medidas adequadas para oferecer o suporte necessário aos alunos, seja por meio de intervenções diretas ou encaminhamentos para profissionais especializados. Portanto, a vigilância atenta dos educadores é essencial para garantir o bem-estar e o desenvolvimento acadêmico dos alunos.” (v. 9, n. 1, 2023.)

Diniz, 2023, ressalta o papel crucial dos educadores na identificação precoce de sinais de dificuldades enfrentadas pelos alunos, sejam elas de ordem mental ou de aprendizado. Destaca-se a importância da observação atenta desses profissionais, que não apenas ministram aulas, mas também desempenham um papel de suporte e guia para o desenvolvimento integral dos estudantes. Nesse contexto, torna-se de grande importância investir em treinamentos específicos para capacitar os educadores a lidar com questões emocionais dos estudantes em sala de aula. De Biagi, 2021, destaca que a falta de preparo dos professores para lidar com problemas emocionais pode impactar negativamente o ambiente escolar, contribuindo para o surgimento de dificuldades de aprendizagem e conflitos interpessoais. Assim, a implementação de programas de capacitação é essencial para que os educadores estejam aptos a reconhecer sinais de angústia, ansiedade, estresse ou outros desafios emocionais enfrentados pelos alunos.

Esses programas de treinamento devem abordar tanto a compreensão dos aspectos emocionais dos estudantes quanto o desenvolvimento de estratégias práticas para oferecer apoio adequado. Capacitar os educadores para criar um ambiente de aprendizagem emocionalmente seguro e inclusivo é fundamental. SOUZA, 2021, enfatiza que, ao cultivar relações empáticas e construir um ambiente acolhedor, os professores podem promover a confiança e a abertura dos alunos para expressar suas emoções e buscar auxílio quando necessário. Além disso, os treinamentos podem englobar técnicas de escuta ativa, práticas de resolução de conflitos e recursos para encaminhamento a profissionais especializados quando a situação exigir intervenção mais direta. Esse conhecimento prático capacita os educadores a agirem como facilitadores do bem-estar emocional dos alunos, proporcionando um suporte contínuo dentro do contexto escolar.

Saúde mental nas escolas

A saúde mental dos estudantes tornou-se uma preocupação central, especialmente após o período de isolamento social e a transição para o ensino híbrido. Reconhecemos cada vez mais que o ambiente escolar desempenha um papel fundamental na promoção da saúde mental dos alunos. Nesse contexto, programas de saúde mental implementados nas escolas emergem como uma necessidade premente. No entanto, a presença limitada de psicólogos e profissionais especializados nas escolas representa um desafio significativo na efetivação desses programas.

Segundo Silva, 2022, especialista em saúde mental, o isolamento social durante a pandemia acentuou os desafios emocionais enfrentados pelos estudantes, resultando em níveis mais elevados de ansiedade, solidão e estresse. A transição para o ensino híbrido também desempenhou um papel crucial nesse contexto. Silva,

2022, ainda destaca que a alternância entre o aprendizado presencial e remoto aumentou a incerteza e a adaptação constante, contribuindo para a sobrecarga emocional dos alunos. A escassez de profissionais especializados impede a oferta de suporte emocional direto aos estudantes que estão enfrentando dificuldades psicológicas. No entanto, a falta desses profissionais não diminui a importância dos programas de saúde mental nas escolas. Os programas de saúde mental podem englobar estratégias adaptadas ao ambiente escolar para ajudar os alunos a lidar com o estresse, a ansiedade e a incerteza. Mesmo sem a presença direta de psicólogos, VAZQUEZ, D. A. et al. Cita que os educadores desempenham um papel crucial na identificação de sinais de alerta e no oferecimento de suporte inicial aos alunos que enfrentam dificuldades emocionais.:

“Presume-se que a ausência de rotina escolar tenha potencializado o tempo de exposição à tela e a inversão do sono, além de outras mudanças no cotidiano dos jovens, impactando no aumento dos sintomas de depressão e ansiedade. As rotinas e os hábitos do ambiente escolar – que incluem as relações de sociabilidade com outros estudantes e, também, com professores e demais profissionais da educação – definem a cultura escolar de uma determinada instituição, ou de um conjunto delas. Para o público jovem, a escola é um espaço que representa não só um local de estudo, é também um local de aglutinação e convivência com outras pessoas de sua idade. É por meio de uma construção histórica, de forma escolar, que a aprendizagem ocorre em uma construção que faz a separação de um tempo/espaço diferente dos afazeres cotidianos, dividindo a jornada da infância e da juventude entre ‘tempo na escola’ e ‘tempo fora da escola’. A vida sem escola durante a pandemia misturou esses tempos e espaços, impactando no aprendizado e na saúde mental dos estudantes.” (v. 46, n. 133, p. 304–317)

VAZQUEZ, D. A. et al. ressalta a importância da rotina escolar na vida dos jovens, não apenas como um ambiente de aprendizado, mas como um espaço essencial para a interação social e a construção de relações significativas. A pandemia trouxe uma quebra nessa estrutura, misturando os espaços e tempos, o que impactou não apenas no aprendizado, mas também na saúde mental dos estudantes. Isso reforça a compreensão da escola como um lugar fundamental não só para o desenvolvimento acadêmico, mas para o crescimento emocional e social dos alunos.

A criação de dias dedicados à conscientização sobre saúde mental é uma estratégia eficaz. Eventos como o Dia Mundial da Saúde Mental podem ser oportunidades para palestras, campanhas informativas e atividades interativas que aumentam a compreensão sobre questões emocionais. Clubes ou grupos de apoio dentro da escola oferecem espaços seguros para os alunos compartilharem experiências, discutirem desafios emocionais e aprenderem juntos sobre estratégias de enfrentamento (MACHADO, 2020)

Engajamento dos alunos

O período da pandemia impôs desafios substanciais ao engajamento dos alunos, especialmente com a transição para o ensino híbrido. A interrupção repentina das aulas presenciais e a adaptação ao ensino remoto ou semipresencial alteraram significativamente a dinâmica educacional. Como consequência, os professores se viram diante de um novo desafio: manter os alunos envolvidos e motivados em um cenário educacional em constante transformação. É crucial considerar a observação de De Oliveira, que salienta: “O ensino híbrido durante a pandemia exigiu uma flexibilidade e adaptação sem precedentes por parte dos professores, que tiveram que navegar entre o presencial e o virtual, buscando constantemente formas de estimular o engajamento dos alunos.”

Durante o período pandêmico, as limitações de acesso à tecnologia, problemas de conectividade e até mesmo a falta de um ambiente propício para o aprendizado remoto afetaram o engajamento dos alunos. Além disso, a ausência do ambiente escolar tradicional, onde a interação presencial e a dinâmica de sala de aula desempenham um papel crucial, impactou a motivação e participação dos estudantes nas atividades educacionais.

À medida que entramos em um período pós-pandêmico, os desafios para os professores persistem. A retomada das aulas presenciais demanda uma transição suave e eficaz para reintegrar os alunos ao ambiente escolar, considerando não apenas o aspecto acadêmico, mas também o emocional. Como ressalta Trezzi, 2021, especialista em educação, “a reconexão dos alunos com a escola requer um cuidado extra, um espaço para acolher suas experiências durante o período remoto e uma adaptação para reconstruir a dinâmica de aprendizado presencial.”

Os professores enfrentam o desafio de recuperar o tempo perdido, lidar com lacunas no aprendizado e reestabelecer conexões significativas com os alunos. Dentro dessa perspectiva, Moreira e Schlemmer (2020) infatiza que:

As mudanças organizacionais são muitas vezes dolorosas e implicam enormes desafios institucionais de adaptação, de inovação, de alterações estruturais, de flexibilidade, de enquadramento e de liderança, e este é, claramente, um momento decisivo para assumir a mudança, porque a suspensão das atividades presenciais físicas, um pouco por todo o mundo, gerou a obrigatoriedade dos professores e estudantes migrarem para a realidade online, transferindo e transpondo metodologias e práticas pedagógicas típicas dos territórios físicos de aprendizagem, naquilo que tem sido apelidado de ensino remoto de emergência. O que outrora se delineava em breves traços é hoje uma realidade possível de concretizar devido a esta migração forçada. (p. 7).

A dinâmica entre professor, aluno e conhecimento representa um fenômeno multifacetado que influencia os níveis de engajamento, como evidenciado por

estudos recentes (FERREIRA et al., 2022). O engajamento, embora vital para o aprendizado, não segue uma relação linear simples. Todavia, é notável que o aluno desempenha um papel central em seu próprio processo de aprendizagem, e esse engajamento se intensifica quando há participação ativa nas atividades propostas, conforme discutido por Bindela & Jacomelli (2022).

Caminhos para aumentar o engajamento dos alunos

A capacitação contínua dos educadores emerge como um pilar fundamental, proporcionando-lhes ferramentas para navegar no ensino híbrido, incorporando efetivamente recursos tecnológicos e abordando as necessidades emocionais dos alunos. Investir em suporte psicológico e emocional é crucial para ajudar os alunos a lidar com o estresse, ansiedade e outras dificuldades emocionais decorrentes desse período desafiador. Além disso, a integração de recursos digitais e plataformas interativas oferece oportunidades de aprendizado mais envolventes e acessíveis para os alunos, independentemente do formato do ensino. A adaptação curricular e a criação de atividades interativas são medidas que visam envolver os alunos de maneira mais participativa, abordando lacunas de aprendizagem e promovendo a relevância do conteúdo para o contexto atual (GATTI, 2020)

Fomentar a interação social entre os alunos, seja presencialmente ou por meio de interações virtuais, fortalece os laços sociais e a sensação de comunidade na escola. É essencial envolver os pais no processo educacional, garantindo uma comunicação eficaz e estimulando seu papel ativo no apoio ao aprendizado dos alunos em casa. Por fim, o monitoramento contínuo do progresso dos alunos por meio de ferramentas de avaliação permite identificar áreas que exigem maior atenção e intervenção. Ao integrar esses diferentes caminhos, as escolas podem enfrentar os desafios do ensino híbrido e do período pós-pandêmico, oferecendo um ambiente educacional mais adaptativo, inclusivo e propício ao crescimento acadêmico e emocional dos alunos.

CONCLUSÃO

Concluindo, a reconstrução do ambiente educacional pós-pandêmico demanda uma abordagem multifacetada, abraçando a complexidade das necessidades emocionais e intelectuais dos alunos. Os educadores desempenham um papel crucial como pilares do suporte emocional, requerendo treinamentos específicos para identificar e atender às demandas emocionais dos estudantes. A implementação de programas de saúde mental nas escolas, embora desafiadora devido à falta de profissionais especializados, é fundamental para promover o bem-estar dos alunos. O retorno às aulas presenciais demanda uma transição cuidadosa,

reconectando os alunos à escola e reconstruindo a dinâmica de aprendizado. Investir na capacitação contínua dos educadores, na promoção da interação social entre os alunos e no envolvimento dos pais no processo educacional são estratégias cruciais para enfrentar os desafios do ensino híbrido e pós-pandêmico.

Ao integrar esses elementos, as escolas podem oferecer um ambiente adaptativo, inclusivo e propício ao crescimento acadêmico e emocional dos alunos, preparando-os para os desafios do futuro. É fundamental não apenas considerar as teorias e abordagens, mas também aplicar e adaptar esses conceitos à realidade prática das salas de aula. É muito importante que professores, diretores das escolas e pessoas das comunidades trabalhem juntos para criar um lugar onde os alunos não só aprendam muito bem, mas também se sintam cuidados e tenham um desenvolvimento completo, não só na escola, mas em todos os aspectos da vida.

REFERÊNCIAS

- BINDELA, Elda Maria Ferreira; JACOMELLI, Milleni Kelly; Ferramentas Tecnológicas como Fomentadoras do Processo de Ensino-Aprendizagem nos Alunos do Ensino Médio. **Rebena-Revista Brasileira de Ensino e Aprendizagem**, v. 4, p. 292-304, 2022.
- DE BIAGI, Natália Baliani. **A saúde mental infantil na escola sob a perspectiva do professor: estigma, percepções e ações**. 2021. Tese de Doutorado. [sn].
- DE OLIVEIRA, Muriel Batista et al. O ensino híbrido no Brasil após pandemia do covid-19. **Brazilian Journal of Development**, v. 7, n. 1, p. 918-932, 2021.
- DE PAULA PIRES, Andréa. A formação de pesquisadores para o campo da Política Educacional: revisão de literatura. **Revista de Estudos Teóricos Epistemológicos em Política Educativa**, v. 4, p. 1-18, 2019.
- FARIA, Nicole Costa; RODRIGUES, Marisa Cosenza. Promoção e prevenção em saúde mental na infância: implicações educacionais. **Psicologia da Educação**, n. 51, p. 85-96, 2020.
- FERREIRA, Tomás José Cabral et al. Reflexões sobre as práticas sociopolíticas observadas em estágios supervisionados: relações de dinâmica na sala, manejo e controle de turma. 2022.
- GATTI, Bernardete A. Possível reconfiguração dos modelos educacionais pós-pandemia. **Estudos avançados**, v. 34, p. 29-41, 2020.
- GEORGE CARNEIRO DINIZ. PROMOVENDO A SAÚDE MENTAL NA ESCOLA: ESTRATÉGIAS E INTERVENÇÕES PARA O BEM-ESTAR DOS ESTUDANTES. **Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro**, v. 9, n. 1, 2023.
- GOMES, S. B.; COSTA, R. T. O. ENGAJAMENTO DOS ALUNOS DAS ESCOLAS PÚBLICAS EM TEMPO DE PANDEMIA DO CORONAVÍ-

RUS. **IntegraEaD**, v. 2, n. 1, p. 11–11, 18 dez. 2020.

MACHADO, Frederico Viana et al. Educar, intervir e avaliar em saúde: análise dos itinerários formativos do projeto caminhos do cuidado. **Saúde em Redes**, v. 6, n. 1, p. 111-127, 2020.

MARTINS, M. A. R. R. Engajamento e desempenho nas interações professores-alunos na sala de recursos de escolas públicas do DF no contexto da pandemia de Covid-19. **icts.unb.br**, 1 abr. 2022.

MOREIRA, José António; Schlemmer, Eliane. 2020. Por um novo conceito e paradigma de educação digital onlife. Revista UFG, V.20, 63438. DOI 10.5216. ed. PUBLICA CIAR.

SILVA, Maria João Revés Mendes. **Saúde mental em contexto de pandemia. A intervenção do enfermeiro especialista em enfermagem de saúde mental e psiquiátrica, enquanto facilitador dos processos adaptativos ao longo do ciclo vital**. 2022. Tese de Doutorado.

SOUZA, Thaís Thaler et al. Promoção em saúde mental de adolescentes em países da América Latina: uma revisão integrativa da literatura. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 26, p. 2575-2586, 2021.

TREZZI, Clóvis. A educação pós-pandemia: uma análise a partir da desigualdade educacional. **Dialogia**, n. 37, p. 18268, 2021.

VAZQUEZ, D. A. et al. Vida sem escola e saúde mental dos estudantes de escolas públicas na pandemia de Covid-19. **Saúde em Debate**, v. 46, n. 133, p. 304–317, abr. 2022.

AS DIFICULDADES ENCONTRADAS PARA A IMPLANTAÇÃO DO ENSINO INTEGRAL EM ALAGOAS: EVIDENCIANDO UMA ESCOLA DA REDE PÚBLICA ESTADUAL NO INTERIOR DO ESTADO

Marcela Silva dos Santos¹

Josilene Pereira Silva²

João Wictor Barros de Magalhães³

Natércia de Andrade Lopes Neta⁴

1. INTRODUÇÃO

A implementação do ensino integral representa um desafio significativo no cenário educacional brasileiro, particularmente no estado de Alagoas. Esta modalidade de ensino, que visa oferecer uma experiência educacional mais abrangente e enriquecedora para os alunos, envolve uma série de complexidades e obstáculos que merecem investigação e análise aprofundadas.

Este estudo concentra-se na análise dos desafios enfrentados na implantação do ensino integral no estado de Alagoas, evidenciando uma escola da rede pública estadual, localizada no interior do estado, cujos autores atuaram ativamente durante o Programa de Residência Pedagógica. Examinando as questões que afetam a eficácia desse modelo educacional e seu impacto no sistema de ensino alagoano. A pesquisa busca responder à seguinte pergunta: “Quais são os principais desafios enfrentados na implantação do ensino integral em Alagoas e como esses

1 Discente do curso de Licenciatura plena em Química pela Universidade Estadual de Alagoas – UNEAL, Palmeira dos Índios – AL. E-mail: marcelasantos@alunos.uneal.edu.br. Lattes: <https://lattes.cnpq.br/3886599560429220>.

2 Discente do curso de Licenciatura plena em Química pela Universidade Estadual de Alagoas – UNEAL, Palmeira dos Índios – AL. E-mail: josilenesilva@alunos.uneal.edu.br. Lattes: <https://lattes.cnpq.br/5717569162096842>.

3 Discente do curso de Licenciatura plena em Química pela Universidade Estadual de Alagoas – UNEAL, Palmeira dos Índios – AL. E-mail: joao.magalhaes@alunos.uneal.edu.br. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2009495422567937>.

4 Docente do Curso de Licenciatura em Matemática Campus Palmeira dos Índios da Universidade Estadual de Alagoas – UNEAL. E-mail: natercia.lopes@uneal.edu.br. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4880247640523667>.

desafios impactam a qualidade da educação no estado?”

O objetivo geral desta pesquisa é analisar os desafios associados à implantação do ensino integral em Alagoas, buscando compreender suas implicações na qualidade da educação oferecida no estado. Para atingir tal propósito, foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos: Identificar os principais obstáculos e dificuldades enfrentados na infraestrutura das escolas que adotaram o ensino integral em Alagoas; Analisar a qualificação e o treinamento dos professores envolvidos no ensino integral e sua influência no processo educacional e investigar a resistência cultural à implementação do ensino integral, identificando as principais fontes de oposição e suas consequências.

A metodologia adotada nesta pesquisa é a revisão integrativa da literatura, que envolveu a busca, seleção, análise crítica e síntese de fontes acadêmicas relevantes relacionadas à implantação do ensino integral em Alagoas. Juntamente com uma pesquisa de campo onde foi aplicado um pequeno questionário ao corpo docente da instituição. Essa abordagem permitiu uma investigação abrangente e embasada dos desafios enfrentados nesse contexto educacional específico. Com base nesses elementos, esta pesquisa visa contribuir para a compreensão dos desafios e complexidades associados à implantação do ensino integral em Alagoas e suas implicações na qualidade da educação oferecida no estado.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

A educação integral pode ser conceitualizada como um processo de ampliação da ação escolar, envolvendo práticas que consideram a formação humana de crianças e adolescentes de uma forma global. Assim, de acordo com Gadotti (2009), a escola integral utiliza procedimentos e metodologias inovadoras, fortalecendo as relações e promovendo a aprendizagem. Assim, “a educação integral não deve ser confundida com o horário integral, que é a extensão do dia escolar para realizar atividades complementares ao dia escolar básico”. (GADOTTI, 2009, p. 12) Entretanto, para a educação integral do aluno, é fundamental entender a importância de outros fatores sociais na perspectiva da aprendizagem, integrando-os ao contexto escolar como estratégia para melhorar o ensino.

Assim, a educação integral é uma proposta educacional que visa o desenvolvimento integral do aluno e está totalmente ligada ao desenvolvimento social e à busca da redução das desigualdades existentes através do conhecimento. Entre os educadores que se destacaram na luta pela educação integral estão Anízio Teixeira e Darcy Ribeiro, que deram uma intensa contribuição para a melhoria da qualidade da educação nacional, sendo referências na abordagem de um novo modelo educacional brasileiro.

Durante o processo de industrialização, que levou a um aumento do

movimento da população rural para as cidades, a classe trabalhadora precisou de pelo menos conhecimentos básicos da escola, pois a taxa de analfabetismo era bastante alta (ARANHA, 2010). Anísio Teixeira também argumentou que a educação precisava de mudanças significativas, pois, segundo ele, “o Brasil, que estava se industrializando e urbanizando em ritmo acelerado, exigia uma escola mais eficaz na preparação para o trabalho e para a vida em uma sociedade democrática” (CUSATI, 2013, p. 55).

Ao longo da história da educação integral, a concepção de uma escola que procura interligar o Estado, as famílias e a religião foi apresentada com a Ação Integralista Brasileira - AIB (CAVALIERE, 2002). Entretanto, a AIB teve uma visão extremista, de modo que a educação dos estudantes seguisse suas regras conservadoras e a doutrina nacionalista.

Em contraste com este pensamento estavam os liberais, cujo objetivo era a renovação da escola e a expansão do papel da escola a fim de promover uma sociedade democrática, que necessitava de mudanças dado o contexto em que estava inserida. Aranha (2010, p. 302) revela que “os liberais democráticos eram a favor da Nova Escola, e seus divulgadores estavam imbuídos da esperança de democratizar e transformar a sociedade através da escola”.

Num clima de transformação da educação no país, dada sua importância para o desenvolvimento nacional, foi publicado em 1932 o “Manifesto dos Pioneiros da Nova Educação”, documento contendo as diretrizes que dariam a qualificação educacional brasileira, assinado por um grupo de vinte e seis educadores, entre eles Fernando de Azevedo e Anísio Teixeira, “[... ..] defendeu a educação obrigatória, pública, gratuita e secular como um dever do Estado, a ser implementado em um programa nacional” (ARANHA, 2010, pp. 303-304). O manifesto visava romper com a escola tradicional, começando a implementar a escola única no país, dando aos cidadãos acesso a todos os níveis de educação que até então pertenciam apenas a uma minoria da classe alta. Para Vidal (2013, p. 579), o documento “defendia inicialmente princípios gerais que, sob a rubrica de novos ideais educacionais, visavam modernizar o sistema educacional e a sociedade brasileira”.

Entretanto, foi só nos anos 50, no estado da Bahia, que Anísio Teixeira concretizou o projeto educacional propondo a educação em tempo integral, oferecido através do Centro Educacional Carneiro Ribeiro - CECR, pelo Cavaliere (2010, p. 257) “o Centro foi uma conquista que simbolizou a posição de todo o trabalho teórico e prático de Anísio Teixeira, desempenhando o papel de resistência ao que ele chamou de simplificação da escola pública”.

Segundo Cusati (2013), a sala de aula da escola refere-se à educação formal, enquanto o parque escolar compõe um espaço “no qual os alunos se organizariam em grupos menores do que os da sala de aula da escola, para

participar de atividades integradas com a comunidade escolar” (CUSATI, 2013, p. 55). Nos anos 80, o governo de Leonel Brizola instituiu no estado do Rio de Janeiro os Centros Integrados de Educação Pública (CIEP), idealizados pela então Secretária de Educação, Darcy Ribeiro, influenciados pelo pensamento e pela experiência educativa de Anízio Teixeira.

De acordo com Aranha (2010), os centros consistiam de edifícios que podiam acomodar até 1.000 crianças em tempo integral, “com a intenção de proporcionar uma educação de boa qualidade, distribuída por todo o estado, as escolas ofereciam uma infraestrutura composta de bibliotecas, campos esportivos, refeitório, vestiários, consultórios médicos e odontológicos” (ARANHA, 2010, pp. 322-323).

A implementação dos Centros Integrados de Educação Pública (CIEP) provocou um grande debate sobre a viabilidade do projeto, dado o zelo político e partidário da época, e mesmo os aspectos pedagógicos foram explicitamente confrontados, gerando uma divulgação sobre a questão da educação pública e da educação em tempo integral (MAURICIO, 2006).

O Estatuto da Criança e do Adolescente refere-se ao processo educativo, aproximando-se do conceito de educação integral, pois em seu artigo 58, expressa que “no processo educativo, serão respeitados os valores culturais, artísticos e históricos do contexto social da criança e do adolescente, garantindo-lhes a liberdade de criação e o acesso às fontes da cultura”. Para Cusati (2013), a educação integral foi desenvolvida inicialmente nos anos 1920 e 1930, com o objetivo de ampliar a função dos deveres culturais e sociais.

Nesse sentido o estatuto enfatiza a responsabilidade do governo em proporcionar uma educação de qualidade, na qual proporciona às crianças e adolescentes um tratamento extensivo que vai além das paredes da escola. O artigo 100 da Lei 8.069/1990 estabelece que, na prática educacional, será dada preferência a medidas que favoreçam o fortalecimento das relações familiares e comunitárias, e o inciso III menciona ainda que: “[...] é responsabilidade primária e conjunta das 3 (três) esferas de governo, sem prejuízo da municipalização do serviço e da possibilidade de execução dos programas por entidades não-governamentais” (BRASIL, 1990)

Outro passo adiante no debate sobre educação integral pode ser encontrado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/1996), que em seu artigo 29 se refere ao objetivo do desenvolvimento integral de crianças até os cinco (5) anos de idade na primeira etapa da educação básica, prevendo o aumento progressivo do dia escolar no artigo 34, contribuindo assim para a promoção de projetos de educação integral.

O Plano Nacional de Educação 2001 foi um marco para a educação nacional, mencionando o dia escolar completo como meta e objetivo da

educação básica, visando sua expansão como instrumento para melhorar a aprendizagem nacional, e prevendo atividades de apoio aos estudantes de baixa renda (BRASIL, 2001).

Em 24 de abril de 2007, o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) foi institucionalizado para aumentar o nível de educação do país. De acordo com Nardi, Schneider e Durl (2010, p. 552), “[...] o PDE é composto de programas e medidas que são reunidos e transformados em um “plano executivo”. A intenção declarada é abordar o problema da qualidade da educação, em particular da educação básica, através de uma perspectiva sistêmica”.

Outro programa importante, com uma estrutura e objetivo específicos, destinado a remodelar o ensino médio é o Programa de Ensino Médio Inovador - PROEMI instituído pela Portaria nº 971, de 9 de outubro de 2009, que começou a oferecer nas escolas do Estado e do Distrito Federal um programa inovador, voltado à formação integral do aluno, com apoio técnico e financeiro na busca de uma educação de qualidade. O Ministério da Educação, através do documento de orientação publicado em 2009, revela o interesse em construir uma escola secundária com o compromisso de preparar o indivíduo para a sociedade atual, articulando assim a introdução de uma nova forma de construção do conhecimento, o inovador programa de educação secundária se estende além disso, com a intenção de uma visão de formação integral.

O Fundo para a Manutenção da Educação Básica e o Desenvolvimento dos Profissionais da Educação (FUNDEB) marcou um passo importante no avanço da educação brasileira ao mencionar a educação em tempo integral como parte integrante da educação básica em todos os níveis e ao aumentar os recursos das instituições com horário de trabalho prolongado através da Portaria nº 873 de 1 de julho de 2010, que permitiu um aumento do número de crianças e adolescentes em atendimento e a expansão da educação, facilitando assim a implementação de uma educação abrangente. Menezes (2012, p. 141) considera o Fundo para a Manutenção da Educação Básica e a Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB - “como um ponto de inflexão em termos de garantia do direito à educação em tempo integral”. Ele também supera seu predecessor, o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização da Profissão Docente (FUNDEC).

Entretanto, a educação em tempo integral ganhou importância com a publicação do Plano Nacional de Educação em vigor entre 2014 e 2024, que em seu objetivo 6 menciona a educação em tempo integral, com o objetivo de estender a educação a pelo menos 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, também estabelece que “o tempo gasto pelos alunos na escola, ou sob sua responsabilidade, é igual ou superior a 7 (sete) horas por dia durante todo o

ano letivo, com a expansão gradual da jornada de trabalho dos professores em uma única escola” (BRASIL, 2014).

Para isso, as estratégias atribuídas a sua realização vão além da expansão da jornada escolar, mas consideram critérios como: investimentos em infraestrutura escolar e atividades de acompanhamento pedagógico e multidisciplinar, que incluem práticas recreativas, culturais e esportivas (MACIEL, 2019, p. 03), proporcionando aos alunos uma permanência adequada, a fim de contribuir para a qualidade da educação.

Outra conquista relacionada à educação em tempo integral é estabelecida por sua garantia às “pessoas com deficiências, distúrbios de desenvolvimento global e habilidades elevadas ou dotadas na faixa etária de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos” (BRASIL, 2014).

Devido à dimensão do Plano Nacional de Educação - 2014 em relação à educação em tempo integral, surgiram debates sobre a educação em tempo integral, destacando sua importância e estimulando a pesquisa sobre o efeito de expansão, que surgiu em todo o território nacional para verificar o modelo já implementado em algumas escolas e sua contribuição para a qualidade da educação brasileira.

3. METODOLOGIA

A metodologia deste trabalho baseia-se em uma revisão de literatura, onde para conduzir esta revisão de literatura, foram utilizadas fontes de pesquisa confiáveis e atualizadas, incluindo bancos de dados acadêmicos, bibliotecas digitais e periódicos científicos. As palavras-chave utilizadas na busca foram relacionadas ao tema central do trabalho, que é a implantação do ensino integral em Alagoas e seus desafios. A seleção de estudos e fontes foi realizada com base em critérios de relevância e qualidade, visando incluir pesquisas e artigos que contribuíssem de forma significativa para a compreensão do tema.

A análise dos estudos e fontes selecionados envolveu a leitura crítica e a síntese das informações relevantes, identificando tendências, padrões e divergências na literatura. Destacando os principais pontos e argumentos que foram apresentados pelos autores na realização do questionário, bem como as evidências e dados empíricos que sustentam suas conclusões.

4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A implantação do ensino integral em Alagoas é um processo complexo e cheio de desafios, que podem ser inferidos a partir do amplo contexto educacional brasileiro descrito no texto fornecido. Uma dificuldade primordial

é a infraestrutura educacional inadequada. Muitas escolas, especialmente em regiões menos desenvolvidas, como é o caso das escolas estaduais do interior do estado, carecem de instalações físicas adequadas para suportar o modelo de ensino integral. Isso inclui não apenas a falta de salas de aula, mas também a escassez de espaços para atividades extracurriculares, laboratórios de ciência, áreas de artes e instalações esportivas, todos essenciais para um programa de ensino integral rico e diversificado (SANTOS, 2021).

Outra barreira é a qualificação e o treinamento de professores. O sucesso do ensino integral depende fortemente de educadores bem preparados e motivados, capazes de engajar os alunos em uma variedade mais ampla de disciplinas e atividades durante todo o dia. O texto sugere uma deficiência no desenvolvimento profissional contínuo e na formação de professores para atender a essas necessidades específicas, incluindo a adaptação a metodologias de ensino inovadoras e manejo de turmas por períodos mais longos (SANTOS, 2021).

Além disso, enfrenta-se a resistência cultural a mudanças no sistema educacional. A transição para um modelo de ensino integral frequentemente encontra oposição de várias partes interessadas, incluindo familiares, educadores e administradores, que podem estar confortáveis com o sistema tradicional e relutantes em aceitar novas abordagens.

Os desafios financeiros representam um obstáculo significativo, haja visto que a grande maioria dos alunos de ensino integral são de baixa renda e necessitam trabalhar para ajudar na manutenção da casa, logo, esse novo modelo de ensino “obriga” esse aluno a optar por estudar ou trabalhar. A implementação do ensino integral demanda investimentos substanciais em infraestrutura física, recursos humanos, materiais didáticos e tecnologia. Em um estado com limitações orçamentárias como Alagoas, encontrar financiamento adequado para esses recursos é uma tarefa difícil. Além disso, o custo operacional contínuo de manter um programa de ensino integral é consideravelmente maior do que o de um programa de meio período, o que pode impor pressões adicionais sobre os orçamentos educacionais já restritos (SANTOS, 2021).

Outra dificuldade está na coordenação e planejamento efetivos. A implantação de um programa de ensino integral requer planejamento cuidadoso, coordenação entre diferentes níveis do governo e integração com políticas educacionais nacionais e locais. Falhas de comunicação, falta de planejamento estratégico e ausência de uma visão clara podem levar a iniciativas mal direcionadas e insustentáveis, que não conseguem atingir os objetivos desejados de melhoria educacional (SANTOS, 2021).

Logo, a avaliação e o acompanhamento do progresso do ensino integral são essenciais, mas frequentemente negligenciados, sem um sistema eficaz de

avaliação e feedback, é difícil medir o sucesso do programa, identificar áreas para melhoria e justificar a continuação do investimento no modelo de ensino integral. O texto indica uma lacuna na implementação de sistemas de avaliação robustos e na coleta de dados que poderiam informar e orientar as políticas educacionais (SANTOS, 2021).

De acordo com o questionário aplicado em uma escola da rede pública estadual no interior de alagoas, a implantação do ensino integral enfrenta desafios significativos, onde o referido buscou compreender as percepções dos professores sobre o ensino médio integral e o currículo integrado, Uma questão central é que, embora muitos docentes utilizem estratégias que acreditam promover o ensino médio integrado, uma grande porcentagem deles nunca recebeu formação específica para trabalhar com o currículo integrado. Além disso, apesar de muitos professores conseguirem estabelecer parcerias com outros docentes, o planejamento conjunto entre eles é muitas vezes ausente, ressaltando a necessidade de estratégias formativas e oficinas para promover uma maior compreensão e eficácia no currículo integrado (CARVALHO, 2020).

Outro aspecto desafiador é a superação da dicotomia entre a educação voltada para o “fazer” e a educação voltada para o “pensar”. Esta dualidade evidencia a dificuldade em promover uma verdadeira integração e articulação entre os conteúdos das áreas propedêutica e técnica. A falta de clareza sobre o que realmente constitui o ensino médio integrado e como promover um currículo integrado dentro desta perspectiva é um obstáculo significativo. Isso confirma a necessidade de abordar a dicotomia entre a educação prática e teórica e de implementar estratégias de formação docente para facilitar uma efetiva integração curricular (CARVALHO, 2020).

Além disso, os professores relataram várias dificuldades em suas práticas profissionais para o estabelecimento do currículo integrado, incluindo embates entre áreas distintas como a sobrecarga de disciplinas que não fazem parte da sua área de formação acadêmica, a falta de conhecimento sobre o que constitui um currículo integrado, incompatibilidade de horários, ausência de planejamento, sobreposição de projetos individuais e desafios estruturais, como mostra as respostas ao questionário aplicado a seguir:

(Pergunta aberta 1): Quais são os principais desafios enfrentados na implantação do ensino integral na rede estadual de Alagoas?

Professor 1: A estrutura da escola, pois a instituição aparenta ter uma boa estruturação, porém, nós que trabalhamos sabemos que não temos espaço suficiente, no verão é quente demais, no inverno é fria e húmida. O que dificulta a permanência em sala de aula, tanto para nós os professores como também os alunos.

Professor 2: Na minha opinião o ponto principal é que, quando comparamos

com outros países que adotaram esse modelo de ensino, onde está funcionando, mas funciona porque as instituições tem, um horário de aulas e no outro horário, atividades físicas e diversificadas, como: judô, natação, dança, teatro, cinema, profissão, robótica... E outra questão é que o próprio aluno quem escolhe aquilo que ele quer e vai fazer de acordo com o que mais se identifica. O que infelizmente não é a nossa realidade, esse novo modelo de ensino na teoria até trás todas essas funcionalidades, mas na prática as instituições não tem estruturas nem espaço para desenvolver tais atividades, pois o nosso modelo é: os alunos tem disciplinas em um horário e no outro também, onde o aluno é “bombardeado” de informações, deixando-os sobrecarregados e exaustivos.

Professor 3: Não há estrutura para o desenvolvimento de atividades lúdicas e extra classe, as aulas não são nenhum pouco dinâmicas, não tem momentos de descanso pois são em torno de 10 aulas por dia que esses alunos têm, e isso é muito exaustivo, sendo uma hipocrisia muito grande a gente achar que eles possam avançar pois não há condições de avanço até mesmo por razões psicológicas, nós temos casos de alunos que estão desenvolvendo síndrome de burnout, ansiedade e tudo isso é decorrente dessa sobrecarga desnecessária.

Professor 4: Algumas dificuldades são: a falta de estrutura da escola que não comporta essa quantidade de alunos na modalidade integral, pois não tem uma quadra de esportes, não tem banheiros adequados, laboratório de ciências, robótica e/ou atividades de lazer. Outro ponto é a falta de interesse dos alunos e compromissos, pois muitos são de áreas rurais e necessitam ajudar a família em atividades diárias, com essa modalidade de ensino integral, os horários começam a chocar com os horários deles de trabalho, e infelizmente eles começam a perder o interesse pelos estudos optando por somente trabalhar, além de o ensino integral ser extremamente cansativo e exaustivo, justamente por não termos estrutura para esse novo modelo de ensino.

Professor 5: falta de estrutura e planejamento, a escola é integral, mas o estado não oferta a possibilidade do professor ser integral, muitas vezes o professor trabalha em até três instituições diferentes, o que dificulta a organização da escola em relação as novas disciplinas e impacta diretamente nesse novo modelo de ensino.

(Pergunta aberta 2): Como esses desafios impactam a qualidade da educação no estado?

Professor 1: Um dos desafios encontrados por mim, foram as disciplinas de eletivas, já que nós não tivemos nenhum preparo para os desenvolvimentos destas. Eu mesma só peguei essas disciplinas de eletivas para aumento de carga horária, porém não soube como desenvolver de fato e fui adaptando conforme minha necessidade e realidade.

Professor 2: Uma das dificuldades que eu percebi no ensino integral,

especialmente no 1º ano, é que eles chegam para nós deficientes de aprendizado, seja em língua portuguesa, matemática ou disciplinas afins, a maioria desses alunos não sabem ler nem escrever, sendo um grande problema para esse novo modelo de ensino integral, pois ao invés de progredir nós enquanto professores temos que regredir. E para termos um ensino médio de qualidade precisa-se ter no mínimo o pré-requisito do ensino fundamental. Vale lembrar que outro fator crucial para essa defasagem no ensino foi a pandemia da COVID-19, que impactou negativamente a educação.

Professor 3: Apesar de eu acreditar no ensino integral, infelizmente aqui ainda não surtiu efeito

Professor 4: Falta de treinamento para nós enquanto docentes, ocasionando a falta de desenvolvimento intelectual tanto para nós professores, quanto para os alunos, tendo em vista que a educação é um processo mútuo de aprendizagem.

Professor 5: Houve uma precarização do trabalho, pois hoje eu tenho que lecionar 8 disciplinas diferentes as quais não fazem parte do meu curriculum acadêmico, sem ao menos quaisquer tipos de capacitação ou materiais de apoio.

(Pergunta aberta 3): Na sua opinião quais são os pontos positivos do ensino integral?

No geral os professores entrevistados destacaram que o único ponto positivo dessa escola nesse modelo de ensino integral é a alimentação a qual é equilibrada e de qualidade. Outros ressaltaram ainda que houve uma redução da criminalidade, tendo em vista que alguns alunos estão na escola em tempo integral, dessa forma eles não estarão “aprontando na rua”.

Contudo, o estudo sublinha a importância de promover momentos de integração, parceria e planejamento entre os docentes para fomentar a construção do currículo integrado. A necessidade de parcerias entre professores de componentes curriculares diferentes é destacada, assim como a necessidade de planejamento conjunto, que atualmente é realizado por uma porcentagem relativamente baixa de docentes. Esta situação sugere a importância de iniciativas coletivas de estudo e pesquisa-ação crítica e emancipatória, como uma maneira de repensar a prática curricular e atender à necessidade contínua de formação (CARVALHO, 2020).

A pandemia da COVID-19 também trouxe desafios adicionais, modificando as práticas de ensino e criando incertezas quanto ao desempenho e permanência dos alunos. Muitos alunos foram afetados pela situação, levando alguns a abandonar os estudos ou ficar retidos, com a expectativa de finalizar os estudos após o retorno presencial. Isso destaca a importância de compreender o perfil dos alunos para aplicar políticas de assistência estudantil mais eficazes e reconhecer os problemas enfrentados no percurso acadêmico (COSTA, 2021).

O estudo sugere várias medidas para melhorar a permanência dos alunos na rede estadual de ensino, como aumentar a concessão de auxílios financeiros, atendimento psicológicos aos discentes e docentes. Tais medidas podem ajudar a evitar a evasão futura, mas outras pesquisas são necessárias para fundamentar respostas mais assertivas às questões levantadas pelo estudo (COSTA, 2021).

De acordo com a revisão da literatura, o Instituto Federal de Alagoas (IFAL) desempenha um papel fundamental na promoção da inclusão social por meio de suas políticas educacionais. Essas políticas, alinhadas aos princípios de equidade e acesso igualitário à educação, visam garantir que todos os estudantes, independentemente de seu background socioeconômico, tenham oportunidades iguais para se desenvolverem e alcançarem seu potencial máximo. No entanto, a implementação eficaz dessas políticas enfrenta desafios significativos, que se refletem na experiência dos alunos e na operacionalização das iniciativas de inclusão social no IFAL (DUARTE, 2015).

Um dos principais desafios enfrentados pelo IFAL é garantir que as políticas de inclusão social se traduzam em práticas efetivas que impactem positivamente a vida dos estudantes. Embora existam diversos programas e iniciativas destinados a apoiar os alunos, como bolsas de estudo, auxílio transporte, e programas de alimentação, a eficácia desses programas na promoção da inclusão social ainda é limitada. Isso se deve, em parte, à infraestrutura inadequada e à falta de recursos financeiros suficientes para atender às necessidades de todos os estudantes elegíveis. Além disso, a coordenação e implementação desses programas enfrentam obstáculos operacionais, o que dificulta a realização plena de seus objetivos (DUARTE, 2015).

Nesse sentido podemos ver que o IFAL mesmo sendo uma instituição federal ainda assim não possui estruturas e recursos suficientes para comportar o ensino integral, dessa forma podemos fazer um comparativo em relação a rede estadual de ensino. Tendo em vista que uma instituição federal não consegue manter um ensino integral quem dirá uma estadual.

Outra questão relevante no contexto do ensino integral é a necessidade de uma abordagem mais integrada e holística na promoção da inclusão social. Isso implica não apenas fornecer suporte financeiro e material, mas também criar um ambiente educacional que valorize a diversidade, promova a equidade e estimule a participação ativa de todos os alunos. Desafios como a falta de preparação adequada dos professores e funcionários para lidar com a diversidade e a necessidade de uma maior conscientização sobre as questões de inclusão social são barreiras significativas que precisam ser superadas (DUARTE, 2015).

Embora tenha havido a implantação desse novo modelo de ensino integral na maioria das escolas da rede estadual de Alagoas e com ela tenha

implementação de várias políticas e programas para promover a inclusão social, ainda existem desafios significativos que precisam ser abordados. Isso inclui principalmente a necessidade de melhorar a infraestrutura e os recursos financeiros, desenvolver uma abordagem mais integrada e holística para a inclusão social, mudar a cultura institucional para se tornar mais inclusiva e democrática, e envolver ativamente os alunos no processo de tomada de decisões (DUARTE, 2015).

5. CONCLUSÃO

Em síntese, a implementação do ensino integral em Alagoas é um processo de grande envergadura que se depara com uma série de desafios complexos e multifacetados. A infraestrutura inadequada é apenas uma das barreiras, visto que a qualificação dos professores, a resistência à mudança, as limitações financeiras, a coordenação insuficiente, a falta de avaliação eficaz e a necessidade de promover a inclusão social também se destacam como questões cruciais.

A qualidade da formação dos professores desempenha um papel fundamental na efetiva implementação do ensino integral. Profissionais bem preparados e motivados são essenciais para envolver os alunos em uma variedade mais ampla de disciplinas e atividades durante todo o dia. No entanto, a falta de desenvolvimento profissional contínuo e a carência de formação específica para lidar com o currículo integrado são desafios a serem superados.

Os desafios financeiros representam um obstáculo significativo. A implementação do ensino integral demanda investimentos substanciais em infraestrutura física, recursos humanos, materiais didáticos e tecnológicos. Em um estado como Alagoas, com recursos orçamentários limitados, encontrar financiamento adequado para esses recursos é uma tarefa desafiadora. Além disso, os custos operacionais contínuos para manter um programa de ensino integral são consideravelmente maiores do que para um programa de meio período, o que pode criar pressões adicionais sobre os já restritos orçamentos educacionais.

A coordenação e planejamento eficazes são fundamentais para o sucesso do ensino integral. A implementação desse modelo requer planejamento cuidadoso, coordenação entre diferentes níveis do governo e integração com políticas educacionais nacionais e locais. Falhas na comunicação, falta de planejamento estratégico e ausência de uma visão clara podem levar a iniciativas mal direcionadas e insustentáveis, que não conseguem atingir os objetivos desejados de melhoria educacional.

Por último, mas não menos importante, a avaliação e o acompanhamento do progresso do ensino integral são essenciais, mas frequentemente negligenciados. Sem um sistema eficaz de avaliação e feedback, é difícil medir o

sucesso do programa, identificar áreas para melhoria e justificar a continuação do investimento no modelo de ensino integral. A falta de sistemas de avaliação robustos e a carência de dados que poderiam informar e orientar as políticas educacionais são lacunas que precisam ser abordadas.

Portanto, a implementação bem-sucedida do ensino integral em Alagoas e a promoção da inclusão social requerem esforços contínuos, investimentos substanciais e uma abordagem abrangente para superar esses desafios. A educação de qualidade é essencial para o desenvolvimento do estado e do país, e é fundamental superar essas barreiras para garantir um futuro mais promissor para todos os estudantes da rede pública de Alagoas.

REFERÊNCIAS

- ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da educação e da pedagogia: geral e Brasil**. 3. ed. São Paulo: Moderna, 2010.
- BRASIL. **Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm. Acesso em 09 de dezembro de 2023.
- _____. Lei n. 10.172, de 9 de janeiro de 2001. Institui o Plano Nacional de Educação. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 10 jan. 2001.
- _____. **Lei. 13. 005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm. Acesso em 09 de dezembro de 2023.
- CARVALHO, Géssika Cecília. Concepções docentes sobre ensino médio integrado no Instituto Federal de Alagoas. **Trabalho & Educação**, v. 29, n. 2, p. 169-182, 2020.
- CAVALIERE, Ana Maria Villela. Educação integral: uma nova identidade para a escola brasileira? **Educação & Sociedade**. Campinas, v. 23, n. 81, p. 247-270, 2002.
- COSTA, Ana Maria Leal. **Permanência e êxito no ensino médio integrado: um estudo de caso no Instituto Federal de Alagoas**. 2021. Tese de Doutorado.
- CUSATI, I. C. **Educação em tempo integral: resultados e representações de professores de matemática e de alunos do terceiro ciclo da rede de ensino de Belo Horizonte**. Tese apresentada a Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. São Paulo: Biblioteca digital USP, 2013.
- DUARTE, Maria do Perpetuo Socorro Tenório. Visão dos estudantes do IFAL acerca da educação, inclusão e políticas públicas: uma realidade de inclusão dos alunos do ensino médio no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas-IFAL. **Revista Psicologia & Saberes**, v. 4, n. 5, p. 23-41, 2015.

GADOTTI, Moacir. **Educação integral no Brasil: inovações em processo**. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire. Acervo do Centro de Referência Paulo Freire, 2009.

MACIEL, Caroline Stéphanie Francis dos Santos. Uma Avaliação da Lei n. 13.415/17 a partir da Legística e das Metas do PNE. In: **Educação & Realidade**. Porto Alegre, v. 44, n. 3, e84925, 2019.

MAURICIO, Lúcia Velloso. Literatura e representações da escola pública de horário integral. **Revista Brasileira de Educação**. Rio de Janeiro, n. 27, p. 40-56, dezembro de 2004.

SANTOS, Jonathas Costa Vieira dos et al. Trabalho, ciência, tecnologia e sociedade: reflexões no contexto do ensino médio integrado ao técnico na formação em eletrotécnica do Instituto Federal de Alagoas. 2021.

VIDAL, Diana Gonçalves. 80 anos do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova: questões para debate. In: **Educação e Pesquisa**. São Paulo, v. 39, n. 3, p. 577-588, setembro de 2013.

A GESTÃO ESCOLAR E AS METODOLOGIAS DE ENSINO: O ESTUDO DO PLANO CARTESIANO À LUZ DAS TECNOLOGIAS DIGITAIS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO COM A GEOGEBRA

Kleyton Henrique Verissimo de Lima¹

Gabriel Júlio Alves²

Natércia de Andrade Lopes Neta³

INTRODUÇÃO

A Gestão Escolar observa o funcionamento da Instituição, do pedagógico ao financeiro, preocupando-se com as particularidades das áreas de ensino. Este artigo busca focar em metodologias voltadas para o uso da tecnologia como facilitador de aprendizagem na área de Matemática.

O ensino da matemática vai além da simples transmissão de informações e não deve ser considerado como um estágio fixo de certeza e imutabilidade. Ensinar é um processo educacional contínuo e adaptável, que visa atender às necessidades dos alunos para uma compreensão completa de sua situação. Na educação matemática, esse processo abrange a formação de crianças, adolescentes, jovens e adultos em diferentes contextos escolares. Desta forma, são apresentados no âmbito educacional, concepções de aprendizagem matemática que, segundo Clara Rezende (2002, p.1) “Podem representar elementos decisivos no desenvolvimento do conhecimento matemático no contexto do ensino e aprendizagem da matemática”.

Essa suposição deu origem a uma série de pesquisas que buscam investigar essa questão, analisando as concepções dos professores sobre matemática

1 Discente do curso de Licenciatura em Matemática pela Universidade Estadual de Alagoas – UNEAL, Palmeira dos Índios – AL. E-mail: kleytonlima@alunos.uneal.edu.br. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3239313662392071>.

2 Discente do curso de Licenciatura em Matemática pela Universidade Estadual de Alagoas – UNEAL, Palmeira dos Índios – AL. E-mail: gabrielalvares@alunos.uneal.edu.br. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9126652967644638>.

3 Docente do Curso de Licenciatura em Matemática Campus Palmeira dos Índios da Universidade Estadual de Alagoas – UNEAL. E-mail: natercia.lopes@uneal.edu.br. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4880247640523667>.

e como essas concepções afetam a prática de ensino (THOMPSON, 1997; FIORENTINI, 1995) ou analisem se existe alguma conexão entre as percepções dos estudantes acerca da matemática, seus processos de aprendizado da disciplina e seu desempenho nas aulas de matemática (CURY, 1996).

Neste trabalho, foi desenvolvida uma sequência didática que utiliza as Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDIC), utilizando o Geogebra, um programa educacional lançado em 2002 por Markus Hohenwarter, especialista em Informática aplicada à Educação Matemática. Em resumo, o Geogebra, reconhecido no campo educacional, destaca-se como uma ferramenta significativa no ensino da Matemática.

O plano cartesiano, abordado nos documentos oficiais de ensino do Brasil, como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), desenvolve habilidades fundamentais nos discentes. Ele prepara para situações cotidianas, promovendo percepção de localização, raciocínio lógico e servindo de base para diversas habilidades matemáticas e em outras áreas do conhecimento.

O conceito é crucial para compreensão de temas complexos como trigonometria e funções de primeiro e segundo grau. Além de seu valor matemático, o sistema de coordenadas cartesianas tem aplicações em cartografia, geolocalização, estratégias militares e tomadas de decisões em vários contextos, tornando-se uma ferramenta indispensável.

No planejamento curricular de Matemática, conforme estabelecido nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), destaca-se a relevância de os alunos não apenas adquirirem conhecimentos geométricos, mas também desenvolverem sua percepção espacial, contribuindo assim para uma compreensão mais profunda do mundo que o cerca, em razão disso, de acordo com os PCNs:

É de suma importância que a investigação sobre as dimensões espaciais e formas se realize a partir de elementos presentes no ambiente físico, incluindo obras de arte, pinturas, desenhos, esculturas e artesanato. Isso proporciona ao estudante a oportunidade de estabelecer ligações interdisciplinares entre a Matemática e diferentes campos do saber (BRASIL, 1998, p.51).

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Os avanços tecnológicos têm provocado mudanças rápidas nos sistemas de conhecimento, influenciando profundamente as esferas: econômica, política e social. Na cognição, diversas técnicas computacionais são usadas para estudar a geração e representação do conhecimento pelo cérebro, enquanto na inteligência artificial, os computadores simulam processos intelectuais para criar novos conhecimentos.

No âmbito educacional, a tecnologia motiva os estudantes, altera sua abordagem ao aprendizado e oferece suporte aos educadores. Tanto

professores quanto alunos desempenham papéis essenciais, com os educadores necessitando familiarizar-se e aplicar eficazmente diversas tecnologias, e os estudantes comprometendo-se com uma participação ativa para aprimorar suas competências (BRETAS, 2020).

As ferramentas tecnológicas são fundamentais para criar atividades investigativas no ensino de matemática, permitindo a exploração interativa e ágil de conceitos. A utilização de programas específicos, como o Geogebra, contribui para a criação de contextos de pesquisa, promovendo aquisição de saberes e uma melhor compreensão dos conceitos (BRACHO, 2020).

Incorporar a tecnologia na sala de aula visa possibilitar a exploração crítica e consciente pelos estudantes, promovendo discussões sobre resultados e estratégias. Preparar educadores para aproveitar as novas tecnologias implica em redefinir seus papéis, introduzindo transformações no processo educativo e na relação com a comunidade (DEMARTINI, 2022).

A tecnologia digital permite o uso de diversos contextos na sala de aula, melhorando a compreensão dos conceitos matemáticos e aprimorando as estratégias de ensino (SANTOS, 2020). A integração das tecnologias digitais nas salas de aula passa por quatro etapas: linguagem de programação, softwares educacionais, Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) e internet de alta velocidade para pesquisa (BRETAS, 2020).

EDUCAÇÃO MATEMÁTICA E A CONCEPÇÃO SOBRE A MATEMÁTICA PURA

A Educação Matemática desempenhou um papel importante na alteração da percepção da matemática pura, introduzindo uma abordagem mais inclusiva e contextualizada dessa matéria.

A matemática é destacada como uma disciplina interligada a outras áreas do conhecimento, ressaltando que suas soluções desempenham um papel relevante em conjunto com outras ciências. Além disso, a ênfase na solução de problemas como método essencial para adquirir conhecimento altera a visão tradicional da matemática, que se limitava à memorização de fórmulas e teoremas, transformando-a em uma disciplina mais dinâmica e prática (SYLVESTRE, 2023; MANZONI, 2022).

A introdução de ferramentas tecnológicas, como calculadoras gráficas e software matemático, na Educação Matemática permitiu explorar conceitos de matemática pura de maneiras mais dinâmicas e visuais, tornando a aprendizagem mais envolvente (DAMACENO, 2012).

Em resumo, a Educação Matemática desempenhou um papel crucial ao transformar a percepção da matemática pura, conferindo-lhe maior relevância,

contexto e acessibilidade. Enfatizou sua interligação com diversas disciplinas, realçando a importância da compreensão e resolução de problemas. Essas mudanças enriqueceram substancialmente a abordagem e percepção global da matemática em todo o mundo.

TECNOLOGIAS DIGITAIS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TDICS)

As TDICs constituem diversas formas de mídia digital, acrescentando valor ao contexto das mídias digitais, e se diferenciam das TIC.

Segundo Benedetti (2020, p. 01):

As TICs referem-se às tecnologias que facilitam os processos de informação e comunicação nas atividades humanas, como o jornal, o rádio ou a TV, enquanto a TDIC abrange dispositivos digitais, como computadores e lousas digitais, entre outros.

As Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDICs) são integradas às estratégias pedagógicas no campo educacional para facilitar aprendizagens mais significativas. Essas ferramentas buscam apoiar os educadores na adoção de abordagens de ensino ativas, alinhando o processo de ensino-aprendizagem à realidade dos estudantes e estimulando maior interesse e engajamento ao longo de todas as fases da Educação Básica (BNCC, 2018).

Segundo Valente (2014, p. 141; 143):

Em grande parte, as salas de aula mantêm a estrutura e métodos estabelecidos na educação do século XIX. As atividades de aprendizado ainda são principalmente físicas, utilizando papel e lápis, e o professor é geralmente visto como a figura central responsável por transmitir o conhecimento.

É essencial integrar tecnologias e recursos digitais na rotina escolar, destacando a necessidade de promover a alfabetização digital e o letramento para garantir acesso e inclusão digital. Incorporar tecnologias na educação vai além do uso como ferramentas facilitadoras; o objetivo é envolver ativamente os alunos na construção do conhecimento, capacitando-os a aprender com e sobre essas tecnologias.

O SOFTWARE GEOGEBRA

O Geogebra é um software interativo de matemática que integra conceitos provenientes da geometria, álgebra, cálculo e diversas outras disciplinas matemáticas. Sua finalidade principal é apoiar alunos, professores e profissionais em tarefas relacionadas ao ensino e aprendizado da matemática, além de ser uma ferramenta útil em pesquisas envolvendo matemática e ciências.

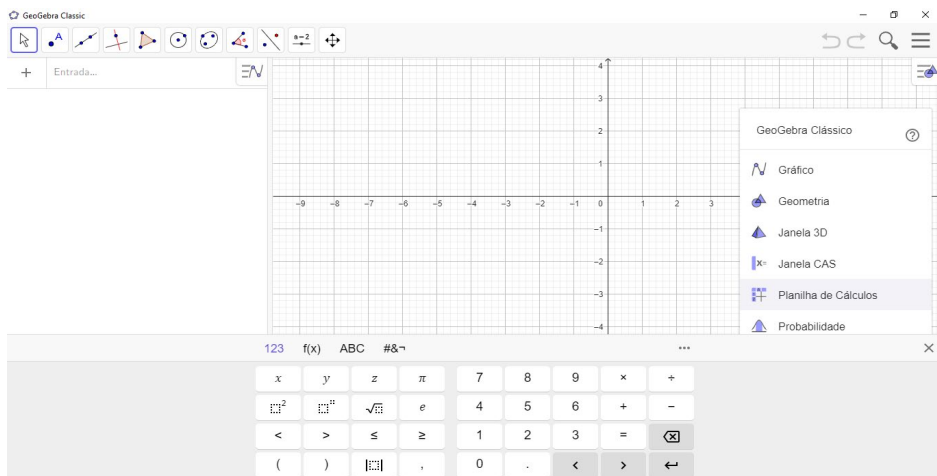
Quando incorporado para aprimorar o ambiente de aprendizado, o software se torna uma ferramenta que pode ser instruída, oferecendo oportunidades para que os alunos detalhem suas abordagens na resolução de problemas.

Segundo Valente (1999. p.10):

O dispositivo pode desempenhar um papel fundamental na aquisição de conhecimento, mas é essencial reconhecer que a aprendizagem não deve limitar-se apenas ao uso do software, porém, ela deve se concentrar na interação ativa do aluno com o software.

O uso desse contexto é significativo, pois promove uma interação mais profunda entre o conteúdo e o aluno, aproximando-o da prática e da experiência direta. Sua finalidade é tornar o ensino da Matemática mais dinâmico e eficaz, simplificando a visualização e estimulando o interesse dos estudantes pela matéria, transformando o processo de estudo em algo mais agradável e prático. Abaixo, podemos observar a interface gráfica do Geogebra. Vejamos a figura 1.

Figura 1: interface do geogebra.



Fonte: _____

A interface do Geogebra é flexível e altamente interativa, o que permite a abordagem de diversos conteúdos matemáticos. Ela segue a estrutura clássica do Geogebra, incluindo uma barra de ferramentas, uma área de comandos e funções, e uma área de trabalho centralizada no software.

As ferramentas se encontram em forma de guias, cada guia é responsável por um conjunto de ferramentas e funções. Guias essas, representadas por: seta de controle, ponto, reta, reta perpendicular, polígono, círculo, elipse, ângulo, reflexões, anexos no projeto, e configurações de exibição.

No seu layout de exibição, encontram – se presentes, ferramentas e formas

do cenário apresentado para trabalho, como: a exibição dos eixos, exibição da malha, centralização do projeto, captura dos pontos, e configurações.

O design da sua interface é cuidadosamente idealizado para ser de fácil compreensão, tornando a exploração de conceitos matemáticos uma experiência interativa mais acessível.

METODOLOGIA

A pesquisa de campo abordada é fundamentada na análise descritiva, qualitativa e quantitativa, que são abordagens diferentes aplicadas na pesquisa social e científica.

Participaram da pesquisa 71 alunos, divididos em três turmas de primeira série do ensino médio, em uma escola da rede Estadual da cidade de Bom Conselho – PE.

A metodologia de execução baseou – se em uma sequência didática referente às Coordenadas no Plano, tendo como recurso o software Geogebra. Para isso, foi apresentado o software aos alunos, para que eles pudessem trabalhar o plano cartesiano, utilizando as ferramentas disponíveis no software para a resolução da atividade proposta.

Após a resolução das questões, houve uma correção em conjunto utilizando as respostas dos alunos em um plano no quadro branco.

Ao término da atividade, foi abordado no quadro, o conceito geral do tema proposto, como também foi apresentada a sua importância na matemática e no cenário educacional dos alunos.

A análise da pesquisa foi realizada por meio da coleta de dados das respostas dos alunos em um questionário fechado, composto por duas questões. Cada estudante recebeu e respondeu anonimamente ao questionário. As perguntas abordaram a perspectiva dos alunos sobre o desenvolvimento da aula com o uso do software e suas opiniões em relação ao possível uso futuro do mesmo para abordar outros conteúdos matemáticos.

A seguir, é abordada a sequência didática.

- **Modalidade / Nível de Ensino:** Ensino Médio - 1º série.
- **Componente Curricular:** Matemática.
- **Tema:** Coordenadas no Plano.
- ❖ **Tempo de duração:** 4 aulas.
- ❖ **Objetivo Geral:** Trabalhar conceitos da geometria relacionados ao ponto, a reta, ao plano, a estrutura, as dimensões das figuras geométricas e seus elementos fundamentais.
- ❖ **Objetivo Específico:** Analisar o plano cartesiano caracterizando as

propriedades das figuras geométricas e utilizar o software Geogebra para resolução de atividades, trabalhando as propriedades para encontrar pontos, segmentos e figuras para que os discentes possam ter uma introdução do tema.

- ❖ **Recursos:** Geogebra, smartphone, quadro branco.
- ❖ **Metodologia:** Resolução de questões e, através delas, introdução conceitual.
- ❖ **Conteúdos:** Plano cartesiano - ponto, reta, eixos e localização de pontos.
- ❖ **Forma de Avaliação:** Trabalho em duplas utilizando o Geogebra, e a participação individual ao decorrer da explicação dos conceitos.

Abaixo, é abordada a atividade proposta, que foi adaptada a partir de uma atividade desenvolvida por Aline Beriba. Vejamos a figura 2.

Figura 2: plano cartesiano e funções (BERIBA, 2014).



ATIVIDADE PROPOSTA

1) Marcando pontos no plano cartesiano.

Dados os pontos A(3,6), B(1,3), C(-1,2), D(5,-3), E(2,-4), F(3,-3), G(-1,-1), H(-4,-5), represente-os no plano cartesiano.

2) Marque os pontos A (2,3) B (3,2) C (-2,3) D (3,-2) E (2,-3) F (-3,2), G (-2, -3) H (-3,-2) no plano.

Agora responda:

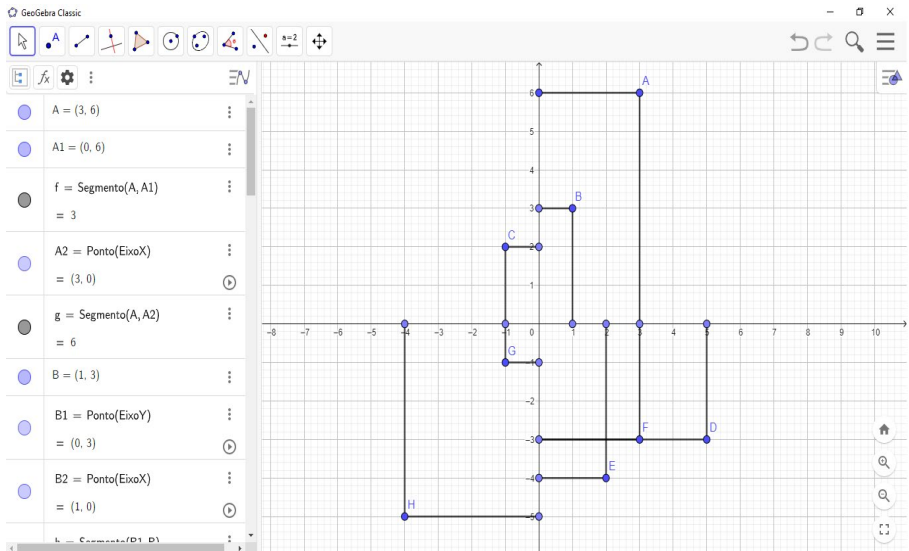
- a) Escreva a qual quadrante pertence cada ponto marcado
- b) Os pontos A e B representam os mesmos pontos no plano cartesiano?
- c) Os pontos C e E representam os mesmos pontos no plano cartesiano?
- 3) Qual é o ponto de encontro entre as retas: $x - y = 0$ e $x + y - 4 = 0$.
- 4) Identifique no plano cartesiano a reta formada pelos pontos A(2, -1) e B(-3, 2).

Fonte: _____

RESOLUÇÃO DAS QUESTÕES

Na primeira questão, com a orientação do professor, foi marcado no software o ponto A (3, 6), seguindo um procedimento que envolveu a localização do ponto 3 no eixo horizontal (eixo x) e do ponto 6 no eixo vertical (eixo y). Posteriormente, desenhou-se uma linha perpendicular a ambos os eixos, e o ponto de interseção dessas linhas determinou a localização do ponto. Os alunos então prosseguiram resolvendo os itens propostos, conforme ilustrado na figura 3.

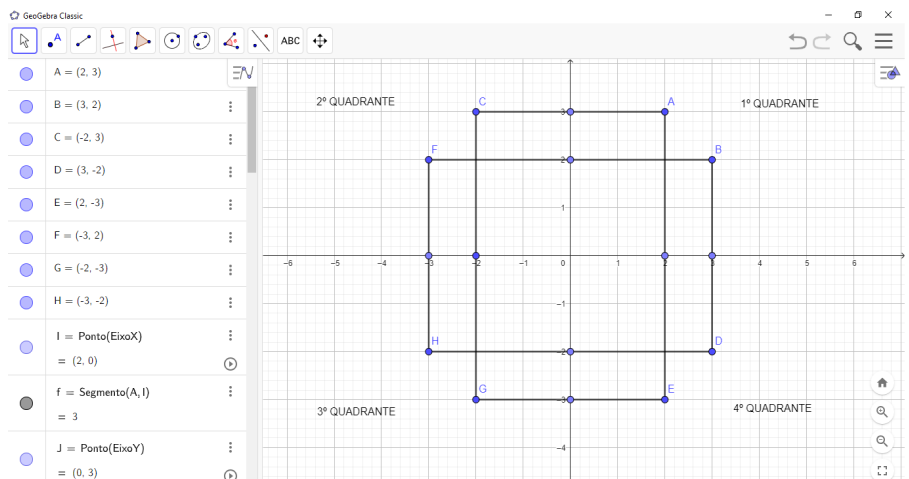
Figura 3: resolução baseada na questão 1.



Fonte: _____

Na segunda questão, os alunos foram instruídos a marcar pontos em um novo plano cartesiano. Em seguida, surgiu a dúvida sobre o que é um quadrante, sendo apresentado objetivamente seu conceito usando o quadro branco. O ponto A (2,3) foi utilizado como exemplo para iniciar a resolução da letra a. Ao final da questão, os alunos discutiram as respostas nas letras b e c, gerando um debate em sala de aula. Como podemos ver na figura 4.

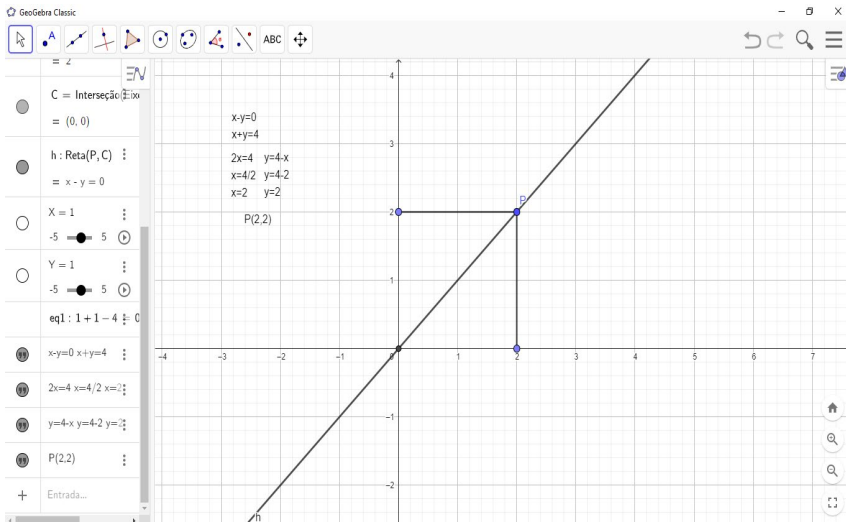
Figura 4: resolução baseada na questão 2.



Fonte: _____

Na terceira questão, antes de prosseguir com a ajuda do Geogebra, os alunos foram instruídos a resolver dois problemas para encontrar o ponto de encontro das coordenadas. Posteriormente, marcaram no Geogebra o ponto encontrado, utilizando as ferramentas de ponto e interseção de reta. Como é visto na figura 5.

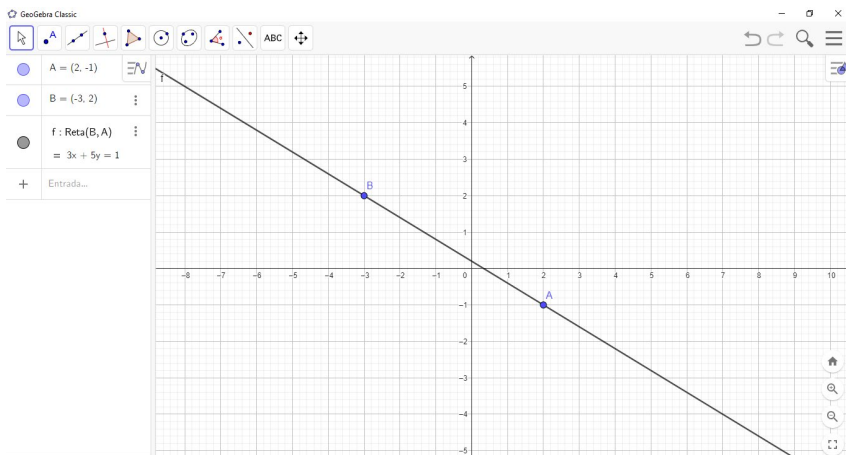
Figura 5: resolução baseada na questão 3.



Fonte: _____

Na quarta e última questão, os alunos foram orientados a utilizar a ferramenta de reta para traçar os pontos de acordo com a pergunta proposta na atividade. Como mostra a figura 6.

Figura 6: resolução baseada na questão 4



Fonte: _____

Após o termino das atividades e abordagem conceitual em quadro, foi entregue para os alunos um questionário, para que de forma individual, o respondesse. Como é abordado na figura 7.

Figura 7: questionário proposto



QUESTIONÁRIO

1º ano ()

1) Para você, o uso do Geogebra foi fundamental para o desenvolvimento do conteúdo?

Sim () Não () Indiferente ()

2) Você gostaria que o Geogebra fosse utilizado para ensinar outros conteúdos da matemática?

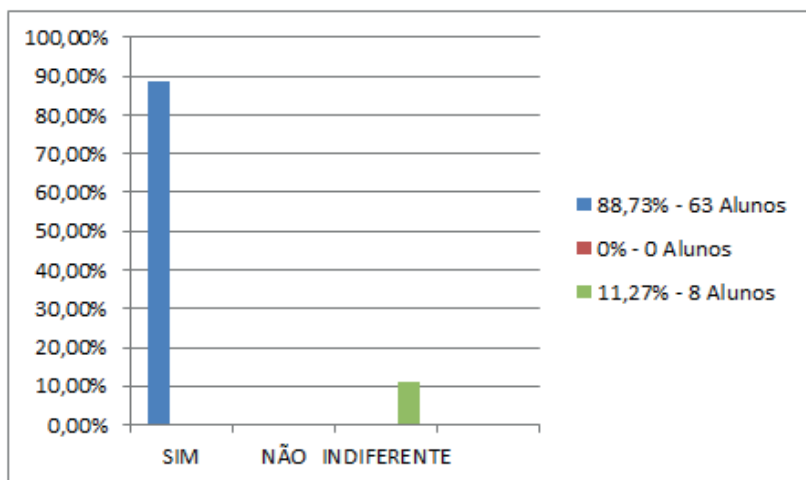
Sim () Não () Indiferente ()

Fonte: _____

RESULTADOS E DISCUSSÃO

De acordo com os resultados obtidos:

Gráfico 1: Resultados obtidos sobre à primeira pergunta do questionário.

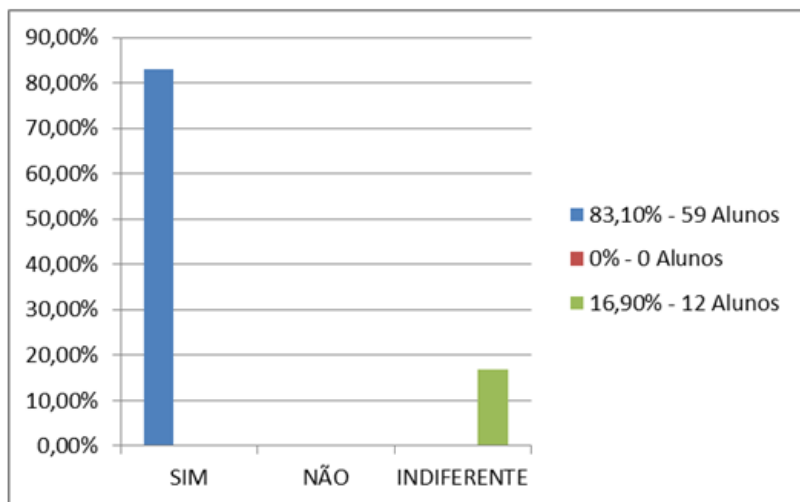


Fonte: Dados da Pesquisa (2023).

A primeira pergunta avaliou a efetividade do uso individual do Geogebra para cada aluno, com opções objetivas: SIM para indicar que foi fundamental, NÃO para

indicar que não foi fundamental, e INDIFERENTE para indicar que ajudou, mas não de forma totalmente clara. Dos dados coletados, 88,73% (63 alunos) marcaram SIM, indicando que o programa foi fundamental. Nenhum aluno marcou NÃO, enquanto 11,27% (8 alunos) marcaram INDIFERENTE, sugerindo que, apesar da ajuda, alguns alunos precisavam de mais alternativas metodológicas.

Gráfico 2: Resultados obtidos sobre a segunda pergunta do questionário.



Fonte: Dados da Pesquisa (2023).

A segunda pergunta do questionário abordou a disposição dos alunos em relação ao uso futuro do Geogebra para outros conteúdos matemáticos, com opções objetivas: SIM para expressar interesse, NÃO para indicar desinteresse e INDIFERENTE para afirmar que a abordagem seria interessante, mas sem impacto decisivo. Dos dados coletados, 83,10% (59 alunos) marcaram SIM, demonstrando interesse no uso do software para outros conteúdos matemáticos. Nenhum aluno marcou NÃO. No total, 16,90% (12 alunos) marcou INDIFERENTE, indicando que, embora a abordagem seja considerada inovadora, alguns alunos não têm uma decisão formada.

O trabalho mostrou resultados positivos ao utilizar o Geogebra como ferramenta de ensino do plano cartesiano, sob a perspectiva da Tecnologia Digital de Informação e Comunicação (TDIC). A sequência didática desenvolvida contribuiu para a compreensão dos conceitos do plano cartesiano, oferecendo uma abordagem interativa e dinâmica. Os alunos, ao utilizar o Geogebra, conseguiram visualizar e manipular representações gráficas, explorando relações entre pontos, retas e figuras geométricas. Os resultados indicaram positivamente a relação entre os conceitos e habilidades práticas, com aprovação dos alunos acima de 80% no questionário,

evidenciando a eficácia do uso das TDICs no processo de aprendizagem. Conclui-se que o Geogebra, como ferramenta pedagógica, é eficaz e promove uma abordagem de conteúdos com perspectivas mais abrangentes para os alunos.

REFERÊNCIAS

BERIBA, Aline Silva. **Plano Cartesiano e Funções**. FUNDAÇÃO CECIERJ/ CONSÓRCIO CEDERJ. Magé. 2014. Acesso em 27 de Novembro de 2021.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Matemática**. Secretaria de Educação. Brasília: MEC/ SEF, 1998. Acesso em 27 de Novembro de 2021.

SANTOS, Dainana Nunes. **Relação Entre a Matemática e Outras Áreas do Conhecimento: análise de uma coleção de livros didáticos de matemática do ensino médio**. Universidade Federal do Pampa – Campus Caçapava do Sul. Acesso em 27 de Novembro de 2021.

REZENDE, M. C. **Concepções de Matemática e Aprendizagem Matemática de Alunos de Engenharia**. Minas Gerais. Acesso em: 12 de Fevereiro de 2023.

THOMPSON, A. G. **A Relação Entre Concepções de Matemática e de Ensino de Matemática de Professores na Prática Pedagógica**. São Paulo, 1997. Acesso em: 13 de Fevereiro de 2023.

CURY, H. N. **Concepções sobre Matemática e Práticas Avaliativas: as possíveis relações**. Rio Grande do Sul, 1996. Acesso em 13 de Fevereiro de 2023.

BRACHO, L. A. C. **Simuladores com o Software GeoGebra como Objetos de Aprendizagem para o Ensino da Física**. Santo Andre – SP, 2020. Acesso em: 13 de Fevereiro de 2023.

BRETAS, Adriane. **O Uso Do Software Educacional Geogebra Na Aprendizagem Do Conteúdo Matemático De Quadriláteros**. Curitiba, 2020. Acesso em: 15 de Fevereiro de 2023.

LARA, I; DERMATINI, S. **O Ensino da Matemática na Realidade Pandêmica**, 2022. Acesso em: 15 de Fevereiro de 2023.

SYLVESTRE, Guilherme. **A Educação Matemática: Promovendo a Inclusão e o Acesso à Educação de Qualidade**, 2023. Acesso em: 20 de Junho de 2023.

MANZONI, Cecília. **Beleza da Matemática só se Revela a Quem a Explora a Fundo**, 2022. Acesso em: 20 de Junho de 2023.

BENEDETTI, Thais. **A Importância das TDICs para a Educação**. Tutor Mundi, 2020. Acesso em: 20 de Junho de 2023.

VALENTE, J. A. **O Computador na Sociedade do Conhecimento**. UNICAMP, 1999. Acesso em: 28 de Setembro de 2023.

DESAFIOS E ESTRATÉGIAS NA IMPLEMENTAÇÃO DA TECNOLOGIA NA GESTÃO ESCOLAR

Abraão Lisboa Oliveira¹

Janielson da Paz Silva²

João Vitor da Silva³

José Wellington de Oliveira Gonçalves⁴

Natércia de Andrade Lopes Neta⁵

1. INTRODUÇÃO

De acordo com Brook (2011), a gestão educacional é fundamental para a organização e desenvolvimento das instituições de ensino em todos os níveis, desde a educação infantil até o ensino superior. Essa área engloba um conjunto de práticas e estratégias destinadas ao planejamento, organização, coordenação e controle das atividades pedagógicas e administrativas de uma escola ou universidade. O principal objetivo da gestão educacional é assegurar que as instituições de ensino possam proporcionar uma educação de qualidade aos seus alunos, criando ao mesmo tempo um ambiente seguro e saudável para o aprendizado.

Na era da informação e da revolução digital, a integração da tecnologia tornou-se um meio para a transformação dos processos educacionais, especialmente no âmbito da gestão escolar. A adoção de ferramentas

1 Discente do curso Licenciatura em Matemática pela Universidade Estadual de Alagoas-UNEAL, Palmeira dos Índios – AL. E-mail: abraao@alunos.uneal.edu.br. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4087825173490598>.

2 Discente do curso Licenciatura em Matemática pela Universidade Estadual de Alagoas-UNEAL, Palmeira dos Índios – AL. E-mail: janielsonsilva@alunos.uneal.edu.br. Lattes: <https://lattes.cnpq.br/4956216696487034>.

3 Discente do curso Licenciatura em Matemática pela Universidade Estadual de Alagoas-UNEAL, Palmeira dos Índios – AL. E-mail: joao.silva26@alunos.uneal.edu.br. Lattes: <https://lattes.cnpq.br/5375068032300266>.

4 Discente do curso Licenciatura em Matemática pela Universidade Estadual de Alagoas-UNEAL, Palmeira dos Índios – AL. E-mail: josegoncalves@alunos.uneal.edu.br. Lattes: <https://lattes.cnpq.br/1157470738978799>.

5 Docente do Curso de Licenciatura em Matemática Campus Palmeira dos Índios da Universidade Estadual de Alagoas – UNEAL. E-mail: natercia.lopes@uneal.edu.br. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4880247640523667>.

tecnológicas nesse contexto representa uma jornada desafiadora, mas que oferece oportunidades significativas para melhorar a eficiência, transparência e qualidade do ensino. Esteves (2015) aponta algumas das dificuldades encontradas no processo de transição para um ambiente digital, como resistência cultural, integração de sistemas, acessibilidade e segurança cibernética. Essas barreiras complexas demandam abordagens estratégicas para serem superadas.

Ao explorar os desafios, o objetivo é aprofundar a compreensão das dinâmicas envolvidas na implementação da tecnologia na gestão escolar. A resistência à mudança, muitas vezes enraizada em tradições consolidadas, requer estratégias sensíveis para promover uma transição suave. Além disso, considerações práticas, como infraestrutura tecnológica, capacitação dos envolvidos e segurança de dados, exigem soluções equilibradas e holísticas.

Paralelamente aos desafios, o artigo destaca estratégias inovadoras que têm se mostrado eficazes na transformação bem-sucedida da gestão escolar por meio da tecnologia. A abordagem centrada no usuário, a formação continuada, a parceria estratégica com fornecedores de tecnologia e a ênfase na segurança da informação são aspectos fundamentais discutidos para orientar gestores escolares, educadores e profissionais de tecnologia educacional na navegação desse cenário dinâmico.

Ao promover este diálogo, a intenção é oferecer uma visão abrangente sobre os desafios e as estratégias que permeiam a implementação da tecnologia na gestão escolar, contribuindo assim para o desenvolvimento de uma gestão educacional mais eficiente, conectada e preparada para o futuro.

Diante disso, esse artigo tem como objetivo realizar uma análise bibliográfica de trabalhos referente a implementação da tecnologia na gestão escolar.

2. DESAFIOS NA IMPLEMENTAÇÃO DA TECNOLOGIA NA GESTÃO ESCOLAR

A tecnologia surge como uma forte aliada na prática didático pedagógica dos professores e na gestão escolar. Para isso, é necessário que a escola e os estudantes tenham acesso aos artefatos tecnológicos e uma escola que possibilite esse acesso. Pois como afirma Souza (2022), a escola deve se encaixar dentro desse novo cenário atual e dos novos paradigmas que surgem constantemente na sociedade com o avanço da tecnologia. Desse modo, é de suma importância que a escola e os alunos tenham acesso e saibam utilizar a tecnologia de modo que isso facilite na compreensão dos conteúdos trabalhados e proporcione uma educação mais significativa.

Entretanto, o gestor pode enfrentar alguns desafios para a implementação da tecnologia no ambiente escolar. Nos tópicos a seguir buscamos fazer uma

análise dessas dificuldades, trazendo a opinião de alguns autores referente aos desafios que podem ser enfrentados pelos gestores no dia a dia escolar.

2.1 O mau uso da tecnologia pelos alunos

De acordo com Kenski (2003), a implantação da tecnologia no meio de estudo pode gerar aspectos positivos para a educação, pois é a partir dela que obtemos acesso às informações desejadas, afastando-se de modelos massivos de ensino e garantindo aprendizagens individualizadas. Entretanto, vemos que a aplicação dessas tecnologias no ambiente escolar vem sofrendo um impasse, que se dá pela dependência dos alunos em utilizar constantemente essas ferramentas, gerando assim aspectos negativos na hora da aplicação das avaliações e na construção do conhecimento. De acordo com Rodrigues (2015) o uso de tecnologias pode oferecer uma aprendizagem eficiente, mas que deve ser realizada de forma cuidadosa, pois, embora a tecnologia facilita na hora do repasse dos conteúdos pelo professor e ajude na resolução de questões complexas que necessitam da utilização de softwares, a utilização dessas ferramentas ainda requer um pouco de cuidado.

Machado (2017) relata que:

“não é nada fácil ser educador no século XXI, os alunos cada vez mais estão achando a escola um local ruim de ficar, aliás, já ouvimos claramente que muitos vão à escola somente para socializar com os colegas, aliado às novas tecnologias que evoluem de maneira rápida e absurda, e ainda junte a isso o fato que os novos ídolos dos adolescentes são os youtubers, os criadores de conteúdo no site de vídeos youtube, que falam claramente que não estudaram e nem precisam, pois o que eles fazem não necessita conhecimento “da escola” para tal empreitada”. (MACHADO & PROBST, 2017, p. 53).

Desse modo, observamos que muitos alunos deixam de acompanhar o professor, na resolução de tais questões, e vão utilizar as redes sociais dentre outras ferramentas que tomam a atenção do aluno na hora da aula. Isso é algo que está presente em várias salas de aula e está crescendo cada vez mais, tornando o avanço da tecnologia na área do ensino, de certa forma, complicada. Não só os professores veem essas deficiências com relação ao implante mais “avançado” da tecnologia na educação, como os próprios pais dos alunos.

Rodrigues (2016) relata que a utilização da tecnologia no interior da sala de aula é responsabilidade do professor. Essa “alfabetização informática” torna-se cada vez mais essencial para uma verdadeira compreensão do mundo real e configura-se como uma via privilegiada para alcançar a autonomia, capacitando cada indivíduo a se comportar na sociedade como alguém livre e esclarecido. Desse modo, cabe ao professor orientar o aluno a utilizar esses meios tecnológicos para auxiliar na construção do conhecimento

Miranda (2007) destaca ainda que a utilização das tecnologias na sala de aula, só geraram efeitos positivos, quando os professores se empenharem no domínio dessas ferramentas e promovem atividades desafiadoras e criativas, incorporando o uso das tecnologias em sua prática pedagógica, especialmente ao tratar e representar informações, apoiando os alunos na construção de um conhecimento significativo e desenvolvendo projetos que integrem as tecnologias de forma alinhada ao currículo.

Desse modo, o papel do gestor se torna fundamental. É por meio do planejamento e da execução de estratégias educacionais, que constituem suas atribuições, que o gestor viabiliza as ferramentas e as condições materiais necessárias para que o professor desempenhe a sua função educacional de maneira integrada, como parte ativa do processo de produção de conhecimento (Souza, 2022).

2.2 Questões de segurança e privacidade de dados

A integração crescente da tecnologia no ambiente escolar trouxe consigo uma série de benefícios, mas também levantou preocupações significativas sobre a segurança e privacidade dos dados dos estudantes. No contexto educacional, a proteção dessas informações tornou-se uma prioridade essencial para garantir um ambiente de aprendizado seguro e confiável.

Segundo Silva et al. (2019), Proibir o uso de aparelhos, como celulares em instituições de ensino é um erro, proibir ou restringir o uso de tecnologias é uma negação da atual verdade do mundo que é encontrada fora dos muros da escola. O armazenamento em “nuvem”, em pastas digitais ou até mesmo em aplicativos para fins de divulgação de notas, são meios tecnológicos de ajudar a gestão que carregam informações relevantes para o funcionamento da instituição e vida do aluno. Em caso de mau uso dessas informações, isso poderia gerar diversas implicações, não só para a gestão, como também para os próprios alunos e pode acabar gerando discussões. Mesmo levando em conta esse fator negativo, é notório que a tecnologia facilita muito a vida, não apenas dos gestores e professores, como também dos próprios alunos.

A educação dos alunos e funcionários sobre boas práticas de segurança cibernética e privacidade de dados é uma componente importante dessa equação. Isso inclui orientações sobre a criação de senhas fortes, a identificação de atividades suspeitas e a conscientização sobre os riscos associados ao compartilhamento indiscriminado de informações pessoais online.

2.3 Desafios financeiros e infraestruturais

Mesmo que o avanço da tecnologia nas escolas seja rápido, muitas não têm a infraestrutura nem orçamento necessário para a implementação destes meios mais avançados tecnologicamente. Isso ocorre principalmente em escolas situadas em áreas mais humildes, como em áreas rurais ou em aldeias indígenas, por exemplo, em que elas não tem uma infraestrutura adequada para o recebimento destas melhorias, não generalizando todas. De acordo com Almeida (2021) além dos problemas estruturais e financeiros encontrados, também é necessário colocar o desafio de lidar com estas novas tecnologias, afinal conforme avançamos também criamos a necessidade de nos tornar mais aptos a lidar com este meio.

Em relação a desigualdade e a falta de investimentos nas escolas, Schneider, Frantz e Alves (2020) relatam que as disparidades existentes entre os sistemas de ensino, que por sua vez são perpetuadas ou exacerbadas pela discrepância nas receitas potenciais de cada ente federado, culminam em desigualdades notáveis em relação à infraestrutura das escolas públicas. Refletir sobre a ausência de ambientes adequados, implica antecipar potenciais interrupções em um projeto de formação destinado à emancipação e à autonomia intelectual, elementos fundamentais para a efetiva transformação da realidade.

Desse modo, cabe ao gestor empreender esforços na busca de recursos, a fim de transformar a escola em um ambiente propício ao aprendizado e ao desenvolvimento integral dos alunos. Isso envolve não apenas a aquisição de recursos materiais, como livros didáticos e equipamentos educacionais, mas também a busca por recursos tecnológicos, visando manter os alunos interligados às mudanças que ocorrem constantemente na sociedade. Além disso, é crucial buscar a promoção de parcerias com a comunidade, a captação de recursos financeiros e a busca por programas de financiamento e subsídios disponíveis.

Além disso, o gestor desempenha um papel crucial na elaboração de projetos pedagógicos inovadores, que possam atrair investimentos e despertar o interesse de parceiros externos. A busca por alternativas sustentáveis, tanto do ponto de vista ambiental quanto financeiro, também se mostra relevante nesse contexto.

3. ESTRATÉGIAS BEM-SUCEDIDAS

A implementação de tecnologia na gestão escolar pode enfrentar diversos desafios, mas estratégias bem-sucedidas como planejamento estratégico, engajamento da comunidade escolar, formação e capacitação, escolha da tecnologia adequada, suporte técnico e manutenção, monitoramento e avaliação contínua, inovação e adaptação constante, segurança e privacidade dos dados e

compartilhamento de boas práticas podem ajudar a superá-los.

Antes de implementar qualquer tecnologia, é crucial ter um plano claro e abrangente. Isso inclui identificar metas específicas, recursos necessários, cronograma de implementação e avaliação de impacto, também é importante o envolvimento de todos os professores, alunos, funcionários e pais desde o início. A realização de reuniões, workshops e fornecer informações transparentes sobre a implementação são formas de garantir o apoio e participação de todos. Oferecer treinamento adequado para todos os usuários da tecnologia é crucial. Isso inclui professores, funcionários administrativos e até mesmo os alunos, para garantir que todos compreendam e possam usar as ferramentas de maneira eficaz.

Segundo Souza (2022), a presença da tecnologia no desempenho do papel do gestor é incontestável. Muitos profissionais atualmente não conseguem conceber suas atividades sem o uso de alguma forma de tecnologia, independentemente do setor em que atuam, seja como gestor escolar, funcionário bancário ou operador de teleatendimento. No entanto, meramente oferecer uma sala de informática para os alunos não terá um impacto significativo em seu processo de aprendizado. Em outras palavras, um computador com acesso à internet e softwares de gestão pode certamente melhorar de forma positiva o trabalho dos gestores, simplificando e otimizando suas tarefas. No entanto, apenas fornecer recursos digitais para alunos e professores não será suficiente.

Avaliar diferentes opções, considerando custo, suporte técnico, facilidade de uso e adequação ao ambiente educacional é fundamental. Não se trata apenas de escolher a tecnologia mais avançada, mas sim daquela que se encaixa nas necessidades específicas da escola, sempre garantindo um suporte técnico eficaz para lidar com problemas e dúvidas que aparecerem para manter a confiança na tecnologia, tendo plano de manutenção regular para garantir que a tecnologia funcione sem problemas. Também é importante estabelecer métricas para avaliar o impacto da tecnologia na gestão escolar. Isso permite que ajustes e melhorias contínuas sejam feitas garantindo que a tecnologia atenda aos objetivos estabelecidos.

Novas tecnologias podem aparecer conforme o avanço da modernidade e é de suma importância estar aberto a essas ideias e ajustar as estratégias conforme necessário para sempre melhorar a gestão escolar. A capacidade de adaptar-se a novas tecnologias e as necessidades educacionais que estão em constante evolução, é um passo para o sucesso a longo prazo. Porém, é necessário implementar medidas robustas de segurança cibernética e garantir a proteção dos dados dos alunos e da instituição, sendo isso uma prioridade. Isso inclui o cumprimento de regulamentações de proteção de dados e a implementação de políticas de privacidade. Uma cultura de compartilhamento de experiências positivas e boas

práticas entre outras escolas ou instituições educacionais precisa ser criada, pois pode fornecer insights valiosos e soluções para desafios comuns. Ao adotar essas estratégias, as escolas podem maximizar os benefícios da tecnologia na gestão educacional e superar os desafios associados à sua implementação.

O sucesso na incorporação da tecnologia na gestão escolar requer um planejamento estratégico detalhado, indo além de uma simples lista de verificação. O processo envolve o estabelecimento claro de metas, análise minuciosa das necessidades da escola, avaliação de recursos necessários, criação de um cronograma realista, envolvimento de todos os stakeholders desde o início e avaliações regulares para medir o progresso em relação aos objetivos. Essa abordagem holística visa garantir o uso eficaz dos recursos, alinhado aos objetivos da escola e atendendo às necessidades dos envolvidos no processo educacional.

4. IMPACTO NA EFICIÊNCIA E QUALIDADE EDUCACIONAL

A implementação da tecnologia na gestão escolar enfrenta diversos desafios que podem impactar tanto a eficiência quanto a qualidade educacional como Resistência à Mudança, Infraestrutura Limitada, Acesso Desigual à Tecnologia, Segurança e Privacidade, Treinamento Insuficiente, Integração com Processos Existentes, Custo Financeiro, Avaliação de Impacto.

Muitas vezes, educadores e gestores escolares podem resistir à adoção de novas tecnologias devido ao desconforto com a mudança ou falta de familiaridade com as ferramentas e também as escolas possam ter recursos limitados na aquisição e manutenção da infraestrutura necessária para adaptar se a essas mudanças, como por exemplo ter dificuldades para implementar computadores, redes de alta velocidade e servidores na estrutura da escola. O fato que também pode ocorrer é que alunos possam ter acesso desigual a dispositivos e conectividade em casa, o que pode criar disparidades no engajamento e na participação.

Segundo Pacheco (2021), é essencial que as administrações escolares estejam cientes de que as políticas educacionais adotadas pela escola são moldadas por diretrizes e órgãos superiores que orientam a elaboração de políticas e diretrizes para a educação nacional. Isso, por sua vez, influencia significativamente a gestão local, produzindo impactos marcantes nas concepções de escola, no conhecimento escolar e na formulação de currículos.

Questões relacionadas à segurança de dados e à privacidade dos alunos podem ser preocupações significativas durante a implementação de tecnologias, exigindo políticas rigorosas e medidas de proteção para armazenamento e compartilhamento de dados. Essas políticas não apenas devem definir padrões elevados de proteção, mas também garantir a conformidade com regulamentações de privacidade existentes.

A harmonização da tecnologia com os processos educacionais existentes pode ser desafiadora, especialmente quando há resistência à adaptação de métodos tradicionais como a falta de treinamento adequado para professores e funcionários pode dificultar a utilização eficaz das ferramentas tecnológicas, prejudicando o potencial impacto positivo. Além do contexto financeiro que pode ser o maior desafio para a implementação e manutenção de tecnologias educacionais, que podem exigir investimentos significativos, sendo um desafio em contextos de orçamentos restritos.

Medir o verdadeiro impacto da tecnologia na eficiência e qualidade educacional pode ser complexo, exigindo avaliações contínuas e métricas claras. Porém, para superar esses desafios requer um planejamento cuidadoso, investimento em capacitação, envolvimento ativo de todas as partes interessadas e uma abordagem adaptativa para enfrentar as necessidades específicas de cada escola.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Objetivando realizar uma análise bibliográfica de trabalhos referente a implementação da tecnologia na gestão escolar. Nosso estudo buscou analisar as diferentes concepções bibliográficas sobre essa temática, explorando a participação da gestão nesse novo cenário tecnológico e os desafios enfrentados na implementação da tecnologia nas escolas.

Destacamos com base na análise bibliográfica que a inserção da tecnologia na administração escolar representa uma mudança significativa no cenário educacional. As pesquisas estudadas revelam uma forte complexidade na transição dessa tecnologia para o meio educacional. Desse modo, vemos que a presença da gestão escolar nesse novo cenário tecnológico é crucial para o sucesso da implementação das ferramentas tecnológicas na escola. A compreensão das potencialidades e dos desafios que vão ser enfrentados na integração da tecnologia na gestão escolar torna-se uma ferramenta fundamental para a orientação e aplicação de estratégias eficazes.

Entretanto, os desafios que evidenciamos não podem ser subestimados. Questões relacionadas ao mau uso das tecnologias por parte dos alunos, a falta de preparo com o manuseio dessas ferramentas, a falta de segurança digital e a falta de recursos financeiros para o financiamento dessas ferramentas emergem como áreas críticas que requerem atenção. Superar esses desafios demanda um esforço contínuo da gestão escolar, aliado a políticas educacionais sólidas e parceiros colaborativos.

REFERÊNCIAS

- BROOKE, N.; CUNHA, M. A. de A.; FALEIROS, M. A avaliação externa como instrumento da gestão educacional nos estados. **Estudos & Pesquisas Educacionais**, São Paulo, v. 2, p. 17-79, 2011.
- DE ALMEIDA, E. V.; DOS SANTOS CANTUÁRIA, L. L.; GOULART, J. C. **Os avanços tecnológicos no século XXI: desafios para os professores na sala de aula**. REEDUC-Revista de Estudos em Educação (2675-4681), v. 7, n. 2, p. 296-322, 2021.
- ESTEVES, R. F.; FISCARELLI, S. H.; SOUZA, C. B. G. de. **As barreiras para implementação das TIC na sala de aula**. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 9, n. 3, p. 583–598, 2015. DOI: 10.21723/riaee.v9i3.7619.
- MACHADO, C. D.; PROBST, M. **A GESTÃO ESCOLAR NO SÉCULO XXI: OS DESAFIOS DOS NOVOS GESTORES**. Facipe: julho, 2017.
- MIRANDA, G. L. (2007). Limites e possibilidades das TIC na educação. Sísi-fo. **Revista de Ciências da Educação**, 3, 41-50.
- MOREIRA KENSKI, Vani. APRENDIZAGEM MEDIADA PELA TECNOLOGIA, **Revista Diálogo Educacional**, Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Paraná, Brasil, vol. 4, núm 10, pp. 1-10, 2003.
- PACHECO, K. C. **OS DESAFIOS DA GESTÃO ESCOLAR NA EMEIEF SANTO EDUARDO-PRESIDENTE KENNEDY/ES: 2020/2021**. Dissertação de Mestrado, Faculdade do Vale do Cricaré, Programa de Mestrado em Ciência, Tecnologia e Educação, Espírito Santo, 2021.
- RODRIGUES, A.L. (2016). A integração pedagógica das tecnologias digitais na Formação Ativa de professores. **Atas do IV Congresso Internacional das TIC na Educação (ticEDUCA2016)**, 8-10 setembro 2016, Instituto de Educação da Universidade de Lisboa.
- RODRIGUES, D. M. de S. A. **O uso do celular como ferramenta pedagógica**, 2015.
- SCHNEIDER, G.; FRANTZ, M. G.; ALVES, T.. Infraestrutura das escolas Públicas no Brasil: Desigualdades e Desafios para o financiamento da Educação Básica. **Revista Educação Básica em Foco**, v. 1, n. 3, 2020.
- SILVA, Rayanne Medeiros da; et al., **Reflexões de aplicação das narrativas midiáticas na formação continuada dos professores de Educação Física**. In: ARAÚJO, Allyson Carvalho; OLIVEIRA, Marcio Romeu Ribas de; SOUZA JUNIOR, Antônio Fernandes de. Formação continuada em educação física no diálogo com a cultura digital. 1. Ed. João Pessoa/PB: Editora IFPB, 2019.
- SOUZA, E. A. de. **A gestão escolar e as tecnologias digitais: a implementação de um projeto e os desafios da prática pedagógica**. Tese de Doutorado, Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, Lisboa, Portugal, 2022.

DESAFIOS DA GESTÃO ESCOLAR DIANTE DA INCLUSÃO DE ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS

Jamisson Barbosa Almeida¹

Thiago Ferreira dos Santos²

Natércia de Andrade Lopes Neta³

1. JUSTIFICATIVA

Este artigo se propõe a abordar os desafios enfrentados pela gestão escolar diante da inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais (NEEs) em escolas regulares. A escolha desse tema se baseia na relevância e na urgência de discutir e compreender as dificuldades enfrentadas pelas instituições de ensino para efetivar uma prática inclusiva e garantir o acesso equitativo à educação para todos os estudantes, independentemente de suas condições individuais.

A inclusão educacional é um direito garantido por legislações nacionais e internacionais, porém, sua efetivação enfrenta diversos obstáculos que vão desde a falta de estrutura física adequada até a necessidade de formação continuada dos profissionais da educação. A ausência de um ambiente preparado para receber alunos com NEEs, somada à falta de capacitação dos educadores para lidar com essa diversidade de necessidades, são questões cruciais que merecem destaque e reflexão.

Além disso, a gestão escolar desempenha um papel fundamental na promoção de políticas e práticas inclusivas. Este artigo busca oferecer uma visão abrangente dos desafios que os gestores enfrentam no contexto da inclusão, destacando a importância da formação docente, da adequação de recursos e da construção de estratégias pedagógicas que atendam às necessidades individuais dos alunos.

1 Discente do curso Licenciatura em Matemática pela Universidade Estadual de Alagoas-UNEAL, Palmeira dos Índios – AL. E-mail: jamissonalmeida@alunos.uneal.edu.br. Lattes: <https://lattes.cnpq.br/8966618090140235>.

2 Discente do curso Licenciatura em Matemática pela Universidade Estadual de Alagoas-UNEAL, Palmeira dos Índios – AL. E-mail: Thiago.ferreira042072@gmail.com. Lattes: <https://lattes.cnpq.br/6556061621937072>.

3 Docente do Curso de Licenciatura em Matemática Campus Palmeira dos Índios da Universidade Estadual de Alagoas – UNEAL. E-mail: natercia.lopes@uneal.edu.br. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4880247640523667>.

A discussão sobre os desafios da gestão escolar diante da inclusão de alunos com NEEs não apenas contribui para o entendimento dos obstáculos existentes, mas também busca apontar caminhos e soluções que possam ser adotados para promover uma educação inclusiva e de qualidade para todos. Essa reflexão se torna ainda mais relevante diante da necessidade de se construir uma sociedade mais justa e igualitária, na qual a diversidade seja valorizada e as oportunidades de aprendizado estejam disponíveis para todos os estudantes, sem exceção.

2. FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO DE PROFESSORES

A falta de formação adequada é um dos principais desafios enfrentados pela gestão escolar. Professores muitas vezes se deparam com alunos com necessidades educacionais especiais em suas salas de aula sem terem recebido a formação necessária para atendê-los de maneira eficaz. De acordo com a UNESCO, “a formação de professores é essencial para garantir a inclusão de alunos com deficiência na escola regular” (UNESCO, 2009).

A gestão escolar desempenha um papel crucial na formação e capacitação de professores, podendo influenciar positivamente esse processo de diversas maneiras. Sobre isso, Vioto e Vitaliano (2019), destaca o papel fundamental do gestor escolar no contexto da estrutura organizacional das escolas, contribuindo significativamente para implementar transformações. É evidente que para alcançar uma escola regular capaz de atender às necessidades educacionais especiais (NEEs) dos alunos, é imprescindível contar com um gestor escolar comprometido com os princípios da educação inclusiva, disposto a mobilizar toda a comunidade escolar para lidar efetivamente com essa questão e estabelecer políticas inclusivas, oferecer formação específica, fornecer suporte contínuo, promover colaboração entre os docentes e adaptar estratégias pedagógicas, a gestão contribui para a construção de um ambiente educacional mais inclusivo e para a melhoria do ensino destinado a todos os alunos, independentemente de suas necessidades específicas. Sobre isso,

Alagoas, assim como outros estados brasileiros, busca promover a inclusão desses alunos nas escolas regulares, em conformidade com a legislação vigente, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.

3. INFRAESTRUTURA E RECURSOS ADEQUADOS

Outro desafio significativo é a falta de infraestrutura e recursos adequados para atender às necessidades específicas dos alunos com deficiência. A ausência de salas de aula adaptadas, material didático acessível e recursos tecnológicos

pode dificultar o processo de inclusão. Embora o MEC através do Decreto Nº 7.611 de 17 de novembro de 2011, tenha ofertado apoio técnico e financeiro para adequações arquitetônicas nos prédios escolares e para a produção e distribuição dos recursos “materiais didáticos e paradidáticos em braille, áudio e língua brasileira de sinais (Libras), laptops com sintetizador de voz, softwares para comunicação alternativa e outras ajudas técnicas que possibilitam o acesso ao currículo, na prática, ainda é comum em todo Brasil encontrar escolas com necessidades básicas e dificuldades a serem enfrentadas.

Dentro dessa perspectiva, o papel do gestor escolar vai além, as escolas são “obrigadas” a acolher e integrar alunos com necessidades educacionais especiais mesmo sem contar com estrutura equipe multidisciplinar para acompanhar esses alunos durante todo o percurso na escola, a falta de psicólogos, psicopedagogos, professores de AEE (Alunos com Necessidades Educacionais Especiais), cuidadores, interpretes, entre outros ampliam ainda mais o desafio.

4. DESENVOLVIMENTO DE ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS INCLUSIVAS

O atendimento à variedade de necessidades dos estudantes demanda o estabelecimento de estratégias pedagógicas inclusivas e maleáveis. É de suma importância que a administração escolar estimule a formação de um ambiente educacional que reconheça e exalte a diversidade, adotando métodos de ensino diferenciados, os quais levem em conta as particularidades individuais de cada aluno.

Não podemos falar de estratégias pedagógicas inclusivas sem falar de currículo, Segundo Azevedo e Cunha (2008) é imprescindível promover uma reformulação gradual e progressiva nos currículos educacionais, com o intuito de atender às especificidades dos alunos, garantindo-lhes oportunidades para o desenvolvimento cognitivo e individual na formação como cidadãos. Esse processo visa superar limitações, respeitando, ao mesmo tempo, as particularidades individuais de cada aluno. Assim, o currículo deve ser constantemente reavaliado e ajustado para acompanhar as variadas transformações presentes no contexto social cotidiano.

Existem várias abordagens para a inclusão educacional, como a adaptação de materiais em formatos acessíveis, como áudio, Braille ou caracteres ampliados. Isso também envolve ajustes físicos, como modificar um objeto, por exemplo, aumentar a espessura de um lápis, ou fazer alterações no mobiliário, ajustando sua altura ou inclinação. Além disso, a adaptação de conteúdo e atividades específicas, como a introdução de jogos na Educação Física utilizando bolas com guizos, são estratégias comuns e eficazes nesse processo.

Embora a orientação de profissionais especializados seja preferencial,

é crucial que a inclusão dos alunos que são o foco da Educação Especial, e não somente deles, envolva uma colaboração ampla. Isso inclui não só os funcionários, mas também os colegas, professores, diretores da escola e os órgãos administrativos centrais. A inclusão é um processo em constante evolução, envolvendo a todos, para todos.

Outro ponto não menos importante é a construção do Projeto Político-Pedagógico da escola, o gestor escolar desempenha um papel central na elaboração e implementação do PPP inclusivo. O PPP é um documento que direciona e orienta as práticas educacionais da escola, refletindo sua identidade, valores, objetivos e estratégias pedagógicas.

O gestor escolar deve liderar o processo de construção do PPP inclusivo, envolvendo ativamente todos os membros da comunidade escolar, como professores, alunos, pais/responsáveis e funcionários. Essa participação é essencial para garantir que as diferentes perspectivas e necessidades sejam consideradas, realizar uma análise detalhada da realidade da escola, identificando os desafios, potencialidades, necessidades e demandas de inclusão. Isso envolve avaliar a infraestrutura, recursos disponíveis, formação dos professores e o contexto socioeconômico dos alunos e ainda buscar recursos, sejam eles materiais, humanos ou financeiros, que sejam necessários para a efetivação do PPP inclusivo. Isso inclui ações para capacitação dos professores, aquisição de materiais adaptados, investimento em estrutura física acessível, entre outros.

O gestor escolar deve acompanhar de perto a implementação do PPP, avaliando constantemente os resultados e fazendo ajustes conforme necessário. Isso inclui a avaliação do desempenho acadêmico dos alunos, o impacto das estratégias inclusivas e a eficácia das práticas pedagógicas adotadas.

Ao analisar o PPP de três escolas na cidade de Arapiraca, Alagoas, Brasil, foi possível identificar que o documento, que deveria ser atualizado anualmente de acordo com a realidade escolar e as particularidades inerentes de cada localidade, não passava por uma reformulação a alguns anos, e cada novo gestor, apenas “copia e cola” deixando de lado um documento crucial e tão importante para o acompanhamento e desenvolvimento escolar.

5. ENVOLVIMENTO DA COMUNIDADE ESCOLAR E DAS FAMÍLIAS

O envolvimento e apoio da comunidade escolar e das famílias são essenciais para o sucesso da inclusão de alunos com NEE. A gestão escolar deve promover uma cultura inclusiva, sensibilizando a comunidade e envolvendo as famílias no processo educacional, buscando parcerias e colaboração para criar um ambiente acolhedor e favorável ao desenvolvimento de todos os alunos.

6. RESPEITO À DIVERSIDADE E COMBATE AO PRECONCEITO

A gestão escolar também enfrenta o desafio de promover o respeito à diversidade e combater o preconceito dentro do ambiente escolar. É fundamental criar estratégias para conscientizar os alunos sobre a importância da inclusão e do respeito às diferenças, promovendo uma cultura de valorização da diversidade.

7. CONCLUSÃO

A gestão escolar desempenha um papel fundamental na promoção de uma educação inclusiva e equitativa. Superar os desafios enfrentados na inclusão de alunos com NEEs requer um esforço conjunto, envolvendo formação adequada, adaptações estruturais, estratégias pedagógicas inclusivas, engajamento da comunidade e combate ao preconceito. Somente por meio de ações integradas e políticas educacionais consistentes é possível garantir uma educação que atenda às necessidades de todos os alunos, promovendo o seu pleno desenvolvimento e participação na sociedade.

REFERÊNCIAS

- UNESCO. (2009). **Política de Educação Inclusiva: Declaração de Salamanca e Framework para Ação**. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000184233>, Acesso: 13/12/2023 às 14h.
- SILVA, A. B. M. (2017). **Educação Inclusiva: Desafios da Prática Pedagógica**. Revista Diálogo Educacional, 17(52), 869-888.
- VIOTO, Josiane Rodrigues Barbosa; VITALIANO, Célia Regina. **O papel da gestão pedagógica frente ao processo de inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais**. Dialogia, [S. l.], n. 33, p. 47–59, 2019. DOI: 10.5585/dialogia.N33.13671. Disponível em: <https://periodicos.uninove.br/dialogia/article/view/13671>. Acesso em: 15 dez. 2023.
- Brasil. Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 18 nov. 2011. Seção 1, p. 3.
- AZEVEDO, M. A. R. de; CUNHA, G. R. da. Gestão Escolar e Educação Inclusiva: uma parceria necessária e emergente na escola. **Educação: Teoria e Prática**, [S. l.], v. 18, n. 31, p. 53, 2009. Disponível em: <https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/educacao/article/view/2204>. Acesso em: 15 dez. 2023.

DESAFIOS DA GESTÃO ESCOLAR PARA UMA EDUCAÇÃO MAIS INCLUSIVA NA ESCOLA COM IMPLEMENTAÇÃO DAS POLITICAS EDUCACIONAIS

Alysson Matheus da Silva Sousa¹

Demétrio Bezerra França²

Jadson Augusto Amaral dos Santos³

José Fernando Ferro⁴

Natércia de Andrade Lopes Neta⁵

INTRODUÇÃO

Este trabalho busca investigar as dificuldades e desafios que a gestão escolar enfrenta, além da capacitação constante no que se refere à fazenda em conhecimentos inerente nas competências e habilidades, sobre a gestão escolar e a implementação das políticas educacionais para uma educação mais inclusiva na escola.

A gestão escolar enfrenta uma série de desafios significativos ao programar efetivamente as políticas educacionais propostas. Dessa forma este artigo explora os obstáculos encontrados pelos gestores escolares no cenário atual, destacando a complexidade desse processo e suas ramificações para o ensino de qualidade da educação. Primeiramente, a necessidade de alinhar as diretrizes governamentais com as necessidades específicas da escola pode gerar conflitos de interesse e

1 Discente do curso Licenciatura em Matemática pela Universidade Estadual de Alagoas-UNEAL, Palmeira dos Índios – AL. E-mail: alyssonsousa@alunos.uneal.edu.br. Lattes: <https://lattes.cnpq.br/4075175318716348>.

2 Discente do curso Licenciatura em Matemática pela Universidade Estadual de Alagoas-UNEAL, Palmeira dos Índios – AL. E-mail: demetrio@alunos.uneal.edu.br. Lattes: <https://lattes.cnpq.br/6582919239921578>.

3 Discente do curso Licenciatura em Matemática pela Universidade Estadual de Alagoas-UNEAL, Palmeira dos Índios – AL. E-mail: jadson.santos.2022@alunos.uneal.edu.br. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7266881804862581>.

4 Discente do curso Licenciatura em Matemática pela Universidade Estadual de Alagoas-UNEAL, Palmeira dos Índios – AL. E-mail: Jose.ferro@alunos.uneal.edu.br. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0097804910291857>.

5 Docente do Curso de Licenciatura em Matemática Campus Palmeira dos Índios da Universidade Estadual de Alagoas – UNEAL. E-mail: natercia.lopes@uneal.edu.br. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4880247640523667>.

dificuldade na adaptação. Portanto esta pesquisa pretende investigar os efeitos substantivos destas políticas na gestão financeira e operacional das instituições educativas, com foco em três áreas cruciais: orçamentação escolar, gestão educacional e sustentabilidade em termos de eficiência de recursos.

A implementação das políticas educacionais é um processo intrinsecamente ligado a gestão escolar que demandam a análise e reflexão, buscando examinar os obstáculos e apresentar desafios significativos enfrentados pelos gestores escolares ao aplicar as políticas educacionais vigentes, destacando a complexidade dessa interação e seus impactos na eficácia do sistema educacional; como falta de recursos financeiros, resistência por parte de alguns membros da comunidade escolar, e a necessidade de adaptação as diversidades locais. Além disso, a burocracia e a falta de capacitação adequada dos profissionais da educação também podem ser citadas como obstáculos.

O orçamento escolar tem um impacto direto na capacidade das escolas de oferecer uma educação de qualidade, já que é um reflexo direto das políticas educacionais. O desafio constante envolve uma alocação eficiente de recursos, sendo crucial compreender como as políticas em vigor impactam esse processo e a oferta de serviços educacionais. A comunicação eficaz e o envolvimento da comunidade são fundamentais para superar esses desafios.

A busca por sustentabilidade e eficiência na gestão de recursos tornou-se imperativa na contemporaneidade, diante dos desafios ambientais e socioeconômicos globais.

Diante desses fatos, o presente artigo deve analisar os principais obstáculos enfrentados pela gestão escolar tanto na promoção da educação inclusiva, como falta de recursos financeiros, a falta de recursos físicos adequados, a resistência à mudança, a falta de capacitação da gestão e dos profissionais da educação, no planejamento escolar de estratégias tidas pela gestão para o bom exito dessa inclusão e explorar as interseções entre práticas sustentáveis e eficiência na administração de recursos. Além disso serão apresentados soluções para superar esses desafios destacando a importância de abordagens integradas para promover um desenvolvimento e resiliente no PDDE.

DESENVOLVIMENTO

A gestão para uma educação mais inclusiva é um desafio complexo, mas essencial para o avanço da sociedade. A busca por uma educação mais inclusiva tem sido um tópico central no campo da educação nos últimos anos. Este desafio impõe uma mudança significativa na maneira como as escolas são gerenciadas, a fim de garantir que todos os alunos tenham a oportunidade de aprender e prosperar, independentemente de suas diferenças e necessidades. A

gestão desempenha um papel fundamental nesse processo, pois é responsável por criar um ambiente que promova a inclusão e atenda às variadas necessidades dos alunos, apesar de enfrentar uma série de desafios que precisam ser superados para que todos os discentes se beneficiem desse modelo educacional.

Para obtermos uma Inclusão de qualidade a gestão precisa vencer alguns desafios enfrentados pela intuição. É importante criar um ambiente escolar inclusivo, onde todos os alunos se sintam aceitos e respeitados. O combate ao preconceito e a promoção de uma cultura inclusiva são aspectos-chave nesse processo. A criação de atividades que incentivem a interação e a colaboração entre os alunos é fundamental para promover a inclusão social. Assim como nos diz Ramos:

“Vivendo em uma sociedade de resultados, podemos dizer que a deficiência é exatamente o que não se quer, porque não combina com as leis biológicas, sociais, políticas, econômicas e religiosas”. Isto é, as diferenças, de qualquer natureza, sempre estiveram associadas a algo vergonhoso e que precisava ser escondido. Todavia, a humanidade foi evoluindo e percebendo que tais questões não poderiam mais ser escondidas, mas reveladas e destacadas, uma vez que é a partir das diferenças que valores como respeito e empatia podem ser compreendidos. Ramos (2016, p. 25)

Hoje, com o avanço das leis de inclusão e das práticas pedagógicas, após diversos fóruns para discussão, a sociedade juntamente com a escola/pais e comunidade não podem omitir ou negar a acessibilidade ao estudante e sim promover direcionamentos respeitando as diferenças existentes. Ao se falar de educação inclusiva na escola, tem-se pela gestão o primeiro desafio a ser enfrentado que é a falta de infraestrutura física adequada para atender às necessidades de todos os alunos e profissionais em educação, que ainda hoje é um ponto preocupante. Muitas escolas ainda não possuem rampas de acesso, banheiros adaptados e salas de aula inclusivas, o que dificulta a participação plena dos estudantes com deficiência.

Para superar esse desafio, é fundamental investir na melhoria da infraestrutura escolar, garantindo um ambiente acessível e inclusivo para todos. A acessibilidade é fundamental garantir que os prédios, salas de aula e recursos estejam adequados para atender às necessidades de todos os alunos, incluindo aqueles com deficiências físicas.

Segundo Freire (1996), o processo ensino-aprendizagem é constituído por formas compartilhadas de construção de conhecimentos de ambos os lados, na relação educador e aluno. “Quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender. Quem ensina, ensina alguma coisa a alguém” (FREIRE, 1996, p. 23).

Nesse sentido, a gestão escolar precisa estar aberta às mudanças necessárias que necessita promover parcerias que possibilitem saberes e fazeres inclusivos. Mas para que isso aconteça com qualidade se faz necessário as capacitações

profissionais, que é outro desafio significativo. É essencial investir em programas de formação continuada, que capacitem a gestão e os educadores a trabalharem de forma inclusiva e a promoverem a participação de todos os alunos. Uma formação voltada não somente para professores, como também para toda a instituição escolar se faz necessário, pois todos de gestor a auxiliar de serviços educacionais convivem com as crianças em seu ambiente escolar.

Outro desafio tido pela gestão escolar para inclusão no ambiente escolar é a necessidade de adaptar os currículos e as práticas pedagógicas é outro desafio para a educação inclusiva. Cada aluno tem suas próprias características e necessidades, e é fundamental que o currículo seja flexível e adaptável para atender a todos. Além disso, é necessário adotar estratégias pedagógicas diferenciadas, que considerem a diversidade de estilos de aprendizagem e promovam a participação ativa de todos os alunos.

A identificação e avaliação das necessidades individuais dos alunos com deficiências é um desafio. Os gestores precisam implementar processos de avaliação eficazes e garantir que os alunos sejam encaminhados para os serviços apropriados.

Apois essa avaliação se faz necessário repensar e adaptar o conteúdo e as estratégias de ensino para garantir que todos os alunos possam participar plenamente das atividades educacionais. A individualização do ensino, considerando as necessidades de cada aluno, é essencial para promover uma educação inclusiva e de qualidade.

É fundamental envolver os pais na promoção da inclusão. No entanto, a gestão enfrentar desafios na comunicação e colaboração com os pais, especialmente se houver divergências quanto às necessidades de seus filhos. É de suma importância o envolvimento dos pais e responsáveis no processo educacional, entendendo suas preocupações e necessidades. O gestor de ve traçar estratégias eficazes nesse desafio que hoje em dia ainda é muito pertinente nas escolas.

A conscientização da inclusão é também um trabalho que deve ser feito com os pais dos deficientes. O medo, a vergonha, a superproteção são os principais sentimentos que fazem as famílias das crianças com deficiência terem atitudes anti-inclusivas. Nesses casos, a escola precisa fortalecer os laços de confiança, garantindo que o deficiente não será discriminado ou passará por qualquer tipo de violência dentro da instituição (Ramos, 2016, p. 42).

Para auxiliar a sanar esse desafio a gestão precisa estabelecer canais abertos e eficazes de comunicação com os pais, garantindo que eles se sintam à vontade para compartilhar preocupações, perguntas e feedback. Isso pode incluir reuniões regulares, e-mails, boletins informativos e aplicativos de comunicação. Realização de reuniões individuais com as famílias para discutir as necessidades específicas de seus filhos e desenvolver planos de apoio personalizados, como Planos de Educação Individualizados (PEIs). Inclusão dos pais nas reuniões

de equipe multidisciplinar que discutem as necessidades dos alunos com deficiências, de forma que possam colaborar com outros profissionais, como psicólogos e terapeutas.

Ao envolver as famílias na inclusão escolar, a gestão escolar fortalece a colaboração e cria um ambiente de apoio que beneficia os alunos com necessidades especiais. A parceria entre escola e família desempenha um papel fundamental no sucesso dos alunos e no desenvolvimento de um ambiente inclusivo e acolhedor.

Por fim se as estratégias desenvolvidas pela gestão forem postas em prática a superação desses obstáculos, serão concluídas com sucesso, pois uma boa gestão visa garantir a igualdade de oportunidades e uma educação de qualidade para todos os alunos. A inclusão educacional não é apenas uma responsabilidade da escola, mas de toda a sociedade. Ao trabalharmos juntos para superar esses desafios, estaremos construindo um futuro mais inclusivo e equitativo para todos. Como ainda obtendo uma educação de qualidade.

ORÇAMENTO ESCOLAR E ALOCAÇÃO DE RECURSOS

A administração pública escolar tem sido alvo de controvérsias a respeito da transparência de seus atos. A informação produzida, guardada, organizada e gerenciada pelo Estado em nome da sociedade é um bem público e o acesso a estes dados constitui-se em um dos fundamentos para a consolidação da democracia, ao fortalecer a capacidade dos indivíduos de participar de modo efetivo da tomada de decisões que os afeta (SEVERGNINI, 2022).

Em 2022, o Brasil investiu 5% do PIB na Educação Básica. Este percentual posicionou - o como um dos países que mais investiu em educação, segundo relatório Education at a Glance da The Organisation for Economic Co-operation and Development (OECD, 2022). Apesar do incremento no investimento na Educação Básica, o país ainda enfrenta desafios fundamentais na Gestão Pública Escolar, uma vez que seus índices ainda são baixos (SCHÜTZ; FUCHS, 2018).

No Brasil, a Lei de Acesso à Informação, nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, busca tornar menos obscuro o conhecimento da informação por parte dos cidadãos, no que se refere à forma como os nossos recursos públicos são administrados. Tal alteração se refere à transparência da gestão fiscal, determinando a disponibilização, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Assim, conforme determinado pela Lei Complementar 131/2009, os entes federados deverão divulgar:

Quanto à despesa: todos os atos praticados pelas unidades gestoras no decorrer da execução da despesa, no momento de sua realização, com a disponibilização

mínima dos dados referentes ao número do correspondente processo, ao bem fornecido ou ao serviço prestado, à pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento e, quando for o caso, ao procedimento licitatório realizado;

Quanto à receita: o lançamento e o recebimento de toda a receita das unidades gestoras, inclusive referente a recursos extraordinários (LC 131/2009 art. 48-A, incisos I e II).

A LC 131/2009 estabelece que todos os entes possuem obrigação em liberar ao pleno conhecimento e acompanhamento da sociedade, em tempo real, informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, em meios eletrônicos de acesso público. Essas informações precisam estar disponíveis na rede mundial de computadores, não necessariamente em um Portal da Transparência, contudo, considerando as boas práticas, é desejável concentrar as informações em um só local. Definiu, ainda, os seguintes prazos, a contar da data de sua publicação que ocorreu em 27/05/2009, a saber:

- 1 (um) ano para a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios com mais de 100.000 (cem mil) habitantes – maio de 2010;
- 2 (dois) anos para os Municípios que tenham entre 50.000 (cinquenta mil) 100.000 (cem mil) habitantes – maio de 2011;
- 4 (quatro) anos para os Municípios que tenham até 50.000 (cinquenta mil) habitantes – maio de 2013. (LC 131/2009 art. 73-B)

O acesso às informações sob a guarda de órgãos e entidades públicas é direito fundamental do cidadão e dever do Estado, conforme dispõe a Constituição Brasileira em seu Artigo 5º, XXXIII, em conjunto com outros incisos dos Artigos 37 e 216.

É este dispositivo que a Lei 12.527, também conhecida como Lei de Acesso à Informação Pública, sancionada em 18 de novembro de 2011 pela Presidência da República, regulamenta o direito constitucional de acesso dos cidadãos às informações públicas e seus dispositivos são aplicáveis aos três Poderes da União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

A publicação da Lei de Acesso a Informações significa um importante passo para a consolidação democrática do Brasil e também para o sucesso das ações de prevenção da corrupção no país. Por tornar possível uma maior participação popular e o controle social das ações governamentais, o acesso da sociedade às informações públicas permite que ocorra uma melhoria na gestão pública.

A Lei de Acesso à Informação avança no conceito de transparência para considerá-la não somente como uma forma de inibir a prática de más condutas e prevenir a corrupção, mas também como uma ferramenta poderosa para a melhoria da gestão pública e da qualidade dos serviços prestados aos cidadãos.

Institui, além disso, novo paradigma para a Administração Pública

escolar brasileira, ao estabelecer como princípio que o acesso é a regra e o sigilo é a exceção, sendo dever do Estado atender as demandas da sociedade. É constituída de conceitos e princípios norteadores do direito fundamental de acesso à informação e estabelece orientações gerais quanto aos procedimentos que devem ser seguidos pelo Poder Público, de forma a garantir ao cidadão o pleno exercício do seu direito.

No que diz respeito à transparência ativa, a LAI representou a consolidação das políticas de transparência governamental que vinham sendo adotadas nos últimos anos. Mesmo com todos os avanços alcançados anteriormente, ainda trouxe inovações, pois estabeleceu um conjunto mínimo de informações que obrigatoriamente devem ser publicadas na internet por todos os órgãos e entidades públicas de todos os Poderes e esferas de governo.

De um ponto de vista analítico e teórico imagina-se uma mudança com um processo de refazer todos os registros contábeis de uma entidade voltando no tempo, mas obviamente não é bem assim essa hipótese seria utópica. Sendo assim se busca regras que garantam informações contábeis de alta qualidade e com transparência nos orçamentos e alocação de recursos escolares proporcionando procedimentos específicos e simplificado em relação aos procedimentos contábeis que a entidade escolar teria se já estivesse adotando as normas internacionais garantindo uma qualidade segura e transparente na contabilidade. (SEVERGNINI, 2022).

O estímulo à transparência pública nos orçamentos e alocação de recursos escolares é um dos objetivos essenciais da moderna administração Pública. A ampliação da divulgação das ações governamentais aos cidadãos, além de contribuir para o fortalecimento da democracia, prestigia e desenvolve as noções de cidadania.

A transparência nos orçamentos e alocação de recursos escolares é a qualidade daquilo que deixa passar a luz e ver nitidamente o que está por trás; límpido, cristalino. Essa definição aplica-se à forma como muitos dos Estados contemporâneos estão se relacionando com seus governados em contraposição a um passado obscuro e opaco. Governar de forma transparente aumenta a eficiência dos governos, além de subsidiar o combate a corrupção e a educação política dos cidadãos (SCHÜTZ; FUCHS, 2018).

A transparência é um princípio decorrente do princípio republicano. Daí porque as leis orçamentárias devem ser publicadas e divulgadas de forma clara (princípio da clareza) e precisa (princípio da exatidão), possibilitando assim o denominado controle social da Administração Pública (SEVERGNINI, 2022).

É nessa linha que desde a promulgação da atual Constituição Federal, foram colocados instrumentos à disposição da sociedade a fim de garantir a participação

popular na gestão pública. Esses instrumentos vêm evoluindo desde então com vistas a possibilitar uma gestão pública mais participativa e democrática.

A transparência nos orçamentos e alocação de recursos escolares representa um ritual de passagem de um modelo de administração autoritária e burocrática à administração de serviço e participativa, neste novo enfoque a informação sobre todos os aspectos da Administração Pública é o pressuposto fundamental da participação (SCHÜTZ; FUCHS, 2018).

GESTÃO EDUCACIONAL E POLÍTICAS PÚBLICAS

A fim de compreendermos melhor sobre a atuação da gestão educacional direcionado a partir de políticas públicas, antes, se faz necessário a abordagens das definições que abrangem estes dois conceitos. Em primeira instância, segundo Vieira (2006, p.35) “a gestão educacional refere-se a um contemplado aspecto de iniciativas desenvolvidas pela união e força de Estado, Distrito Federal e Municípios, seja em termos de compartilhamento na oferta de ensino ou de outras ações que são desenvolvidas no âmbito de atuação”. Já Políticas Públicas, são um conjunto de Leis, programas e ações implementadas pelo governo, que estimulam o acesso, permanência e a qualidade da educação para todos. As políticas públicas desempenham uma etapa fundamental na gestão educacional pois são elas que ajudam a preencher as necessidades da área educacional, como por exemplo, contribuem para a alocação eficiente de recursos financeiros, humanos e materiais, entretanto, também é de grande relevância entender o papel da gestão educacional neste processo, pois, ela é fundamental para garantir a organização, planejamento e alinhamento dos recursos destinados às instituições e atividades educacionais do país.

O fundo de manutenção e desenvolvimento da educação básica e de valorização dos profissionais da educação (FUNDEB) atende toda a educação básica, da creche ao ensino médio. Substituto do fundo de manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental e da valorização do magistério (FUNDEF), que vigorou de 1997 a 2006, o FUNDEB está em vigor desde janeiro de 2007. O FUNDEB tem como principal objetivo promover a redistribuição dos recursos vinculados à educação, ou seja, é um grande instrumento e aliado da gestão educacional e das políticas públicas, pois, a destinação dos investimentos é feita de acordo com o número de alunos da Educação Básica, com base em dados do censo escolar anterior, enquanto o acompanhamento e controle social sobre a distribuição, transferência e aplicação dos recursos são feitos escola federal, estadual e municipal.

Sob este viés, segundo o artigo “Políticas Públicas Educacionais e a Gestão Escolar no Brasil” da Universidade Estadual do Ceará, enfatiza que:

“Estas políticas devem abranger as dimensões necessárias para o bom funcionamento das instituições e sistema escolar como a regulação profissional, a regulamentação de programas e estratégias de apoio, a avaliação das ações e principalmente o financiamento da educação. (Carolina e Santos, 2022).

Contudo, as políticas públicas por si só não são capazes de oferecer uma educação pautada de qualidade, porque é preciso que a gestão educacional possibilite e ajude na concretização destas entidades é grandemente importante para aprimorar a excelência educacional no país. Por conseguinte, caso a combinação destas estruturas sejam administradas de maneira inconsequente, isto pode gerar problemas negativos e desagradáveis, o que leva o comprometimento do ensino e atividades educacionais no país, como também, nas instituições escolares. O alerta sobre este aspecto nos faz perceber como a colaboração de uma equipe profissional é essencial para andamento e realização das práticas educativas, pois segundo a doutora norte-americana em educação Heloísa Lück:

“Educação é um processo humano de relacionamento interpessoal e, sobretudo, determinado pela atuação de pessoas. Isso porque são as pessoas que fazem diferença em educação, como em qualquer outro empreendimento humano, pelas ações que promovem, pelas atitudes que assumem, pelo uso que fazem dos recursos disponíveis, pelo esforço que dedicam na produção e alcance de novos recursos e pelas estratégias que aplicam na resolução de problemas, no enfrentamento de desafios e promoção do desenvolvimento”.

(Brenda apud Heloísa Lück, 2019).

Portanto, a implantação de um sistema de administração educacional é um objetivo eficiente para o cumprimento das demandas escolares, podendo alcançar e, ampliar, soluções que produzam resultados positivos.

SUSTENTABILIDADE E EFICIÊNCIA NA GESTÃO DE RECURSOS

A sustentabilidade e a eficiência aborda a capacidade de satisfazer as necessidades presentes sem comprometer as gerações futuras, trazendo: equilíbrio, desenvolvimento duradouro e também qualitativo. Essa gestão refere-se ao processo de coordenar recursos e atividades para atingir objetivos organizacionais, assim buscando obter eficiência em suas ações com intuito de organizar os recursos para a busca da satisfação do corpo escolar, não só de modo material mas também com benefícios educacionais, sociais, ambientais e das demais áreas afins.

Para buscar melhoria na autonomia na gestão das escolas foi lançado o Programa Dinheiro Direto na Escola executado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), o PDDE foi instituído em 10 de maio

de 1995, por meio da Resolução FNDE nº 12, que inicialmente o denominou como Programa de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental. O programa injeta recursos da união direto na unidade escolar, prestando assim assistência financeira para que o gestor em conjunto do corpo escolar possa traçar o melhor plano possível para a escola, realizando a manutenção de equipamentos e bem como do funcionamento de toda instituição.

De acordo com Peroni e Adrião (2007):

“O recebimento do PDDE pelas escolas apresenta dois aspectos favoráveis, sendo o primeiro que o dinheiro é repassado diretamente à escola, o que dá aos gestores liberdade para priorizar e definir seu plano de aplicação destes recursos. O segundo aspecto é concerne à melhoria das condições de manutenção, dos equipamentos e de funcionamento das escolas.”

Segundo o Ministério da educação (2022) o PDDE abrange um total de 123.063 escolas, e o número de estudantes já totalizam 37 milhões, com repasse de R\$ 2,3 bilhões anualmente. Para participar do programa as escolas da educação básica precisam estar com o cadastro atualizado, e em dia com a prestação de contas. O objetivo do programa é ampliar os recursos aplicados nas escolas, fortalecer a autogestão escolar e a participação social.

De acordo com MESSEMBERG (1999) o PDDE:

“É um programa que privilegia a ponta, privilegia a escola, a administração da escola, no sentido de garantir a certa hora recursos mínimos, não só para fazer frente a necessidade imediata, mas permitir que cada escola possa construir um paralelo e dentro da sua linha pedagógica, dar alternativa e complementar essa atividade educacional propriamente dita.”

O PDDE passou a ser de extrema importância para a condução das escolas. De toda forma para gerir os recursos de maneira eficiente, coesa e transparente é necessário que o gestor em conjunto dos conselheiros, o corpo escolar e da comunidade tomem decisões assertivas para com a instituição pública e a destinação dos recursos.

O objetivo da aplicação dos recursos escolares deve ser baseado em três princípios fundamentais da administração: eficiência, eficácia e efetividade, conhecidos como os três “Es”. Na eficiência procura-se fazer o possível com os recursos que se dispõem para atingir os objetivos, isto é, utilizar da melhor forma os seus insumos e recursos sejam eles matérias ou humanos. Já na eficácia, busca-se atingir as metas propostas anteriormente, a eficácia é mais voltada para o resultado do plano inicial ou do meio que foi usado inicialmente e a efetividade será o resultado das ações anteriores que vêm a ser o impacto após a aplicação do recurso ou da ação com relação ao seu meio social, tendo por característica a análise da repercussão das ações ou iniciativas promovidas.

O administrador público tem dever e responsabilidade de ser eficiente em sua gestão mcomo relata a constituição Federal em seu Art.37 por meio de emenda n. 19/1988 em que a gestão pública passou a ser focada em resultados e objetivos pra que seja possível trazer melhorias para si mesma e para o meio social em sua volta.

A instituição pública em parceria da comunidade escolar em geral e a gestão responsável, visa evoluir e trazer melhorias para o meio social que a rodeia, como cita MEIRELLES, p. 90, 1990.

“O administrador público tem dever de ser eficiente [...] que se impõe a todo agente público de realizar suas atribuições com presteza, perfeição e rendimento funcional”. Isso quer dizer que a Administração Pública deve sempre buscar aperfeiçoar a prestação dos serviços públicos, ou melhorando os que não estiverem satisfatórios, ou ainda, mantendo a qualidade dos serviços que estiverem suprindo as expectativas, tendo sempre como finalidade diminuir gastos, zelando pela qualidade nos serviços, e o bem comum.”

A incorporação das práticas sustentáveis e eficientes para gerir os recursos no âmbito do PDDE pode potencializar os esforços para promover uma melhor gestão dos recursos escolares, beneficiando não apenas o ambiente escolar, mas também a formação de alunos conscientes e engajados na preservação do ambiente escolar para que haja uma conectividade mútua na conservação dos recursos públicos. Desta forma, o gestor irá buscar a implementação de práticas que visam otimizar o uso dos recursos e reduzir desperdícios adotando tecnologias mais produtivas, com intuito de produzir mais com menos. Isso pode incluir a implementação de sistemas de reciclagem e energias renováveis buscando a promoção do uso consciente de energia assim como a digitalização de processos para redução de papel e entre outras iniciativas.

Ao cumprir com estas ações o gestor estará atingindo o quarto “E” da gestão pública que vem a ser a economicidade, esta sentença vem para somar com os três princípios anteriores que são a eficiência, eficácia e a efetividade. A gestão que segue os trilhos dos quatro “Es” segue firme na meta de atingir resultados e agregar valor ao ambiente escolar como cita SILVA, REVORÊDO, (2005).

“A economicidade agrega os demais conceitos de eficiência, eficácia e efetividade. O gestor público torna-se econômico quando é eficiente produzindo mais benefícios com menos recursos: é eficaz porque consegue alcançar as metas estabelecidas: e efetivo porque satisfaz às necessidades do cidadão, agregando resultados mensuráveis aos objetivos alcançados.”

A implementação dos quatro princípios administrativos garantem que o gestor esteja envolvido inteiramente com a promoção das ações escolares, para que deste modo em parceria com a União possa proporcionar a melhor gestão possível, buscando o florescimento de um ambiente escolar acolhedor

e educativo para os alunos, garantindo assim que na referida intuição haja de fato sustentabilidade e eficiência na gestão dos recursos.

CONCLUSÃO

Em conclusão, os desafios na gestão escolar com a implementação das políticas educacionais exigem abordagens holísticas, colaborativas e adaptativas. A promoção do envolvimento da comunidade, a formação contínua dos gestores e a flexibilidade na aplicação das políticas é crucial para superar obstáculos e garantir um ambiente educacional eficaz e inclusivo.

Diante dos fatos mencionados anteriormente observamos nos artigos em resumo, a análise dos desafios na gestão escolar frente à implantação das políticas educacionais como revela a complexidade do cenário.

Por tanto a necessidade de lideranças proativas, capacitação constante, e adaptação às chamadas dinâmicas é evidente para alcançar sucesso, é crucial estabelecer parcerias sólidas, promover a participação da comunidade e assegurar recursos adequados.

A gestão escolar eficiente é um elemento vital para concretização das metas educacionais e o desenvolvimento integral dos alunos. A inclusão na escola é um princípio fundamental que promove uma sociedade mais justa e igualitária, reconhecendo e valorizando a diversidade presente em todos os indivíduos.

A inclusão na escola reconhece que cada aluno é único, com suas próprias habilidades, características e necessidades. A diversidade enriquece o ambiente educacional, proporcionando diferentes perspectivas, experiências e talentos. Ao abraçar a inclusão na escola, estamos construindo um ambiente educacional mais acolhedor, respeitoso e enriquecedor. Esse compromisso não apenas fortalece a formação dos alunos, mas também contribui para a construção de uma sociedade mais inclusiva e igualitária.

Enfrentar o desafio da gestão para uma educação mais inclusiva requer um esforço conjunto de toda a comunidade escolar, com a gestão desempenhando um papel central na promoção de mudanças significativas. Ao superar esses desafios, gestão/escola/comunidade escolar dentre outros podem criar ambientes educacionais mais equitativos, preparando os alunos para uma sociedade diversa e promovendo o desenvolvimento integral de cada indivíduo.

REFERÊNCIAS

<<https://periodicos.ufpe.br/revistas/ADED/article/viewFile/237508/29663>>
Acesso em: 27 nov 2023.

9 principais erros de uma administração escolar. Gennera, 2018. Disponível em: 9 principais erros de uma administração escolar - Gennera <https://www.gennera.com.br> Acesso em: 01 de dezembro de 2023.

BRASIL. Congresso Nacional. **Relatório nº 2/2012-COI/CMO**. Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. Disponível em: http://www.camara.gov.br/internet/comissao/index/mista/orca/comites/2012/coi/COI-Rel_02_2012. Pdf. Acesso em 27 nov 2023.

BRASIL. Constituição de República Federativa do Brasil: Brasília. 1988.. CAU/BR lançou o seu *Portal da Transparência*, em cumprimento à Lei nº 12.527/2011, conhecida como Lei de Acesso à Informação (LAI).

Brenda, Roni. Como fazer a gestão de recursos humanos na escola. You blog, 2019. Disponível em: <https://www.youbilingue.com.br/blog/como-fazer-a-gestao-de-recursos-humanos-na-escola/> Acesso em: 01 de dezembro de 2023.

Carolino, S. Gadelho et al. Políticas públicas educacionais e a gestão escolar no brasil. Cadernos do GPOSSHE on-line, 2022. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/CadernosdoGPOSSHE/article/download/9183/7330/35611> Acesso em: 01 de dezembro de 2023.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: Saberes Necessários à Prática educativa. 30^a.

FUNDEB. Gov.br. Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/financiamento/fundeb>. Acesso em: 01 de dezembro de 2023.

MEIRELLES, H. L. Direito administrativo brasileiro. 27. ed. São Paulo: Malheiros, 2002.

MESSEMBERG, Mônica. Palestra proferida na reunião extraordinária da Comissão de Educação e Cultura. Recife: Assembleia Legislativa de Pernambuco, 16/08/1999.

Mistério da Educação, **Programa Dinheiro Direto na Escola completa 27 anos de atuação**, Disponível em <<https://www.gov.br/fnde/pt-br/assuntos/noticias/programa-dinheiro-direto-na-escola-completa-27-anos-de-atuacao>> Acesso em: 02 dez 2023.

ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT (OECD). **OECD Indicators**. Paris: OECD, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/acoes-internacionais/publicado-o-relatorio-do-education-at-a-glance-2023> Acesso em: 27 nov 2023.

PERONI, V. ADRIÃO, T. Programa Dinheiro Direto na Escola: uma proposta

de redefinição do papel do Estado na educação? Brasília: INEP, 2007

RAMOS, Rossana. Inclusão na prática: estratégias eficazes para a Educação Inclusiva. 3^a ed. São Paulo: Summus, 2016.

SCHÜTZ, Jenerton Arlan; FUCHS, Cláudia. Gestão escolar na sociedade contemporânea: impasses e desafios para potencializar a gestão democrática. **Revista Administração Educacional**, v. 9, n. 1, p. 23-41, 2018. Disponível em:

SEVERGNINI, Elizandra. Gestão escolar e aspectos da disfuncionalidade da burocracia: proposta de um modelo conceitual. **Caderno de Administração**, v. 30, n. 2, p. 76-98, 17 dez. 2022.

SILVA, C. A. T. REVOREDO, W. C. Economicidade da Gestão Pública Municipal: Um Estudo das Decisões do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco. *Revista Universo Contábil*, Blumenau, v. 1, n. 2, p. 9-22, maio/ago. 2005b.

GESTÃO PARTICIPATIVA NA ESCOLA: EXPLORANDO COMO A INCLUSÃO DE PAIS, ALUNOS E PROFESSORES NA TOMADA DE DECISÕES AFETA A GESTÃO ESCOLAR

Ana Maria Ferreira Dias¹

James Cleudson dos Santos Júnior²

Lidiany Mendes de Oliveira³

Natércia de Andrade Lopes Neta⁴

1. INTRODUÇÃO

Quando nos questionamos sobre a gestão na escola imaginamos logo o funcionamento da coordenação escolar, na tomada de decisões relacionadas à escola, entretanto é necessário saber o significado de gestão em um contexto mais amplo, desse modo esse conceito administrativo é entendido como:

[...] gestão, aqui entendido como sinônimo de administração e que, no sendo comum de uma sociedade autoritária, costuma ser associado apenas a procedimentos “técnicos”, mais ou menos especializados, de organização e funcionamento empresarial ou seu aspecto de controle do trabalho alheio. Em seu aspecto mais geral e rigorosos, todavia, administração tem a ver com a utilização racional de recursos para a realização de determinados fins (PARO 1986).

Portanto, existem vários fatores que influencia os resultados e decisões no ambiente administrativo educacional, sendo um dos motivos os responsáveis do discente que desencadeia uma grande influência no interesse de aprendizado do aluno, o segundo motivos são os próprios alunos sendo eles uma das peças

1 Discente do curso de Licenciatura em Matemática pela Universidade Estadual de Alagoas/UNEAL. E-mail: ana.dias.2022@alunos.uneal.edu.br. Lattes: <https://lattes.cnpq.br/0516850547671661>.

2 Discente do curso de Licenciatura em Matemática pela Universidade Estadual de Alagoas/UNEAL. E-mail: James.junior.2022@alunos.uneal.edu.br. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7770543253341212>.

3 Discente do curso de Licenciatura em Matemática pela Universidade Estadual de Alagoas/UNEAL. E-mail: lidiany.oliveira.2022@alunos.uneal.edu.br.

4 Docente e coordenadora do curso de Licenciatura em Matemática da Universidade Estadual de Alagoas/UNEAL. E-mail: Natercia.lopes@uneal.edu.br. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4880247640523667>.

mais importantes para a existência da escola e todas as decisões tomadas por administradores educacionais, essas decisões surgem a partir do objetivo de melhoria na aprendizagem dos discentes, o terceiro motivo e a participação dos professores nessa jornada de conhecimento é de grande relevância para a educação pois são esses docentes as pessoas responsáveis no ensino e aprendizagem, são eles que irão guiar o aluno nessa jornada do conhecimento. Para Ferreira a gestão na educação tem princípios relacionados a:

[...] Gestão na educação está calçada nos princípios da sabedoria de viver junto respeitando as diferenças, comprometida com a construção de um mundo mais humano e justo para todos os que nele habitam, independentemente da raça, cor, credo ou opção de vida (FERREIRA, 1998, p.17).

Desse modo, as relações da gestão escolar entre pais, alunos e professores é algo que deve ser compreendido de uma forma mais abrangente, tendo em vista que esse vínculo é essencial na construção cultural da escola pois são essas relações que afeta a existência do espaço educacional. Diante dessas circunstâncias manter o bom engajamento dos alunos na aprendizagem é o grande desafio para a gestão escolar e seus colaboradores. O problema começa a surgir quando mesmo tendo bons profissionais o desenvolvimento do aluno não é positivo é justamente aqui onde as vivências do aluno fora da escola se entrelaça em sua aprendizagem desencadeando a importância do incentivo dos pais ou responsáveis. Portanto, o objetivo desta pesquisa é identificar as colaborações por trás das decisões relacionadas à gestão escolar bem como analisar as formas que essas colaborações afeta o ambiente educacional e por fim concluir a relação entre ambas no desenvolvimento dos alunos é a gestão da escola

2. POSSÍVEIS FORMAS QUE O PROFESSOR AFETA A GESTÃO ESCOLAR

A participação do professor na escola é de extrema importância desde o aprendizado dos alunos até as colaboração técnicas de ensino compartilhada com outros docentes, o aluno vai à escola com o objetivo de aprender sobre os tipos de ciências, culturas e o meio social o docente é a pessoa que vai contribuir no ensino e nessa jornada de aprendizagem preparando a aula, explicando o conteúdo, realizando provas, trabalhos e até preparando estratégias de ensino, tudo em prol do aluno, os resultados dessa aprendizagem são direcionados para a coordenação e discutido melhorias na gestão escolar. Nesse contexto o professor é a pessoa que vai compartilhar esses conhecimentos e automaticamente se torna uma das peças mais importantes no quebra cabeça relacionado a gestão escolar trazendo consigo a grande responsabilidade da produtividade educacional dos alunos o que afeta diretamente a escola, fazendo parte das diferentes pautas educacionais. Nas

decisões da turma os professores desempenham um papel crucial uma vez que assume o controle na sala de aula com o propósito de transmitir conhecimentos aos seus alunos o que torna uma missão complicada, pois além de explicar o conteúdo o docente também deve acompanhar o rendimento individual de cada discente o porquê esse aluno está com notas abaixo da média, analisar e passar para a coordenação sobre as dificuldades enfrentadas pelo discente além de lidar com a falta de interesse de se aprender conteúdos e as cobranças constantes do rendimento educacional da turma o que impacta diretamente a cultura escolar de forma direta sendo os alunos o principal motivo da existência do ambiente escolar seus resultados afetam não só o histórico da escola mas também o recebimento das verbas governamentais. Dito isso:

[...] As opções são muitas, as informações são tantas, mas tenha certeza de que o papel do professor e da escola continuam fundamentais para esse processo de aprendizagem; inclusive, o ganho de escolaridade dessa geração de jovens se destaca ao observarmos as pesquisas dos últimos anos sobre o país. (SEVERINO, Ana Paula; et al., 2020, P.8.)

Portanto, a colaboração dos docentes em prol dos alunos na comunicação educacional acontece desde a prática de observação analisando para o ambiente educacional se manter economicamente e produtivamente bom o comportamento da turma e o ambiente escolar se algo está impedindo a aprendizagem dos alunos, quais métodos de ensino tomar para ajudar na melhoria da compreensão educacional para dessa forma tomar as melhores medidas de apoio garantindo uma boa aprendizagem de modo que afete positivamente a coordenação, impondo práticas e estratégias escolares para se descobrir qual tópico precisa de uma atenção a mais, o que fazer para que os alunos interajam com maior frequência para demais complementar a aprendizagem, desse modo comunicar a coordenação escolar o que precisa ser melhorado no qual a gestão a partir desses relatos irá procurar melhorias para a escola no geral. A busca dos docentes na melhoria da capacidade profissional ajuda na aprendizagem dos alunos é na formação de uma boa equipe de trabalho. Com isso, é necessário saber que:

[...] A integração dessas estratégias permite desenvolver a consciência de si e do outro, aperfeiçoar as habilidades interpessoais, a capacidade de resolver problemas e a postura diante da vida. (SEVERINO, Ana Paula; et al., 2020, P.14.)

Nesse contexto, quando o professor buscar ampliar seus conhecimentos em sua área de trabalho tem como resultado uma melhor didática, ou seja, uma melhor explicação para os discentes resultando positivamente o ensino e aprendizagem além de influenciar seus colegas de trabalho a se capacitarem de uma forma mais intensa e atualiza-se de novos métodos de ensino tecnológicos

e lúdicos o que contribui positivamente para bons resultados de rendimento melhorando o funcionamento da escola.

A participação dos professores nas decisões do ambiente escolar traz consigo uma melhor análise da abordagem tendo em vista que o docente tem uma aproximação diária mais vigorosa com os alunos, a pratica do oralismo, comunicação total e bilinguismo traz consigo aulas mais dinâmica e produtivas no qual o professor escolher a forma q ministra sua aula; essas escolhas influência em decisões e devem ser tomadas com cautela bem como as práticas de políticas escolares que funcionam através da observação das necessidades dos discentes, o professor analisa a necessidade dos matérias para realização da aula conscientiza a coordenação com o objetivo do providencia mento de tais materiais para desse modo oferecer uma aprendizagem de qualidade aos alunos.

Trata-se, portanto, de engajar os estudantes em uma busca ativa pelo conhecimento. Colegas e professores, no contexto da ABP, exercitam competências colaborativas na construção de conhecimento. O professor é aqui um orientador e um facilitador. (SEVERINO, Ana Paula; et al., 2020, P.15.)

Docentes com boa capacidade profissional no ambiente escolar é essencial para a gestão tendo em vista que contribui para um espaço menos desorganizado que preserva os recursos da escola, quando o professor toma ciência do seu tempo de trabalho e objetivos que pretende alcançar com suas aulas as chances dessas metas serem alcançadas prevalece contribuindo para o desenvolvimento dos alunos, a questão da organização também se inclui ao cuidado dos matérias da rede de ensino e pautas relacionadas à coordenação escolar diante desses fatos a influência dos docentes nas questões relacionadas a escola se torna tão diversificada quanto as diferentes disciplinas de matemática no processo de ensino com isso os resultados da aprendizagem dos alunos se entrelaçam diretamente no ambiente e na relação que os professores cultivam entre seus discentes nesse contexto é importante que exista respeito entre alunos e professores a relação afeta o ensino e a aprendizagem uma vez que os profissionais despertam o interesse e a atenção do estudante o que influencia a coordenação buscar oferecer bons materiais de ensino e conforto tendo em vista o engajamento positivo a escola ganha o título de boa que é justamente aquele ambiente escola que tem boas propostas escolares, ótima infraestrutur com profissionais capacitados o que faz da gestão escolar atingir suas respectivas metas. Portanto, essas informações destacam novamente o que foi dito no começo deste tópico o professor é uma das peças mais importantes no quebra cabeça da gestão escolar.

3. PARTICIPAÇÃO DOS PAIS NA ESCOLA, UMA POSSÍVEL INCLUSÃO PARA A TOMADA DE DECISÕES

Os pais tem papel fundamental na vida escolar dos filhos e eles tem que participar de forma significativa na educação escolar dos filhos, ajudando-os e auxiliando ele a estudar, fazer as atividades entre outras coisas. A escola é muito importante para que isso aconteça pois é lá que o aluno é irá aprender e de suma importância a relações dos pais com a escola. Na escola tem o diretor que é responsável por gerir uma escola, se gestor não é uma tarefa fácil exige muito trabalho e responsabilidade, pois gestor tem que tomar decisões para melhoria da escola entre outras coisas. Com todas essas funções a gestão da escola tem que ter inclusão? Essa é uma pergunta que exige atenção, porque isso não é um pequeno problema é um grande problema. Alguns pais ou responsável pela criança acha importante toda essa inclusão para criar um ambiente ainda melhor para o seu filho(a), por não concordar com a gestão do diretor, já outros pais acham que é melhor cada um no seu lugar e deixar isso somente a cargo do diretor.

A participação de pais na tomada de decisões pode afetar a gestão escolar diretamente ou indiretamente, isso de certa forma vai afetar a gestão escolar através de conjunto de fatores e se isso acontece não é só o diretor que será prejudicado, será os professores e principalmente os alunos que sofrerão com isso. Por esse motivo é necessário pensar bem nessa possível inclusão para não atrapalhar o progresso dessa escola e começar a refletir se isso será benéfico de alguma forma, ou será um a possível ponte para chegar mais problemas, tudo isso tem que ser levado em consideração e ser bem pensando antes de tomar qualquer decisão que envolva essa possível inclusão. É notável que muitos pais tem escolhido a dedo uma escola boa pra seu filho estudar, isso de fato tem que ser feito mais isso não é o suficiente sendo que existe outros fatores, sendo o da gestão um dos mais importantes e verificado por pais, mais tem alguns pais ou responsável né liga pra isso o que é muito triste, pois se os pais não tão ligando pra o próprio filho e tem aqueles pais que colocam o filho na escola porque que um tempo de “descanso” isso de certa forma irá afetar a logística da escola, e isso não é bom porque algum pais não procuram saber como anda os filhos, e nem liga pra nada, aí se acontece algo a culpa é dos professores ou dos diretores, é muito triste essa situação.

Uma possível formada reverter essa situação, seria se ao invés dos pais ficar querendo essa inclusão, eles e os diretores optarem por uma gestão Participativa onde os pais iriam dar ideias para aplicar na escola e caberia o gestor decidir se acatava ou não a ideia, e também o diretor da escola deixassem os pais cientes das decisões que iriam ser tomadas e ver o que os pais teriam a dizer, mas desde que eles não queiram ser inclusos na tomada de decisões.

Não é suficiente uma gestão Participativa mais pode ser um caminho pra essa gestão inclusiva de pais na tomada de decisões não afete a gestão da escola, não que os pais queiram isso porque um fato é que os pais querem o melhor para os filhos, mais o que tem que ter em mente é que no intuito de ajudar poderia acabar prejudicando o ambiente escolar que tão importante na vida da criança é uma porta pra ela ter um futuro brilhante, são possíveis soluções e tudo tem que ser levado em conta e temos que pensar primeiro nos alunos se eles serão afetados de uma forma se eles também deve ser incluídos nessa tomada decisões o que vem ser um problema grande e difícil de ser resolvido .

São perguntas que temos que se fazer, com possíveis respostas claras para não atrapalhar o ambiente escolar, por um lado os pais sabem o que é melhor para o filho, do outro lado tem o diretor que entende que o diretor sabe o que melhor para escola, tem que haver uma inclusão ou a participação? São perguntas que precisa de resposta e procura saber o que é melhor para que não tenha esse afeto na Gestão Escolar.

4. GESTÃO PARTICIPATIVA NA ESCOLA

É necessário ter em mente que participação é diferente de inclusão, participação na gestão escolar iria dar ideias e a inclusão seria eu ajudar na tomada de decisões. Uma gestão Participativa se faz com a união de todos em prol de uma educação escolar de qualidade, é lutar pelos direitos dos estudantes, mais em contrapartida sabemos que nem todos os gestores têm esses pensamentos em ter uma gestão Participativa porque ele só pensa em seus direitos e não tem competência o suficiente pra gerir uma escola.

Segundo Borges e Santos

[...]A gestão Participativa aplica-se a uma gestão democrática, em que funcionários e diretores. Participavam conjuntamente das decisões. Envolve-los em uma decisão geralmente significativa dividir com eles o contexto e a justificativa pela decisão. (Borges e Santos, 2009, p.21)

Eles explicam também de uma gestão inclusiva participativa, mais nesse contexto do envolviam funcionários e diretores e os pais não estão incluídos, mais é necessário eles participarem, mais lembrando que não como eles tomando decisões juntos com o gestor mais como participante e ouvinte, é necessário ter todo esse diálogo entre família e escola. Ter uma gestão organizada e clara é muito bom pra todos, pros pais, professores, alunos, e funcionários e ter uma comunidade engajada em prol de uma escola organizada, então temos que ter em mente que os pais tem que ser participativos em uma gestão da escola de forma indireta.

É necessário ir em busca do melhor, correr atrás da solução, arrumar menos problemas, mais uma pergunta será dúvida, será que toda essa participação dará

certo? Porque temos todos os tipos de gestores, o que não sabe conversar, tem o que tem problema com professores, com os próprios pais, aí o que se deve fazer em relação a isso é uma pergunta difícil de ser respondida e sabemos que será complicado ter uma gestão participativa e com inclusão, não vai do certo, o que seria solução vai virar um problema muito maior, por isso é bom um diálogo e ser profissionais em um ambiente de trabalho.

Ter organização e diálogo pode ser soluções os pais tem direito de participar indiretamente sim. Já que a gestão participativa promove a colaboração, estimulando os pais, professores e os próprios gestores a ser mais unidos e eficazes. Como dizem a união faz a força e com a união de todos podem ter na escola uma gestão democrática, clara e objetiva porque os alunos merecem. Como disse Paulo Freire “Não há educação sem amor. Não há educação imposta como não há amor imposta. Quem não ama não entende o próximo e não o respeita”. Tem que ter amor ao ensino, tem que se respeitar no ambiente escolar e só assim transformar a educação em algo melhor e ter uma gestão participativa e acolhedora a todos.

5. COMO A INCLUSÃO DE ALUNOS AFETA A GESTÃO ESCOLAR

A inclusão de alunos com necessidades especiais tornou-se uma prioridade nas políticas educacionais em nossos países, buscando proporcionar a todos os alunos igualdade de acesso e oportunidades. A inclusão na educação envolve a adaptação de práticas pedagógicas, recursos e ambientes para atender as necessidades dos alunos. Esse processo transformador tem implicações diretas na gestão escolar, demandando uma abordagem integrada para garantir o sucesso acadêmico e social de todos os estudantes. **Desafios na gestão escolar:** A inclusão exige uma equipe docente capacitada para atender às necessidades específicas para ser custoso. A gestão precisa equilibrar orçamento para garantir recursos adequados sem comprometer outras áreas, os desafios que os gestores enfrentam ao implementar a inclusão, incluindo a necessidade de infraestrutura adaptada, capacitação de professores para lidar com a diversidade de aprendizado e garantia de um ambiente acolhedor para todos os alunos. **Apoio psicossocial:** Alunos com necessidades especiais muitas vezes necessitam de apoio psicossocial adicional. A gestão deve criar um ambiente inclusivo que promova a aceitação e a compreensão entre os alunos. **Oportunidades na gestão escolar:** Diversidade como força: A inclusão amplia a diversidade escola, transformando um ambiente enriquecido. A gestão pode capitalizar essa diversidade para promover uma compreensão intercultural habilidades de colaboração. Além disso, abordamos os benefícios a longo prazo para a sociedade formar cidadãos mais conscientes e inclusivos. Inovação pedagógica: A necessidade de atender uma variedade de estilos de aprendizagem impulsiona a inovação pedagógica.

A gestão pode incentivar práticas educacionais inclusivas que beneficiam todos os alunos. A inclusão exige uma abordagem holística que envolva não apenas a escola, mas também a comunidade. A escola pode estabelecer parcerias com organizações locais para proporcionar uma educação adicional aos alunos. Formação de professores: Analisa-se a importância de formação contínua dos educadores, capacitando-os a lidar eficazmente com a diversidade em sala, promovendo a inclusão e atendendo às necessidades específicas dos alunos. Recursos necessários: examinar os recursos essenciais para uma gestão escolar eficaz na promoção da inclusão, incluindo investimentos em tecnologia assistiva, equipes multidisciplinares e parcerias com instituições especializadas.

O sistema de ensino deve ser incluído a partir do momento que ele oferta o atendimento educacional especializado aos estudantes que tem uma necessidade, uma especificidade que deve ser atendida, a partir do momento que o estudante quer estar naquele ambiente essa organização. A gestor (a) tem que conhecer as normativas que promovem o acesso naquela escola, para isso, é necessário conhecer e informar tanto a equipe pedagógica (professor, e os demais profissionais). Assim informa a comunidade o que aquela escola oferece o seu projeto político pedagógico. A partir daí ela passa a ser uma escola inclusiva, ela se organiza na preparação de eliminar todas as barreiras, seja elas atitudinais, seja elas arquitetônicas de informação de comunicação, de prática pedagógica que realmente venha atender as necessidades individuais de cada estudante. Pois cada um tem na sua escola especificidade na sua singularidade requerem do próprio contexto da escola uma organização em sua proposta pedagógica, ações que tendem essas necessidades. Portanto o sistema deve ser um sistema educacional inclusivo, mas a escola também tem que trabalhar diariamente para que possa ser uma escola inclusiva, aquela que assegura o processo na matrícula que desenvolver ações para que possa ter uma cultura inclusiva na qual a escola é mudar uma cultura na escola. Só assim teremos uma sociedade mais justa. A inclusão escolar vem para aperfeiçoar a condição de ensino, fazendo com que haja igualdade para todos nos estudos, sem discriminação, e de tal modo com que o ensino dinâmico e com a compreensão desses alunos terão um ensino de qualidade, ainda que mostra na referência acima devem ser acatadas. Freire afirma: Além de um ato de conhecimento, a educação é também um ato político. É por isso que não há pedagogia neutra. (Paz e terra 1986).

Na construção de uma escola inclusiva torna-se necessário o envolvimento de gestores, professores, familiares e membros da comunidade, pois sabe-se que para que isso aconteça são necessárias diversas transformações na escola, as quais exigem mudanças de ideias, atitudes planejamentos, práticas pedagógicas, infraestruturas, acessibilidade, políticas pedagógicas, entre outras.

De acordo com o que diz na declaração de Salamanca (1994), o processo de inclusão é muito mais do que fazer com que os alunos sejam educados juntos na sala regular, é assegurar sua permanência junto a família e á comunidade local, pois todos os acontecimentos relacionados ao aluno afetam seu desempenho escolar e seu comportamento.

A inclusão é percebida como uma responsabilidade coletiva da comunidade escolar. Nesta perspectiva, todos são responsáveis pelo êxito ou fracasso de cada aluno. O corpo docente e não cada professor deverá partilhar a responsabilidade do ensino com necessidades especiais. A inclusão influencia as relações entre alunos, professores e pais. Onde a gestão escolar desempenha um papel crucial na promoção de uma cultura de aceitação e respeito, promovendo uma comunidade escolar coesa e inclusiva. Onde a inclusão do aluno impacta significativamente a gestão escolar, requerendo adaptação para garantir um ambiente educacional equitativo. A diversidade de necessidades demanda estratégias flexíveis, capacitação de professores e recursos adequados, priorizando o bem-estar e desenvolvimento individual de cada aluno. Isso demanda professores capacitados, infraestrutura acessível e um ambiente que promova a integração, visando garantir o desenvolvimento pleno de cada aluno. Além disso, a gestão precisa fomentar uma cultura inclusiva, estimulando a diversidade e proporcionando um ensino que respeite as diferenças de cada um. Essa abordagem não apenas beneficia os alunos inclusos, mas promove um ambiente educacional mais enriquecedor. Logo, a inclusão de estudantes impacta significativamente a gestão escolar, com adaptações e estratégias específicas para garantir um lugar educacional acessível a todos. Isso envolve a implementação de professores, adequação de recursos de uma promoção de uma cultura escolar que valoriza as diferenças. Uma gestão eficaz precisa estar atenta as necessidades de cada um, fomentando a igualdade de oportunidades e proporcionando suporte para o desenvolvimento pleno de cada alunos, independentemente de suas características e desafios.

6. CONCLUSÃO

Em conclusão, a implementação da gestão participativa na escola, envolvendo ativamente pais, alunos e professores na tomada de decisões, revela-se como uma abordagem enriquecedora para a gestão escolar. A inclusão desses stakeholders não apenas promove um ambiente mais democrático, mas também fortalece a colaboração e o engajamento, contribuindo para o aprimoramento contínuo da qualidade educacional. A valorização das diferentes perspectivas e experiências demonstra ser um caminho promissor para uma gestão mais eficaz, que busca atender às necessidades e expectativa da comunidade escolar de maneira mais abrangente e eficiente. Em síntese, a gestão escolar participativa na escola

revela-se como um catalizador poderoso para a melhoria do ambiente educacional. A inclusão ativa de pais, alunos e professores na tomada de decisões não apenas fortalece a gestão escolar, mas também fomenta um senso de comunidade e responsabilidade compartilhada. Ao promover uma abordagem colaborativa, essa prática contribui para a construção de uma escola mais inclusiva, democrática e alinhada aos interesses de todos os envolvidos no processo educativo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- PARO, Vitor Henrique. **Administração Escolar: Introdução Crítica**. São Paulo: Cortez Autores Associados, 1986.
- FERREIRA, Naura. **Gestão Democrática da Educação: Atuais Tendências, novos desafios**. São Paulo: Cortez, 1998.
- SEVERIANO, Ana Paula; et al. **Educação para a vida**. 1. Ed. São Paulo: Moderna, 2020.
- CÂNDIDO, Antônio. A Estrutura da Escola. In: **Educação e sociedade**. 6. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1972.
- BORDENAVE, J. **O que é participação**. 8. Ed. São Paulo: Braziliense, 1994.
- Borges, Marcos Silvestre da Silva, Santos, Rosária de Jesus Bandeira. **As contribuições da Gestão participativa no desenvolvimento da empresa Destak modas**. (Monografia).
- PICOLLI, Roberta. Educação Inclusiva do aluno com necessidades especiais: desafios e perspectivas para os gestores. 2010. Disponível em: <http://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/397/Piccoli_Roberta.pdf?sequenc>

SOBRE AS ORGANIZADORAS



Marcela Silva dos Santos



Nascida em Major Isidoro, agreste alagoano, cresceu na cidade de Cacimbinhas-AL. Graduanda do curso de Licenciatura em Química pela Universidade Estadual de Alagoas – UNEAL-CAMPUS III. Atuante no Programa Residência Pedagógica (PRP), integrante do Núcleo de Pesquisa e Extensão – UNEAL – CAMPUS III, e do Núcleo de Monitoramento de Águas (NUMA), membro da Sociedade Astronômica Hipátia de Alexandria (SAHA) - Cacimbinhas-AL. Possui experiência nas áreas de Astronomia e Química com ênfase em Eletroquímica Ambiental, Química Inorgânica, Química Analítica, Físico – Química e Cosmologia.

Maria Elvira de Siqueira Faustino Ferreira



Nascida em Garanhuns agreste pernambucano, cresceu na cidade de Bom Conselho - PE. Graduanda do curso de Licenciatura em Matemática pela Universidade Estadual de Alagoas – UNEAL- CAMPUS III. Atuante no Programa Residência Pedagógica (PRP), foi membro do conselho universitário (CONSU) – Palmeira dos Índios - AL, foi membro dos projetos científicos (PIBIC) Representações sociais pelos povos Xucuru-Kariri: Contributos curriculares para a Matemática e Efeito Doppler e o Estabelecimento das bases da moderna interpretação do universo.

Natercia de Andrade Lopes Neta



Nascida em Batalha, agreste alagoano, tem formação em Psicanálise. Doutora em Educação, Mestre em Educação Matemática e Tecnológica (UFPE), Especialista em Gestão Escolar, em Psicanálise, e em Direitos Humanos e Movimentos Sociais. Licenciada em Matemática (UFAL) e graduanda em Pedagogia. Atua como Docente Orientadora no Programa Residência Pedagógica (PRP), Coordena o Curso de Licenciatura em Matemática da UNEAL, o Coletivo de Mulheres Cientistas QUANTUM e o Projeto Sou do Bem, Digo Não a Corrupção, em parceria com o MPE/AL. Orienta pesquisas em Matemática nas aldeias de Palmeira dos Índios, com recursos teórico-metodológicos da Psicologia Social, através da Teoria das Representações Sociais, e pesquisa sobre a violência nos seus mais diversos aspectos.



ÍNDICE REMISSIVO

A

- Alagoas 5, 6, 7, 11, 18, 22, 29, 38, 46, 47, 51, 52, 53, 56, 57, 58, 59, 60, 72, 81, 82, 84, 86, 100, 111
- Alunos 5, 6, 7, 8, 11, 12, 14, 15, 16, 18, 19, 20, 21, 22, 24, 25, 26, 29, 30, 31, 32, 35, 36, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 48, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 93, 96, 97, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109
- Análise 5, 6, 12, 18, 19, 21, 23, 24, 29, 30, 36, 39, 45, 46, 47, 51, 65, 71, 73, 78, 79, 84, 87, 95, 97, 103

B

- Base Nacional 11, 61
- BNCC 61, 63

C

- Competências 11, 14, 27, 32, 62, 86, 103
- Competências e habilidades 11, 14, 86

D

- Desafios 5, 6, 7, 8, 9, 12, 15, 16, 18, 19, 20, 21, 23, 25, 27, 28, 40, 41, 42, 43, 44, 46, 47, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 73, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 94, 97, 99, 106, 108, 109

E

- Educação 5, 8, 9, 11, 12, 13, 14, 16, 19, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 35, 36, 41, 42, 45, 47, 48, 49, 50, 51, 53, 54, 55, 56, 58, 60, 63, 72, 73, 74, 75, 78, 80, 81, 82, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 92, 93, 94, 95, 97, 99, 101, 104, 105, 106, 107
- Educação Básica 24, 50, 63, 80, 90, 93
- Educadores 6, 7, 25, 38, 39, 40, 41, 43, 44, 47, 48, 52, 61, 62, 63, 73, 78, 81, 89, 107
- Ensino 6, 7, 8, 12, 13, 14, 15, 16, 19, 22, 23, 24, 25, 26, 29, 31, 33, 36, 37, 40, 42, 43, 44, 46, 47, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 70, 71, 72, 74, 75, 76, 81, 82, 83, 86, 88, 89, 93, 94, 101, 102, 103, 106, 107, 108
- Ensino integral 6, 7, 46, 47, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58
- Ensino Médio 44, 50, 65
- Escola 6, 8, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 53, 54, 55, 58, 59, 65, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 82, 83, 84, 85, 86, 88, 89, 90, 93, 95, 97, 98, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109

- Escola privada 20, 21
Escola pública 16, 20, 21, 28, 48, 59
Estratégias 6, 8, 9, 20, 21, 27, 38, 39, 40, 41, 44, 51, 53, 61, 62, 63, 72, 73, 75, 76, 77,
79, 81, 82, 83, 84, 85, 89, 94, 99, 101, 102, 108
Estudantes 5, 6, 9, 13, 22, 25, 26, 27, 30, 31, 32, 35, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 45, 48, 50,
56, 58, 61, 62, 63, 64, 73, 75, 81, 82, 83, 88, 95, 103, 105, 106, 107, 108
Evasão 6, 20, 29, 30, 31, 32, 33, 35, 36, 37, 56
Evasão escolar 6, 29, 30, 31, 32, 33, 35, 36, 37
- F
- Formação 8, 11, 13, 17, 23, 25, 28, 44, 47, 50, 52, 53, 55, 57, 59, 60, 73, 76, 80, 81, 82,
83, 84, 85, 89, 96, 97, 102, 107, 111
- G
- Geogebra 7, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 68, 69, 70, 71
Gestão 5, 6, 7, 8, 9, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 18, 19, 20, 21, 22, 24, 25, 26, 27, 28, 30, 32,
72, 73, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 93, 94, 96,
97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109
Gestão escolar 5, 7, 8, 9, 16, 18, 19, 21, 22, 72, 73, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 84, 85,
86, 87, 88, 90, 97, 98, 101, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109
- H
- Habilidades 5, 11, 13, 14, 25, 26, 33, 51, 61, 70, 86, 97, 102, 106
- I
- Inclusão 7, 8, 26, 56, 57, 58, 63, 81, 82, 83, 84, 85, 87, 88, 89, 90, 97, 104, 105, 106,
107, 108, 109
- J
- Jovens 6, 29, 31, 38, 41, 60, 102
- M
- Matemática 5, 9, 11, 16, 18, 22, 29, 38, 46, 55, 58, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 71, 72, 81,
86, 100, 101, 111
- O
- Oportunidades 25, 35, 36, 41, 43, 56, 64, 72, 82, 83, 90, 106, 108
- P
- práticas pedagógicas 9, 25, 42, 84, 88, 89, 106, 107
professores 7, 8, 12, 13, 14, 15, 16, 20, 22, 23, 24, 26, 35, 39, 40, 41, 42, 44, 45, 47, 51,
52, 53, 55, 56, 57, 58, 60, 62, 63, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 82, 83, 84, 89,
101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109
- Q
- Qualidade educacional 14, 78, 79, 108
Química 5, 9, 46, 111

S

Sustentabilidade 27, 28, 87, 94, 97

T

TDICs 7, 63, 71

Tecnologias 7, 23, 25, 28, 30, 62, 63, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 96

Tecnologias digitais 7, 62, 80

